

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH/UFS)

ANGELA REGINA SULSBACH

**O TEMPO ANTIGO NOS FAXINAIS DO TIGRE:  
PAISAGENS E RUPTURAS (DÉCADAS DE 1920 A 1950)**

CHAPECÓ  
2023

ANGELA REGINA SULSBACH

**O TEMPO ANTIGO NOS FAXINAIS DO TIGRE:  
PAISAGENS E RUPTURAS (DÉCADAS DE 1920 A 1950)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Brandt

CHAPECÓ  
2023

**ANGELA REGINA DA SILVA SULSBACH**

**O TEMPO ANTIGO NOS FAXINAIS DO TIGRE:  
PAISAGENS E RUPTURAS (1920 – 1950)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em História  
defendida em banca examinadora em 07/08/2023

Aprovado em 07/08/2023

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARLON BRANDT  
Data: 31/08/2023 10:52:44-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof. Dr. Marlon Brandt - UFFS  
Presidente da Banca/Orientador



Prof.ª Dra. Arlene Anélia Renk  
Membro titular externo - Unochapecó

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** DELMIR JOSE VALENTINI  
Data: 31/08/2023 11:07:43-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof. Dr. Delmir José Valentini  
Membro titular interno – UFFS

---

Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva  
Membro Suplente - UFFS

Chapecó/SC, 07 de agosto de 2023

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, aos deuses e todas as forças do universo que me conduziram até aqui.

Ao meu marido Rubens e as minhas filhas Rubia e Laura, por me incentivarem o tempo todo a não desistir e, por suportarem, pacientemente, os vários momentos de ausência nesses dois anos de pesquisa.

As amigas Cristiane, Inerve, Luzia Margaret, Neusa, Vera e Virginia, amantes da história oral e dos causos antigos, cujo a paixão, resultou no lindo livro de memórias dos antigos moradores de Guatambu, fortaleceu a amizade e garantiu parcerias e projetos futuros sobre a história do pequeno, mas gigante, município de Guatambu.

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e aos meus queridos professores-doutores Antonio Myskiw, Claiton Marcio da Silva, Humberto José da Rocha, José Carlos Radin, Monica Hass e Samira Peruchi Moretto que, após afastamento de 20 anos da academia, me apresentaram a pesquisa como garantia de trazer à tona as diferentes vozes, diferentes versões da história, algumas delas silenciadas pela história oficial me fazendo entender que, é só através da pesquisa que conhecemos o porquê da história de um povo, de um lugar, seguir um caminho e não outro.

A professora-doutora Arlene Renk, com seu olhar simples sobre a história das minorias étnicas da região oeste, orientadora de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em História há alguns anos atrás e, agora como examinadora da banca, trouxe contribuições imensuráveis para a ampliação do meu objeto de pesquisa com a qualidade que a contemporaneidade do historiador/pesquisador exige. Da mesma maneira, agradeço ao professor-doutor Delmir Valentini que, como professor do PPGH e examinador da banca, me fez apaixonar ainda mais pela história regional. A gentileza, a simplicidade e a delicadeza nos ensinamentos de ambos, permanecerão em minha memória e servirão de base para minha carreira como pesquisadora.

Aos meus entrevistados, (as), os (as) senhores (as), Dioraci Padilha de Oliveira (seu Dioro), Teresa Machado da Silva, Setembrino Almeida (vô Bino) e Dalva da Silva Dal Piva pelas histórias contadas e memórias vivenciadas. Em especial ao senhor Valdir Schmidt, (hoje in memoriam) como descendente de caboclo do lado materno e, de colono do lado paterno, cuja memória invejável, revelou fatos relevantes a história do Faxinal do Tigre. O uso coletivo das terras de criar, conhecido como Sistema Faxinal, pelos caboclos que vieram para o lugar, ainda no século XIX, desenvolveram um modo peculiar de lidar com a terra e usando o que o meio oferecia, foi o protagonista da minha pesquisa. Gratidão ao seu Valdir, por ter me revelado a

tempo, com detalhes esse sistema que seu bisavô e os vizinhos utilizavam, bem antes da colonização aportar na região oeste. Seu Valdir carregou na memória a mistura do *habitus* do caboclo com o *modus vivendi* do colono, o que lhe deu o sentimento de pertença ao seu lugar de nascer, garantindo a paixão pela história do seu lugar de vivência. Sua memória ficará eternizada nesta pesquisa.

E, por fim, não poderia deixar de agradecer imensamente, ao meu querido professor-orientador Marlon Brandt, que com seu conhecimento extraordinário sobre a história regional e paisagens locais, me apresentou uma dinâmica acadêmica mostrando como a história de um lugar pode ser afetada por acontecimentos que vão muito além da regionalidade, vão para além das fronteiras geográficas oficiais, aproximando ainda mais os campos da Geografia e da História. Agradeço a paciência com que me orientou e corrigiu alguns vícios, próprios do afastamento por longa data da academia. Levo para a vida os ensinamentos e a simplicidade deste orientador.

## RESUMO

A história regional reconhece os Faxinais do Tigre (Guatambu) como rota influente na atividade madeireira pelo rio Uruguai a partir da segunda década do século XX, impulsionada pelo processo de colonização na região, o qual provocou modificações na paisagem do local. Além de tratar sobre a ocupação e a colonização de um território na sua especificidade, o presente texto pretende investigar e refletir sobre essas modificações nas paisagens anterior e posterior à presença do colonizador. O recorte de tempo proposto teve início no final da década de 1910, com o acordo de limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, e se estendeu até a década de 1950, período em que o município se organizou enquanto comunidade, vila, distrito e cidade, com a inserção de diferentes grupos étnicos na configuração cultural, social, política e econômica do local. O ponto de partida da pesquisa foi a organização sócio-espacial da população cabocla do antigo Faxinal do Tigre, anterior à instituição da cidade, diante do aporte da colonização e da modificação da paisagem. A chegada do colono ao Faxinal do Tigre, por volta de 1910, provocou um novo arranjo sócio-espacial com a efetivação da propriedade legal, do cercamento das terras, da devastação das florestas e da desestruturação das formas tradicionais de uso da terra, na qual a mão de obra cabocla passou a ser largamente explorada, em novas atividades laborais como agregados e/ou balseiros, o que impulsionou a prosperidade econômica dos colonos recém-chegados do Rio Grande do Sul. O local, então, passou a se apresentar como um espaço de alteridades, materializadas na paisagem, com seus distintos usos e formas de acesso à terra. Ao caboclo restou a exclusão do acesso à terra e de seu uso, migrando para as áreas mais distantes da colonização, ou a adaptação, se inserindo na nova lógica econômica. O destino dos que ficaram foi marcado pela segregação espacial, pela clivagem étnica e pela invisibilização na memória oficial. Para apresentar essa marginalização, usamos o testemunho oral de velhos caboclos e/ou seus descendentes, suas experiências, dificuldades e memórias. Além das fontes orais, o levantamento bibliográfico, as narrativas sobre o município, o uso dos documentos oficiais do cartório local, fontes iconográficas, recortes jornalísticos, mapas, entre outros, contribuíram e ampliaram a compreensão sobre as modificações geográficas, espaciais, sociais e culturais pelas quais os caboclos do Faxinal do Tigre perpassaram.

Palavras-chave: caboclo; colono; colonização; Guatambu; paisagem.

## **ABSTRACT**

Regional history recognizes the Faxinais do Tigre (Guatambu) as an influential route in logging along the Uruguay River since 1910, which caused changes in the local landscape. In addition to dealing with the occupation and colonization of a territory in its specificity, this text intends to investigate and reflect on these changes in landscapes, before and after colonization. The proposed time frame is from 1920 to 1950, the period in which the municipality was organized as a community, village, district and town, with the inclusion of different ethnic groups in the cultural, social, political and economic configuration of the municipality. The starting point of the research was the emergence of some types of crafts characteristics of the caboclo population, while the town was constituted, colonization advanced and the landscape changed. Whether in agriculture, animal husbandry, or extractivism from the forest, the caboclos use these crafts as a means of survival. The arrival of the settlers around 1910 caused the disruption of traditional forms of land use, in which caboclo labor was largely exploited, with the reinsertion of new work activities such as retainers and/or ferrymen, enriching the newly settled settlers - arrived from Rio Grande do Sul. In the relationship of economic exploitation established between settlers and colonized, the concept of caboclo landscape will stand out. The strong presence of the small farm and raising pigs raised in common were practices that were relegated to marginalization and, in some cases, seen as an 'irrational' method of dealing with the land. To present this marginalization, we use the oral testimony of old caboclos and/or their descendants, their experiences, difficulties and memories. In addition to oral sources, the bibliographic survey, research on the municipality, the use of official documents from the local notary, iconographic sources, journalistic clippings, maps, among others, contributed and expanded the understanding of the geographical, spatial, social and cultural changes by which the caboclos of Faxinal do Tigre passed.

**Keywords:** caboclo; settler; colonization; Guatambu; landscape.

## **LISTA DE SIGLAS**

|        |                                                         |
|--------|---------------------------------------------------------|
| CEOM   | Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina            |
| FED    | Floresta Estacional Decidual                            |
| FOM    | Floresta Ombrófila Mista                                |
| ICMBIO | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| FLONA  | Floresta Nacional de Chapecó                            |

## SUMÁRIO

|          |                                                                     |            |
|----------|---------------------------------------------------------------------|------------|
|          | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                             | <b>9</b>   |
| <b>1</b> | <b>CHEGANDO AOS FAXINAIS DO OESTE CATARINENSE .....</b>             | <b>22</b>  |
| 1.1      | O CABOCLO CHEGANDO AO FAXINAL DO TIGRE .....                        | 37         |
| <b>2</b> | <b>O TEMPO ANTIGO NOS FAXINAIS DO TIGRE.....</b>                    | <b>47</b>  |
| 2.1      | A PAISAGEM OESTINA NO TEMPO ANTIGO .....                            | 50         |
| 2.2      | O MODO DE VIDA E A PAISAGEM CABOCLA NO FAXINAL DO TIGRE ...         | 54         |
| <b>3</b> | <b>DE FAXINAL A GUATAMBU: PERMANÊNCIAS OU RUPTURAS?.....</b>        | <b>65</b>  |
| 3.1      | COMPANHIAS COLONIZADORAS E OS INTRUSOS DO FAXINAL DO<br>TIGRE ..... | 73         |
| 3.2      | QUEM É ESSE QUE AVANÇA PELAS FRONTEIRAS?.....                       | 87         |
| 3.3      | A LIDE CABOCLA: AGREGADOS E BALSEIROS .....                         | 92         |
|          | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                   | <b>99</b>  |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                            | <b>104</b> |

## INTRODUÇÃO

Depois de duas décadas afastada do meio acadêmico e do curso de História, deparei-me com um desafio: retomar o objeto de estudo da graduação para compreender as nuances do processo de ocupação e colonização da região oeste de Santa Catarina, antes mesmo de Guatambu receber essa nomenclatura. Às vésperas do trigésimo segundo aniversário de emancipação política, e após um lapso de tempo, percebi que havia algumas páginas em aberto na construção das narrativas históricas sobre o município. As três décadas de emancipação político-administrativa de Guatambu, formalmente registradas nos documentos oficiais do município, limitam os registros históricos de anos anteriores à emancipação, que foram decisivos para a ocupação da terra e a formação do pequeno povoado de “Faxinal do Tigre”, há mais de 100 anos.

Na ocupação da terra, contamos com a presença marcante dos caboclos, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, quando se efetivaram na região os caminhos de tropas em direção ao oeste e ao extremo oeste de Santa Catarina. Já na formação do povoado, tivemos a mescla de colonos de descendência europeia, vindos na sua maioria do Rio Grande do Sul, chegando formalmente à região a partir de 1920, por diferentes frentes de expansão demográfica. O contato com o colono provocou mudanças no modo de vida dos caboclos de Faxinal<sup>1</sup> do Tigre.

Apesar de a historiografia oficial deixar em segundo plano, o caboclo era a população predominante na região oeste, juntamente com os indígenas Kaingang e Guarani (POLI, 2006). Para iniciar a discussão, optou-se pelo conceito de caboclo citado por Machado (2004, p. 336): “mestiços ou brasileiros são os moradores antigos do interior brasileiro, descendentes de comunidades indígenas, de negros e dos primeiros grupos de europeus a palmilharem pelas regiões mais afastadas do litoral”. Renk (2004, p. 19) acrescenta que o caboclo é a “população das matas”.

Na mesma linha de pensamento de Machado (2004) e Renk (2004), Poli (1995, p. 74) completa, “quase sempre pobres, raramente proprietários de terras<sup>2</sup> que exploravam”, os

---

<sup>1</sup> Para o termo ‘faxinal’, usamos o conceito geográfico de formação vegetal, campo coberto de mato, trecho alongado de campo que adentra a floresta (FAXINAL, 2022), ou seja, nem só campo, nem só floresta, para distinguir do termo Sistema Faxinal do Paraná, que se refere a um modo de organização camponesa no centro sul do Paraná, no qual a criação de porcos era organizada pelo coletivo e a roça de grãos feita individualmente. Sobre o Sistema Faxinal do Paraná, ler Chang (1988), Porto (2013), Fraga (2014). No terceiro capítulo desta dissertação abre-se a discussão para o uso comum das terras de criar pelos caboclos do antigo Faxinal do Tigre, à semelhança do Sistema Faxinal do Paraná.

<sup>2</sup> A propriedade da terra, aqui citada por Poli (1995), refere-se à maneira de como o caboclo pensava a posse da terra e fazia uso dela. A visão de ‘propriedade’ para o caboclo diferenciava-se da visão do

caboclos foram os responsáveis pela abertura de passagens nos ‘sertões’<sup>3</sup> do oeste catarinense, mantendo práticas adequadas ao meio, que se materializaram na paisagem local. “Por terem uma filosofia de vida divergente com a dominante” (POLI, 1995, p. 74), o reconhecimento da ocupação regional por essa população foi postergado pela pouca expressão econômica que representavam. Poli (1995) complementa dizendo que o caboclo da região oeste foi o resultado do cruzamento de indivíduos já miscigenados, homens pobres, pequenos lavradores, posseiros, agregados ou peões e que, portanto, sua conceituação é mais social e econômica do que racial.

No mapa da Figura 1 e no detalhe da Figura 2, é possível observar, o que Nodari (2009, p.35) reconhece como o ‘sertão’ do estado de Santa Catarina, a “última fronteira do Estado a entrar no modo colonizador e civilizador”. Esquadrinhou, já na época, as estradas e picadas interligando a localidade Faxinal do Tigre às áreas de colonização da região oeste e ao caminho de tropas que cruzavam o rio Uruguai pelo Goio-Ên. O rio Lamedor e o Lajeado Tigre, identificados no mapa, foram citados inúmeras vezes nas entrevistas como local de ocupação/povoação, antes dos colonos chegarem.

Na constituição do povoado de Faxinal do Tigre, tivemos a presença de migrantes descendentes italianos e alemães, vindos de diferentes frentes demográficas e não só em decorrência das políticas públicas ou privadas de colonização, fortemente aplicadas pelo governo do Estado a partir de 1920. Houve, no pequeno povoado, muitos casos de migração italiana e alemã ocorridas de forma espontânea, que obedeceram a outras frentes demográficas, porém com a mesma lógica de modernização, urbanização e progresso.

O recorte de tempo estabelecido de 1920 a 1950 foi um marco para que a população cabocla de todo o oeste de Santa Catarina, inclusive de Faxinal do Tigre, sofresse um processo de desterritorialização<sup>4</sup> e, ao mesmo tempo, se reterritorializasse na presença de outros

---

colono. Para Brandt e Campos (2008, p. 43), “no Planalto Catarinense, se estabeleceu desde fins do século XVIII, uma significativa parcela de pequenos e médios sitiantes, na maioria posseira, que viviam às margens dos latifúndios pastoris das áreas de campos naturais. Sua fonte de renda básica se ligava à agricultura de subsistência e práticas ligadas à exploração de recursos em comum de campos, pinheirais e ervais nativos. O acesso a estes recursos, da mesma forma que a posse da terra e a vida social, era regulado por práticas, normas e costumes, impossíveis de serem apreciadas somente pelo viés econômico, as quais eram transmitidas de geração a geração, onde a oralidade e o direito costumeiro exerciam uma importância fundamental”.

<sup>3</sup> O conceito de ‘sertão’, de acordo com Amado (1995), vem historicamente carregado de categorias: espaciais, sociais, culturais e uma última que foi construída durante o processo de colonização e que será discutida mais adiante.

<sup>4</sup> A construção de uma territorialidade pela população cabocla, na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina, à qual se refere a pesquisa, parte “de suas práticas sociais espaciais e econômicas, que funcionam como um fator de identificação, defesa e força legitimadas pela memória”. (BRANDT; NODARI, 2011, p. 80). Mais adiante aprofundamos os conceitos de ‘território’ e ‘territorialidade’ cabocla, bem como o processo de desterritorialização vivenciado pelos caboclos do Faxinal do Tigre.

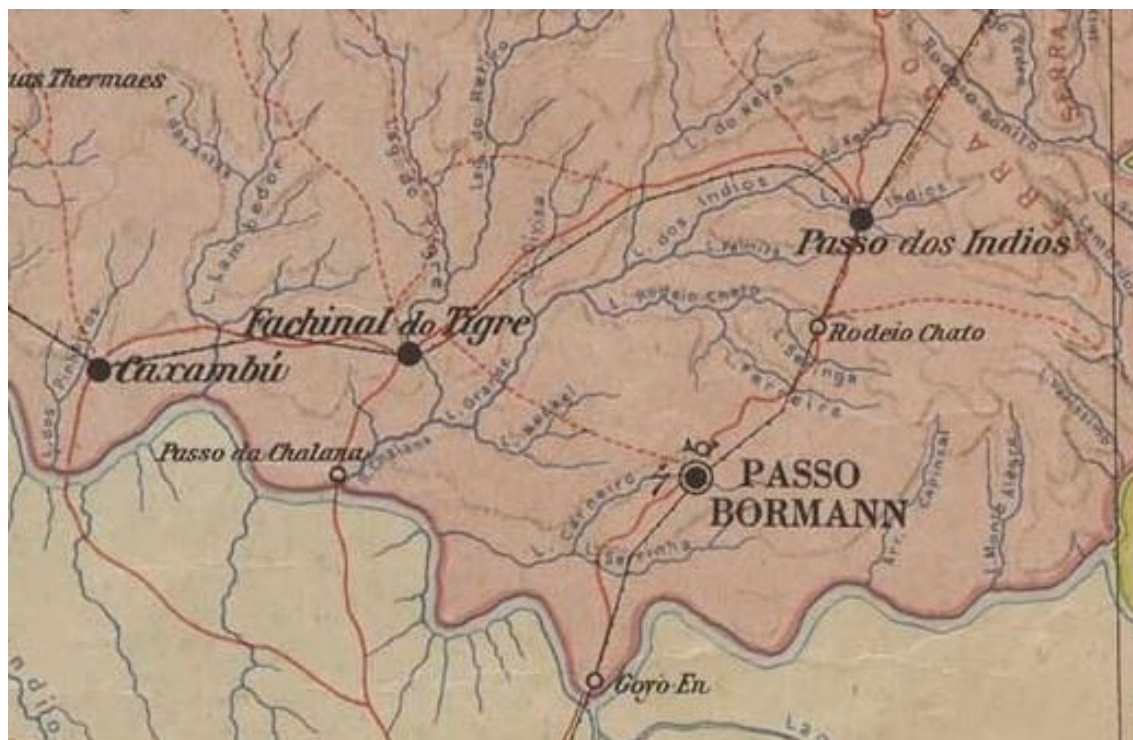
agrupamentos humanos, especialmente italiano, tendo sido afastados de suas tradicionais práticas de uso da terra e do meio em que viviam.

**Figura 1 – Localização do Faxinal do Tigre no Oeste de Santa Catarina**



Fonte: Santa Catarina (1930)

**Figura 2 – Detalhe da localização do Faxinal do Tigre no Oeste de Santa Catarina**



Fonte: Adaptado de Santa Catarina (1930)

Os grupos humanos que ocuparam inicialmente o pequeno Faxinal do Tigre, e posteriormente formaram o município, desenvolveram, em diferentes temporalidades, o sentimento de pertencimento ao local, convertendo-o em seu “território”, entendido aqui como o “modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significados ao lugar”. (SACK, 1986, p. 2). Essa pertença ao local perpassa pelas esferas físicas/biológicas, como o uso da terra, da água ou de qualquer outro recurso natural, e pela esfera imaterial ou simbólica (HAESBAERT, 2004).

Na pesquisa, revelou-se que o processo de colonização, com colonos que vieram do noroeste do Rio Grande do Sul, desagregou por completo o território caboclo e os espaços onde práticas caboclas eram comuns. Foram as transformações espaciais e o contato com o outro que revelaram o local como um lugar de ‘alteridade’ (MARTINS, 1999) ou seja, um lugar de encontro daqueles que por diferentes razões são diferentes entre si, tornando-se inevitavelmente um lugar de conflito, “de descoberta do outro e de desencontro” (BRANDT; MORETTO; SILVA, 2017, p. 27).

Importante salientar que o processo de afastamento dos caboclos do seu modo tradicional de vida esteve diretamente ligado à atuação das companhias colonizadoras na região. Em Faxinal do Tigre, a Colonizadora Isaac Pan e Vargas recebeu autorização do governo, a partir de 1927, para vender extensos lotes de terras. Os descendentes de imigrantes italianos e

alemães logo perceberam as possibilidades que a colonização oferecia na região e, excluindo e/ou marginalizando o caboclo desse processo, provocaram um (des)encontro de culturas, especialmente no modo de lidar com a terra e de perceber a paisagem.

A pesquisa demonstrou a importância da população cabocla nas relações sociais, econômicas e culturais do município de Guatambu, ao trazer para a região suas crenças, seus valores e costumes. Apesar de ter sido um dos principais agentes da ocupação do território, antes, durante e após a colonização – seja na construção de hábitos próprios em relação ao meio em que vivem, seja na exploração da madeira, como balseiro, seja na agricultura, como agregado –, o caboclo foi esquecido nas pesquisas já realizadas pela academia.

Isto posto, o problema da pesquisa foi refletir sobre a presença cabocla na ocupação e na colonização do Faxinal do Tigre e as mudanças ocorridas no modo de vida desse grupo humano. Consequentemente, o objetivo deste estudo foi identificar como as práticas espaciais caboclas se reorganizaram diante da presença do novo elemento, o colono. Tais práticas eram ligadas essencialmente ao modo de uso da floresta, de influência indígena e de caráter cíclico, as quais os autores Brandt (2015) e Moretto, Brandt e Silva (2017) denominam “paisagem cabocla”. A criação de animais em comum, a criação de gado para consumo, a agricultura de pequena escala com as lavouras cercadas, a extração da erva-mate, o puxirão, as festas, o compadrio e outros aspectos só passaram a ser questionados a partir da chegada dos colonos, “quando ficou saliente a diferença entre os modos de vida dos dois grupos” (RENK, 1998, p. 7).

Por outro lado, pretendeu-se entender como a colonização contribuiu para a “crise de desenraizamento”<sup>5</sup> do caboclo do Faxinal do Tigre, provocando rupturas e mudanças, a partir da nova lógica imposta pelo colonizador, sobretudo em relação ao uso da terra e à transformação da flora e da fauna. “Esses brasileiros foram ‘forçados’ a sair das terras, que consideravam

---

<sup>5</sup> Sobre a “crise de desenraizamento”, compartilha-se da ideia de Renk (2006), quando compara o afastamento abrupto do caboclo do oeste de Santa Catarina das suas terras, após a chegada dos colonizadores, com o caso dos camponeses argelinos retirados à força das suas terras pelo exército francês (BOURDIEU; SAYAD, 1964) entre os anos de guerra pela libertação nacional (1954 e 1962). No caso argelino, a política francesa de “reassentamento” dos camponeses argelinos, durante a guerra de libertação, deslocou um quarto da população nativa da Argélia em 1960, provocando uma espécie de descamponeização. “Disciplinando o espaço e reorganizando rigidamente a vida dos *fellahin*, os militares franceses esperavam domesticar um povo, mas isso apenas completou o que a primeira política colonial e a generalização das trocas monetárias já começara: a ‘descamponeização’ de comunidades agrárias despojadas dos meios sociais e culturais para dar sentido ao seu presente e para controlar o seu futuro”. (BOURDIEU; SAYAD, 2006). Para Renk (2006), em ambos os casos, os grupos locais envolvidos vivenciaram, em diferentes tempos cronológicos, uma crise de “desenraizamento” tão violenta que afetou, principalmente, a base morfológica, o modo de vida dos envolvidos.

‘suas’, com a chegada das colonizadoras e dos teutos e ítalos à região e através de efetivas ações governamentais que não reconheciam o direito de posse dos caboclos.” (NODARI, 2009, p. 143).

Resumidamente, pretendeu-se refletir, através de narrativas, sobre esses (re)significados dados ao lugar, sobre as rupturas e permanências em relação às transformações ambientais ocorridas num espaço geográfico, que provocaram uma clivagem étnica e o afastamento dos caboclos dos usos habituais que ele fazia sobre a terra.

Partiu-se do pressuposto de que “fazer história, como conhecimento e como vivência, é recuperar a ação dos diferentes grupos que nela atuam, procurando entender porque o processo tomou um dado rumo e não outro”. (VIEIRA; PEIXOTO, 1991, p. 14). Procurou-se desmistificar, portanto, a historiografia oficial do imigrante herói, pioneiro, trabalhador e desbravador do município. Essa retórica deixa visível, no dia a dia da cidade, a marginalização social e cultural a que a população cabocla foi relegada.

Nas poucas narrativas sobre Guatambu, sempre se apresentou a ótica do mito civilizador e do pioneirismo do colonizador, reproduzindo no município as práticas espaciais trazidas do Rio Grande do Sul. Tais narrativas justificaram até o desmatamento acelerado e desgovernado, chamado por Bublitz (2008) de “desmatamento civilizador”, ocorrido nos faxinais do Tigre. Nesse processo, a floresta precisava ser dominada e derrubada, tornando-se sinônimo de civilização, de progresso e sucesso na nova pátria. Um exemplo do discurso do pioneirismo/desbravador do colono, presente atualmente em Guatambu, são as festas anuais ou bienais das famílias ditas “tradicionais” do município. Todas as narrativas foram constituídas a partir de um ponto de vista, fortemente pautadas no mito civilizador, o qual idealiza os grupos dominantes (descendentes de europeus) como desbravadores, corajosos, aventureiros<sup>6</sup> (BELLANI, 1991).

Nas entrelinhas da história local do jovem município de Guatambu, percebe-se o discurso do mito civilizador nas ruas, avenidas e bairros da cidade. Receberam nomes de migrantes colonizadores ou daqueles que se destacaram economicamente no local – como o

---

<sup>6</sup> Exemplos de narrativas que reverenciam o “pioneirismo” do colonizador do Faxinal do Tigre: I Encontro da Família Dal Piva (ocorrido em 2018); II Encontro da Família Schneider (ocorrido em 2019), II Encontro da Família Schwartz (ocorrido em 2021), III Encontro da família Rolim de Moura (ocorrido em 2023), entre outros. Nesses encontros, as narrativas são reconstituídas pela árvore genealógica do colono, e repassadas de geração para geração, a partir de fotos e objetos da família, prezando pelo discurso “do prestígio do nome, da honestidade, da dedicação ao trabalho, na organização doméstica, na mesa e nos sucessos econômicos” (COSTA; BATTISTEL, 1983, p. 118). Destacam, ainda, que os colonos foram os primeiros a chegar ao Faxinal do Tigre e construíram este lugar, pois não havia ‘nada’ no lugar.

grande comerciante de terras, Dante Travi; o dono da serraria, João Batista Dal Piva; os comerciantes Angelo Corá e Orlando Marchiori; o fazendeiro Emilio Zandavalli; o colono forte Manoel Rolim de Moura, entre outros – prevalecendo o discurso pioneiro/desbravador.

Consequentemente, nesse encontro/desencontro/confroencontro (ANDREIS, 2017) de culturas, a paisagem foi a primeira a sofrer transformações, em diferentes velocidades e direções, por ser o “resultado de uma acumulação de tempos” (SANTOS, 2006, p. 54), de mudanças parciais, mantendo elementos do passado, mesmo diante de uma nova dinâmica social e espacial. Persistências, rupturas e ressignificações passaram a ser percebidas nas narrativas da história regional. Santos (2006, p. 54) reforça que “o mundo em que estudamos é moldado pela ação dos homens e se encontra marcado por seus saberes, seus desejos e aspirações”. Assim, não podemos dissociar das discussões as modificações que esse território sofreu ao longo dos anos.

Conforme Santos (2006), pensar a paisagem enquanto herança de relações estabelecidas entre o homem e a natureza em um determinado momento da história requer buscar elementos para reconstituir essa relação, especialmente acerca da memória dos envolvidos, dentro ou fora do campo de tensões. Abreu (1998) vai mais adiante, dizendo que, para compreender as reconfigurações das paisagens locais e regionais, é preciso partir da visão de mundo de um outro sujeito e de seu testemunho, e não simplesmente do que enxergamos. É preciso trazer à tona a memória dos sujeitos, especialmente dos esquecidos da história, e entendê-la como elemento fundamental da identidade de um lugar<sup>7</sup>.

O olhar da geografia histórica na região da fronteira sul, diante das tantas transformações presenciadas no último século, volta-se para o povoamento e a ocupação da região, uma vez que não se pode pensar na paisagem dissociada da ocupação humana. Ao analisar a paisagem, Santos (2004) percebe uma integração inevitável entre o desenvolvimento de diferentes tecnologias produtivas, as racionalidades e os sentimentos humanos. Uma sociedade não se distribui de forma homogênea no espaço, torna-se o resultado de uma seletividade histórica e geográfica e, ao mesmo tempo, uma necessidade histórica e geográfica (SANTOS, 2004).

Dito isso, as modificações que ocorrem na paisagem num certo espaço geográfico serão influenciadas pela presença humana e pela necessidade das determinações sociais em um dado

---

<sup>7</sup> Dora Shellard Corrêa traz à tona, em suas pesquisas, “os esquecidos” da história, “a partir da recuperação das paisagens dos lugares que habitavam. Na compreensão da autora, índios, posseiros e lavradores pobres em momentos históricos distintos tiveram seus espaços de existência – suas paisagens – alterados para a adequação daquilo que o Estado brasileiro entendia como ideal a seus interesses econômicos. Assim, esse processo de apropriação soterrou não somente o lugar, também os que ali existiam” (COLACIOS, 2013, p. 248).

momento. Parafraseando Sack (1986), Silva, Brandt, Carvalho (2015, p. 274) revelam que o “uso dos recursos naturais que compõem um território está ligado à maneira como as pessoas utilizam a terra, se organizam no espaço e como dão significados ao lugar”, criando um forte sentimento de pertença.

Essa integração entre paisagem e ação humana pode ser sentida desde as primeiras pegadas humanas na região dos campos, ainda em tempos muito remotos, até a chegada do europeu e suas primeiras incursões pelo Planalto Sul do Brasil, a partir dos séculos XVI e XVII. A partir de então, “a alteração ambiental da região como um todo passa a ocorrer em um ritmo mais intenso, com a introdução e multiplicação de plantas e animais exóticos, com destaque para o gado bovino, cavalar, muar e suíno”. (SILVA; BRANDT; CARVALHO, 2015, p. 275).

Por fim, fez-se presente nesta pesquisa, como valorização das fontes da história oral, o testemunho oral de velhos caboclos e descendentes deles. Alberti (2008), ao analisar testemunhos orais (entrevistas), destaca as possibilidades de ouvir diferentes vozes, não se restringindo somente à análise da oralidade, mas apontando o cruzamento de outras fontes históricas. Para Thompson (2002, p. 88), a oralidade tem fundamental importância para a análise histórica, sendo preciso entender este vestígio humano, como “crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamento”.

Dessa forma, Alberti (2008, p. 157) mostra

a importância de se ouvir duas ou mais realidades históricas de diferentes personagens para, assim perceber suas singularidades, enxergar movimentos e compreender o contexto dos sujeitos, promovendo um diálogo, não sobrepondo e nem subjugando o outro, mas sim, entendendo realidades, constituindo, assim, um debate sobre diferentes visões econômicas, políticas, sociais e culturais.

Há que se fazer uma ressalva entre o trabalho com fontes orais e a história oral. O fato de usar entrevistas como fonte oral não significa que se está fazendo história oral. As entrevistas não devem ser usadas apenas para comprovar fatos ou testar a veracidade deles, nem tão pouco para acrescentar informações aos documentos já escritos. A entrevista é um instrumento da história oral para conhecer uma vivência, uma versão sobre a temática em questão, obter uma visão do tempo presente sobre o passado, narrar um ponto de vista sobre o presente, alternando interpretações de sujeitos diferentes.

Aquilo que consegue se restituir com a história oral reflete como oportunidade para as pessoas organizarem suas memórias. “Fontes orais são aceitáveis, mas com uma credibilidade ‘diferente’. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas

de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir.” (PORTELLI, 1997, p. 32). Se não houver um debate que perpassa pela teoria e pela perspectiva histórica, a entrevista perde o sentido de produzir história dentro da história oral.

[...] a história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo [...] Leva a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ela ajuda os menos favorecidos, especialmente os idosos, a conquistarem dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentido de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente à sua tradição. E oferece os meios para transformação radical no sentido social da história. (THOMPSON, 1992, p. 44).

A história oral permite, além do registro de testemunhos, “o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”. (ALBERTI, 2008, p. 155). Autores como Amado e Ferreira (2006), Marcon (2003), Portelli (1997), Thompson (1992) e Thompson (2002) darão suas contribuições para a análise das fontes orais como método e espaço de interação, ampliando o conceito de memória.

Os autores consideram a entrevista de história oral como uma ação com características próprias que vai além da compreensão e construção do passado. A entrevista entendida “não apenas como relato de ações passadas, tem como finalidade “chamar a atenção para a possibilidade de ela documentar as ações de constituição de memórias”. (ALBERTI, 2004, p. 35). O sujeito repensa e reconstrói as noções de realidade a partir do uso da memória.

Importante destacar que, além de priorizar as fontes orais, também foi realizado o necessário levantamento bibliográfico (documentos oficiais, fontes iconográficas, recortes jornalísticos, mapas, entre outros) sobre os primórdios da ocupação e colonização do município de Guatambu, uma vez que há carência de textos específicos sobre a temática. Mesmo nos municípios de Caxambu e Chapecó, aos quais Guatambu pertenceu antes da emancipação, pouca documentação existe, devido ao oeste catarinense, ter pertencido ao estado do Paraná até 1917, o que torna complexo encontrar documentos anteriores a essa data em outros municípios. No próprio cartório local, a data mais remota dos arquivos é o ano de 1920. Utilizamos os registros de compra e venda da terra, nascimentos e casamentos arquivados na Escrivania de Paz do município a partir dessa data.

As leituras deram o amparo para a metodologia de Análise de Conteúdo, proposta por Moraes (1999), a qual analisa e sintetiza o processo de construção da pesquisa, numa abordagem qualitativa, em que as categorias poderão ir emergindo ao longo do estudo, assim como os objetivos, no seu sentido mais preciso, irão se delineando à medida que a investigação avança. O autor explicita como acontece a análise do material de pesquisa:

[...] também é preciso compreender que a análise do material se processa de forma cíclica e circular, e não de forma sequencial e linear. Os dados não falam por si. É necessário extrair deles o significado. Isto em geral não é atingido num único esforço. O retorno periódico aos dados, o refinamento progressivo das categorias, dentro da procura de significados cada vez melhor explicitados, constituem um processo nunca inteiramente concluído, em que a cada ciclo podem atingir-se novas camadas de compreensão. (MORAES, 1999, p. 6).

Para arguição dos dados encontrados, utilizou-se uma metodologia que, basicamente, é um modo de apoio para estabelecer rigorosidade à singularidade da autoria e à generalidade do tema em pesquisa. Esse caminho permitiu visualizar as peculiaridades da etnia cabocla, tendo como horizonte o problema de pesquisa, enquanto identificação, participação e contribuição no povoamento do município de Guatambu, no recorte de tempo de 1920 a 1950.

Para analisar as fontes, autores como Alberti (2008), Albuquerque Júnior (2009), Amado e Ferreira (2006), Marcon (2003), Thompson (1992), entre outros, remetem ao uso, aos cuidados e à metodologia da história oral, entendida como um espaço de interação, apresentando uma nova relação entre pesquisadores e os sujeitos históricos, estimulando a reflexão sobre memória coletiva e individual. Candau (2011), Le Goff (2013) e Marcon (2003) se referem às narrativas sobre memória, identidade e cultura. Já Chartier (2002) colabora para a representação das questões conceituais.

Para desenrolar a problemática da pesquisa, os participantes entrevistados são descendentes de segunda e terceira geração de velhos caboclos que ocuparam o antigo Faxinal do Tigre no final do século XIX. Para alternar interpretações de sujeitos diferentes e conseguir mais versões do tempo presente sobre o passado, também foram entrevistados descendentes de colonos que povoaram Guatambu a partir de 1930. As entrevistas foram gravadas em áudio (e algumas filmadas), mediante consentimento e assinatura do participante, com tempo estimado de cinquenta minutos para cada entrevistado<sup>8</sup>. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que

---

<sup>8</sup> As entrevistas estão disponíveis na página do Laboratório Fronteiras da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus de Chapecó/SC e foram submetidas a análise criteriosa do Comitê de Ética da instituição, sendo autorizada a realização e publicação pelo processo CAAE nº

“as entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”. (PORTELLI, 1997, p. 31).

Outra parte das entrevistas, citadas no decorrer do texto, está registrada no livro “Fragmentos de memórias das famílias pioneiras de Guatambu”<sup>9</sup>. Uma produção independente, feita por oito mulheres, amantes dos “causos” pretéritos, registrando a memória oral de antigos moradores de Guatambu. A narração constante no livro não teve a pretensão de ser uma produção acadêmica e, sim, deixar registrada, a partir da transcrição tal e qual de depoimentos orais, uma parte da história de 174 famílias de caboclos e colonos que vieram morar em Guatambu há mais de 50 anos. A edição do livro, produzido a várias mãos durante cinco anos e organizado por Marcio Serpa, apresentou-se como oportunidade para caboclos e colonos lembrarem conhecimentos, apresentar vivências e reorganizar memórias para além dos limites acadêmicos.

A última parte das entrevistas utilizadas nesta pesquisa encontra-se no trabalho de conclusão do curso de História intitulado “A presença cabocla na ocupação e colonização do município de Guatambu no período de 1910 a 1950” (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998), da UNOESC, Campus Chapecó. Boa parte dos arquivos orais desse estudo está no acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) e nos arquivos pessoais das acadêmicas.

A partir das fundamentações teóricas e metodológicas apresentadas, articulou-se esta dissertação em três capítulos.

---

58680622.7.0000.5564. A locomoção dos participantes ficou a cargo da pesquisadora ou do entrevistado, em comum acordo, e os eventuais custos foram pagos pela pesquisadora. Juntamente com a entrevista, outros instrumentos, como objetos pessoais, fotografias, cartas, escrituras e recibos, foram ofertados pelos participantes, sendo voluntária a doação ou guarda à pesquisadora, em consonância com o Comitê de Ética. O local das entrevistas poderia ser disponibilizado pela pesquisadora, em salas públicas com reserva antecipada, ou na própria residência, se o participante assim preferisse.

<sup>9</sup> No ano de 2017 Mara Luci Santa Catarina (in memoriam), na época presidente do grupo de mulheres ‘Renascença’ da comunidade da Fazenda Zandavalli, lançou a ideia de homenagear famílias que vieram morar em Guatambu há mais de 50 anos. Naquele ano, organizou-se então, um evento através da Câmara Municipal de Vereadores, para entregar uma menção honrosa em reconhecimento à contribuição de 70 famílias para a história do município de Guatambu. A ideia foi ganhando corpo, trazendo mais adeptas ao projeto, e a partir de 2018, teve o apoio do Departamento de Cultura do município. Foram cinco anos de pesquisa, coletando, escrevendo dados e analisando imagens, de 174 famílias, pelas voluntárias Ângela Regina da Silva Sulzbach, Cleusa Helena Zezak, Cristiane Honorato da Fonseca, Inerve Fátima Alberti Bettu, Luzia Margaret Corá, Neusa Maria da Silva Corá, Vera Maria Zandavalli e Virgínia Dominga Stefenon Rostirolla.

No primeiro, intitulado **A presença humana no Faxinal do Tigre**, fez-se um levantamento histórico e bibliográfico da ocupação do oeste de Santa Catarina e da chegada do caboclo ao Faxinal do Tigre. Procuramos, outrossim, conceituar o caboclo, em especial o da região de fronteira do Faxinal do Tigre. Apesar de, nas últimas décadas, a historiografia regional permitir discussões mais localizadas, o conceito ainda vem carregado de preconceitos e de termos pejorativos de sujeito atrasado, ignorante, preguiçoso, vagabundo e de maus hábitos.

Para conceituar o termo caboclo e desmistificar termos pejorativos, a pesquisa exigiu um olhar mais atento ao “local” onde esse sujeito está inserido e às relações que são mantidas pelos grupos que compõem o “local”, em âmbito geográfico, social, cultural, econômico e religioso. No caso específico de Faxinal do Tigre, o caboclo é aquele sujeito que tem sua lide num pequeno pedaço de terra para subsistência, em uma região geográfica que não é só de mata nem só de campo, é um faxinal. De quebra, aproveita os ervais nativos para corte, uso e até comércio da erva-mate.

Com o prenúncio da colonização, o caboclo passou a trabalhar na terra do colono “forte”, plantando em escala maior e/ou cuidando do gado desse colono, como agregado. Ou, ainda, o caboclo do Faxinal do Tigre foi aquele sujeito que trabalhou nas serrarias para completar a renda da família em épocas sazonais, como peão de serraria ou balseiro.

Destacamos que essas atividades laborais e transformações no modo de vida caboclo romperam com a forma tradicional do caboclo usufruir e se relacionar com a terra, com os animais e com os recursos naturais. É na relação com o colono que o caboclo construiu elementos sociais, culturais e religiosos próprios e diferenciados do colono, que lhe garantiram uma luta diária e invisível para manutenção desses elementos, seja no campo das representações, seja no confronto armado.

No segundo capítulo, sob o título **O tempo antigo nos Faxinais do Tigre**, propusemos a análise da relação estabelecida entre o caboclo de Guatambu e a chegada do colono migrante vindo do Rio Grande do Sul, após 1920. Discorremos sobre o (des)encontro/confroencontro de culturas e a modificação da paisagem de Faxinal do Tigre, o modo de tratar a terra, os ofícios laborais estabelecidos e a identidade cultural (re)estabelecida entre os dois grupos.

Buscou-se uma narrativa que identifique e reconheça o “tempo d’antes” ou o “tempo antigo” relatado inúmeras vezes pela comunidade cabocla da região oeste “como um tempo bom, de fartura e que não volta mais” (RENK, 2006, p. 135), mesclando com as memórias que revelaram uma cultura cabocla valente e resistente, com um sistema de cultivo dividido em terras de plantar e terras de criar, juntamente com práticas religiosas (rituais, crenças, orações) e simbologias próprias.

Ao mesmo tempo, pretendeu-se construir uma narrativa que capaz de transparecer as mudanças na paisagem geográfica e cultural do município de Guatambu, ocasionadas pelo projeto colonizador implantado na região oeste e, conseqüentemente, em Guatambu, nas primeiras décadas do século XX, dando destaque ao Sistema Faxinal de criação de animais à solta pelo coletivo do grupo.

No terceiro capítulo, **De Faxinal a Guatambu: permanências ou rupturas?** abordamos aspectos das permanências e rupturas na base morfológica do caboclo, especialmente em relação ao uso da terra e à modificação da paisagem local, para uma ressignificação desse espaço de fronteira, apresentado como um local de alteridades.

A chegada do colono ao Faxinal do Tigre a partir de 1920, a atuação da Companhia Colonizadora Isaac Pan e Vargas e a inserção da lide cabocla em novas atividades, seguindo a lógica de se integrar ou se excluir (RENK, 2006), fizeram parte das discussões do terceiro capítulo. A colonização, enquanto fato social (MAUSS, 2003), afetou a vida dos caboclos e dos colonos como um todo. Desde a implantação de novas técnicas de cultivo, derrubada da floresta até a propagação do processo monetário, os colonos contrastaram essas e outras diferenças, estabelecendo uma fronteira étnica com o caboclo. A fricção étnica estabelecida a partir do (des)encontro dos dois grupos relegou um grupo à subalternidade, revelando a perda do modo de vida do caboclo, bem como do seu território e da territorialidade do grupo.

## 1 CHEGANDO AOS FAXINAIS DO OESTE CATARINENSE

Valorizar a história local é entender o local como um lugar de enorme diversidade no interior do saber historiográfico. A história local “abriga dentro de si a possibilidade de se pensar tantos espaços internos, não apenas devido à sua impressionante diversidade geográfica e natural como, também, em virtude da multiplicação de alternativas culturais”. (BARROS, 2013, p. 168). Assim, o “local” torna-se foco de atenção do historiador ao se mostrar um espaço rico para as suas práticas e escolhas.

No viés da história local, Barros (2013, p. 168) diz que “uma história que se produz de um lugar [...] traz as marcas deste lugar” e produz novas interações com os narradores deste lugar. Essas contribuições sobre a história local tornaram-se válidas no cenário historiográfico dos últimos anos, período em que os assuntos políticos, sociais e culturais, referentes às minorias étnicas, vêm dialogando com a questão da terra, do trabalho e da economia.

A possibilidade de compreender o “local” como um espaço de embate constante, em diferentes campos que formam a sociedade, trouxe, nas últimas décadas, as discussões sobre temáticas locais. A grosso modo, história regional é aquela que acontece “no interior das fronteiras regionais, não a história dos acontecimentos que produziram essas dadas fronteiras” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 56).

Historicamente, as regiões de fronteira<sup>10</sup> sempre foram alvo de muitas disputas pela posse, algumas seculares. Não foi diferente no oeste de Santa Catarina. As disputas pela região iniciaram antes mesmo de serem “descoberta” oficialmente pelas monarquias de Portugal e Espanha, quando, em 1494, traçou-se a linha imaginária delimitando as “fronteiras” para a região cuja extensão territorial ainda nem era conhecida.

Seguindo o certame pela delimitação das fronteiras, temos a confrontação entre Brasil e Argentina (1857-1895) na questão de Misiones e/ou Palmas, quando os discursos pela independência das colônias eram bem latentes. Outrossim, contamos com a disputa entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, que resultou na fatídica Guerra do Contestado (1912-1916), trazendo à tona questões para além dos limites geográficos, como o discurso da missão

---

<sup>10</sup> Para contextualizar o termo fronteira, utilizaremos nesta dissertação o conceito de Martins (1996, p. 27): “um ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos”. No decorrer da pesquisa, especialmente no terceiro capítulo, aprofunda-se o termo “fronteira” e analisa-o em diferentes contextos e significados tendo ciência de que a fronteira é “simultaneamente, lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos. A unidade do diverso, pressuposto metodológico da dialética, encontra aí o lugar mais adequado e mais rico para a investigação científica.” (MARTINS, 1999, p. 25).

civilizatória, do progresso, da abertura ao capital estrangeiro, do povoamento das fronteiras distantes com a colonização do sertão<sup>11</sup>.

Independentemente das disputas pela definição de fronteiras geográficas ou pela expansão do território brasileiro, com todo o aparato burocrático e político disponibilizado pelas autoridades, cabe lembrar que as maiores disputas ocorridas em todos os espaços e diferentes tempos foram aquelas pela posse da terra entre indígenas, caboclos e migrantes europeus<sup>12</sup>, que tornaram o local um lugar de relações complexas entre o ambiente e indivíduos e/ou grupos que o compõem, ultrapassando as discussões sobre fronteiras. Com essa fala, Albuquerque Junior (2009) faz o alerta de que a história de um lugar é afetada por acontecimentos que vão muito além da regionalidade, vão para além das fronteiras geográficas oficiais. O local vai ser o lugar onde se estabelecem relações complexas entre o individual e o coletivo, que incidem sobre o ambiente e as identidades (re)construídas.

Desse modo, a região oeste de Santa Catarina viu toda sua paisagem e suas relações humanas modificadas, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII e início do século XIX, tendo sido as populações indígenas e caboclas os agrupamentos humanos mais prejudicados nessas contendas. Aliás, a história oficial não tem sido generosa com as minorias étnicas. “Não integram as hagiografias e tão pouco o panteão dos mitos fundadores, o que se reflete nas abordagens de ‘territorialidades’ e ‘territórios’ construídos” (RENK; CONFORTIN, 2017, p. 137-139), prevalecendo, na maioria das vezes, a territorialidade do colonizador em detrimento da dos moradores locais.

Estudando o caso da região de fronteira da América Meridional, na parte sul do Brasil, percebe-se a imposição da territorialidade do colonizador ao longo dos séculos, que se iniciou pelas expedições que adentraram nos “Campos de Guarapuava” (a partir de 1810) e de “Palmas” (a partir de 1836). Tais expedições tornaram visíveis os ervais nativos para exploração da erva-mate e os vastos campos para pastagem na criação de bovinos. O trânsito constante e as trocas

---

<sup>11</sup> Apesar do conceito de sertão apresentar diferentes categorias, atende-se, nesta pesquisa, ao expressado por Amado (1995, p. 146), enquanto categoria construída durante a colonização portuguesa para se referir “à espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados, longe do litoral”. Com essa referência, o conceito de sertão ganha uma conotação mais contundente no projeto colonizador do oeste de Santa Catarina a partir de 1917, após a definição das fronteiras geográficas entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. O sertão do grande oeste catarinense, no sentido literal do conceito, vivencia a partir de então, a “transferência de glebas retalhadas em minifúndios em todo o interior do oeste catarinense, num grande projeto de colonização, sob responsabilidade de dezenas de empresas sul-rio-grandenses”. (RENK; WINCKLER, 2017, p. 309).

<sup>12</sup> D’Angelis (1995) contribui para o entendimento da luta pela posse da terra entre indígenas e colonizadores da região oeste de Santa Catarina entre o final do século XVIII e início do XIX bem como do avanço das frentes pastoris sobre o território kaingang.

comerciais na região aconteciam, entre brasileiros e argentinos, através dos Campos de Palmas, à revelia de suas fronteiras.

Mais a oeste e a extremo oeste do estado, encontrava-se a Floresta Estacional Decidual (FED). Localizada próximo ao rio Uruguai e na divisa com a Argentina, era uma floresta mais aberta e repleta de cipós, com grápias, canafístulas, angico-vermelho, que perdem as folhas no período mais seco e frio do ano. Originalmente, cobria 8% do estado. Também chamada de Floresta Semidecidual<sup>13</sup>.

Foi nesse contexto geográfico e ambiental que a ocupação do campo e da floresta da região oeste, povoados secularmente por diversos grupos indígenas, tornou-se alvo de históricas disputas territoriais a partir do século XIX. Por ter uma população esparsa, o discurso do vazio demográfico e do crescimento econômico da região foi tomando conta do cenário político local e regional.

Notou-se que as áreas de floresta do planalto catarinense foram se apresentando “como um espaço possível de ocupação, principalmente a partir do final da primeira metade do século XIX, quando as áreas principais de campos já haviam sido apropriadas pela criação de gado”. (BRANDT, 2015, p. 305). Com diferentes agentes, a ocupação dos campos e das florestas passou a representar “não apenas paisagens distintas, mas também diferentes modos de vida e possibilidades de independência dos laços até então costurados com as fazendas das áreas de campos” (BRANDT, 2015, p. 305).

Foi o modo de povoamento defendido pelos portugueses, enquanto colônia de exploração, que contribui para a

formação de um modelo sociocultural de adaptação ao meio [...] Diante da natureza desconhecida, os portugueses e a população brasileira que se constituiu ao longo do empreendimento colonial incorporaram diversas técnicas adaptativas dos indígenas na alimentação, na capacidade de ajustamento às condições do ambiente, nas formas de uso do espaço e nas formas de organização do trabalho e da sociabilidade. (BRANDT; NODARI, 2011, p. 82).

As incursões promovidas pelo governo imperial no final do século XVIII e início do XIX promoveram a ligação entre o Centro Oeste e o Sudeste da nação com a parte Sul do Brasil. Para atender a economia mercantilista do governo imperial, “em pouco tempo haviam se instalado na

---

<sup>13</sup> Florestas estacionais semidecíduais, classificadas anteriormente como florestas subcaducifólias, são formações de ambientes menos úmidos do que aqueles onde se desenvolve a floresta ombrófila densa. Em geral, ocupam ambientes que transitam entre a zona úmida costeira e o ambiente semiárido”. (ARAÚJO FILHO, 2021).

região de Palmas 37 fazendas de criação” (POLI, 2006, p. 58), que em 1855 despontou como freguesia<sup>14</sup>. As fazendas de criação abasteciam o mercado consumidor do Sudeste.

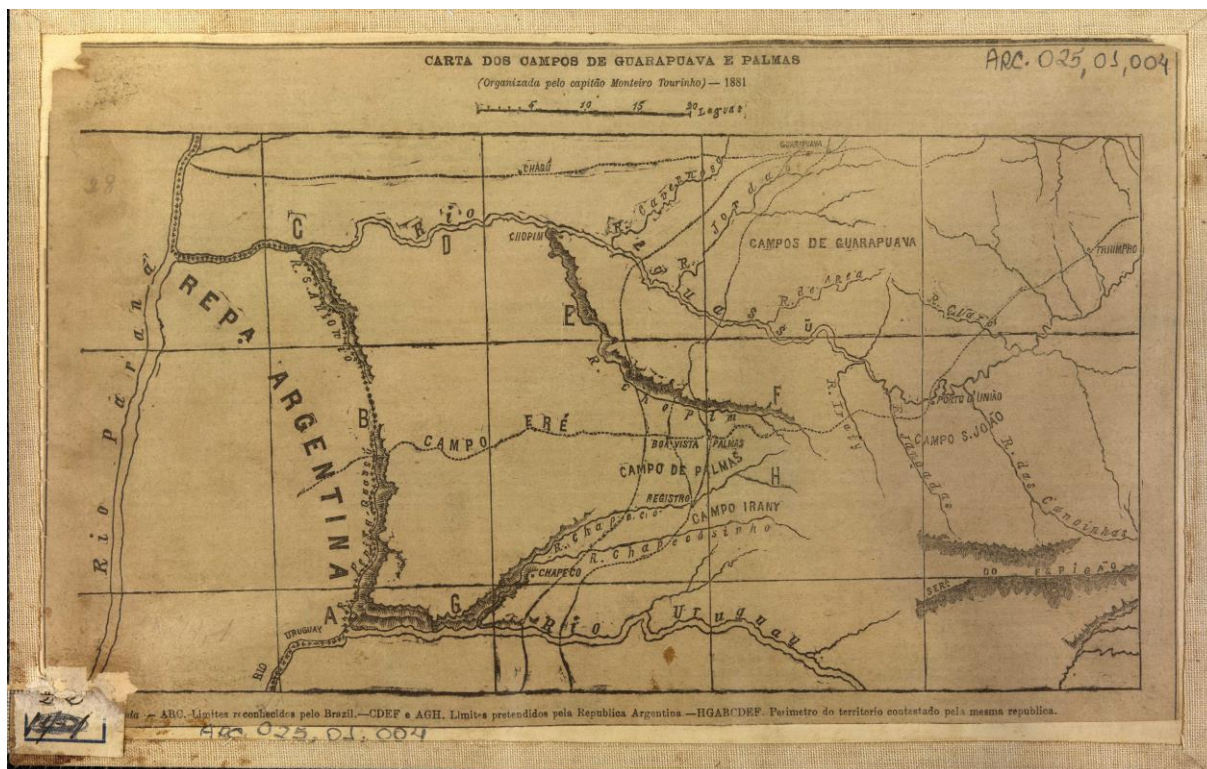
Consequentemente, as regiões próximas a Palmas, como Campo Erê, passaram a ser cobiçadas por paranaenses e argentinos, porque além da erva-mate, o gado vacum e os muares tornaram-se atraentes ao mercado consumidor do centro do país. Segundo D’Angelis (1995, p. 159), o reconhecimento e a anexação dos “Campos de Palmas” pelo governo imperial foram decisivos para manter seu plano de expansão geopolítico, garantindo a posse das terras frente às disputas territoriais com os países vizinhos. Para compreender as relações estabelecidas entre o ambiente e os indivíduos/grupos que o compunham e definir fronteira como limite geográfico, faz-se necessário localizar melhor os “Campos de Palmas” (Figura 3).

---

<sup>14</sup> “As Freguesias eram unidades administrativas do Império, em função da concordata entre a Igreja Católica e o Império. Correspondiam ao que são hoje as jurisdições dos cartórios de Imóveis e, na sua sede – nos livros da Igreja – se faziam os registros dos terrenos e direitos de posse.” (D’ANGELIS, 1995, p. 161). “Em cumprimento do decreto nº 1.318 de 1854, que instituía que as terras ocupadas ou obtidas por concessão deveriam ser registradas nas freguesias pelo seu vigário, foram registradas 89 propriedades somente em Palmas.” (RENK, 2006, p. 39).



**Figura 4 – Carta dos Campos de Guarapuava e de Palmas**



Fonte: Carta ([1882?])

Pelo mapa do Paraná de 1882, pode-se ter uma noção da extensão territorial dos Campos de Palmas e de quão importante foi o adentramento e a ocupação dessas terras para as autoridades regionais e estaduais. Abrindo um parêntese na discussão, por ser um ponto geopolítico importante para o governo federal e para os estados do Paraná e de Santa Catarina, surgiu, entre 1909 e 1917, o movimento popular para tornar os “Campos de Palmas” um estado independente.

O movimento, encampado por várias autoridades regionais dos dois estados, pretendia trazer para o “Estado das Missões”<sup>15</sup> (Figura 5) as cidades de “Palmas e mais [...] Campos Novos [...] as vilas de Chopim, Mangueirinha, Salto do Funil, Porto União, Campo de S. João, S Roque, Lajeadozinho, Encruzilhada, Campo Alto, S. Thomaz de Papanduva, Herval, Chapecó, Conceição e outros” (BARBOZA, 2021, p. 164). A capital seria Palmas, cuja área contaria com um contingente populacional de mais 130 mil habitantes, novamente atendendo ao projeto colonizador, modernizador e urbanizador de alguns grupos políticos.

<sup>15</sup> O Estado das Missões, de acordo com Barboza (2021), não se efetivou devido à engendrada Guerra do Contestado.

**Figura 5 – Território do Estado das Missões**



Fonte: Barboza (2021)

Vale frisar que a ocupação tanto dos “Campos de Guarapuava” quanto dos “Campos de Palmas”, da segunda metade do século XIX em diante, firmou-se por intensas disputas em razão da economia mercantilista portuguesa, com base na geopolítica colonial, e das ideias de “sertão inculto”, região de bandidos, grande vazio demográfico.

É importante lembrar que a área de “campo”, enquanto formação vegetal, possuía uma dimensão menor dentro da região chamada “Campos de Palmas”, que era formada também por áreas de florestas. De acordo com Waibel (1949), o que caracterizava a paisagem do planalto sul do Brasil era a vegetação dividida em florestas de araucárias e de campos, que deram origem às diferentes formas de ocupação e uso de seus recursos no pretérito. Dessa maneira, o autor levanta a questão da dualidade “campo e floresta” nas ocupações humanas ocorridas na região sul do Brasil e no oeste de Santa Catarina.

Waibel (1949) concentrou sua atenção nos fundamentos da colonização europeia no Sul brasileiro e os diferentes sistemas de uso da terra. Suas pesquisas procuram dar subsídios a respeito da colonização agrária no Brasil, bem como compreender o fortalecimento dos latifúndios no sul do país e a produção de grãos em grande escala. Outrossim, procurou identificar as etapas do processo de territorialização do capital, elaborando uma crítica às perspectivas de modernização e/ou que consideram positivo o processo civilizatório ocorrido no sul do Brasil.

O autor apresenta diferenças no processo de ocupação da floresta e dos campos, que originaram diferentes paisagens: a ocupação das florestas se deu pelo colono europeu e não deve ser entendida aqui como uma preferência, e sim como espaço destinado à colonização, advindo de terras devolutas de pouco interesse para o pecuarista das áreas de campos. Waibel (1949, p. 220) aponta para a constituição de uma paisagem colonial, feita por “pequenos agricultores brancos”, pelos “colonos laboriosos” com referência à pequena propriedade familiar. A ocupação dos campos se deu pelos luso-brasileiros, constituindo as fazendas de criar, empregando “negros e mulatos e com um modo de vida quase medieval”.

A dualidade campo/floresta compunha a paisagem regional do oeste catarinense, ocupada, nos séculos XVIII e XIX, por diferentes agrupamentos humanos. O campo, no caso de Santa Catarina, foi ocupado pelo fazendeiro, para desenvolvimento da pecuária. A floresta, naquele momento menos interessante, foi ocupada pela “população das matas” (RENK, 2004, p. 19), ou seja, pelos caboclos ou brasileiros, espalhados pela região sul do Brasil, além dos indígenas.

Foi também na dualidade da ocupação campo/floresta que as disputas se acirraram. De um lado, indígenas Xokleng, Kaingang e Guaranis e caboclos defendiam seus territórios naturais e o modo extrativista de sobrevivência (divididos em índios mansos<sup>16</sup> e índios arredios); de outro, os colonizadores não índios (jesuítas, bandeirantes, exploradores portugueses e espanhóis), trouxeram a expansão do mercado do gado muar e vacum, defenderam a frente pastoril, a propriedade privada e os ideais capitalistas, que chegavam ao país com a imigração europeia. Em paralelo, havia a disputa de limites geográficos, por meio da qual o governo argentino tentou ampliar suas fronteiras, avançando sob os Campos de Palmas.

Consolidada a ocupação, o povoamento e a incipiente urbanização de Palmas para atender a geopolítica imperial, a efervescente economia e o comércio no centro do país, a presidência da Província de São Paulo determinou, em 1845, a abertura de picadas que a ligassem à freguesia de Ponta Grossa (Paraná), passassem pelos Campos de Palmas e seguissem em direção à Vila de Cruz Alta, comunicando-se com a Província do Rio Grande do Sul.

O alferes Francisco Ferreira da Rocha Loures foi o responsável pela organização e efetivação dessa estrada. Rocha Loures era o coletor de rendas da freguesia de Guarapuava e

---

<sup>16</sup> De acordo com Marquetti e Silva (2016, p. 109), o termo caboclo foi utilizado para “denominar o índio que ocupava as terras do interior do Brasil em oposição ao que vivia no litoral ou para se referir ao homem do ‘mato’. Para a conceituação ‘mato’ Cascudo (1972, p. 193) revela que é uma palavra de origem Tupi “caá, mato, monte, selva, e boc, retirado, saído, provindo, oriundo”.

teve o apoio do indígena Vitorino Condá<sup>17</sup> para conseguir mão de obra e passagem pelas terras Kaingang<sup>18</sup>. Outro caminho de tropa já havia ligado São Paulo a Santa Catarina por volta de 1728, através dos Campos de Lages, onde a pecuária desempenhou um papel importante na efetivação da economia catarinense dos séculos XVIII e XIX.

A partir daí o trânsito de tropas, em consequência da abertura dessas estradas (picadas), foi inevitável, intensificando-se a partir de 1854 para a região mais a oeste de Santa Catarina. Radin e Corazza (2018) explicam que o principal motivo dessa nova rota se deu por conta da nova carga tributária cobrada para a província catarinense, pela passagem do gado *vacum* e muar nos Campos de Lages. O fato é que, aos poucos, o governo imperial foi incorporando aos seus domínios vastos territórios da população Kaingang entre os rios Iguaçu e Uruguai.

De acordo com D'Angelis (1995, p. 168), a picada de Rocha Loures cruzava

os rios Chapecó e Chapecozinho, passava pela Campina do Xanxerê, Xaxim, pela Serra do Tigre, Pilão de Pedra, Passo do Carneiro e Goyo-en (Rio Uruguai). Atravessando esse rio, cruza os campos de Nonoai e segue para Cruz Alta, onde se liga à estrada que dá nas estâncias das Missões, vindo de Vacaria.

Esse caminho, de acordo com Werlang (2006, p. 24), “encurtava a distância e barateava o preço do gado para Sorocaba”; ainda, abriu espaço para exploração dos ervais nativos pela população sertaneja, especialmente pelo caboclo. Pousos ao longo da estrada foram se formando nos lugares onde as tropas paravam para descansar, como Passo do Xapecó, devido à agência de impostos ali instalada (hoje Abelardo Luz), Xanxerê, Passo do Carneiro, Passo dos Índios, Campina do Gregório e Goio-Ên (hoje Chapecó).

Dos pousos, surgiram novas vilas, com penetração mais intensa dos brasileiros na exploração da erva-mate. “Como era ‘terra de ninguém’, muitos brasileiros e argentinos ocupavam o oeste catarinense, visando à exploração da erva-mate. Grande parte dela foi comercializada na Argentina” (WERLANG, 2006, p. 25).

As grandes fazendas de gado, instaladas inicialmente no caminho das tropas dos “Campos de Lages”, não vingaram nessa nova rota em função das dificuldades de manutenção da atividade

---

<sup>17</sup> Souza (2014) analisa o papel de Vitorino Condá como liderança indígena no oeste de Santa Catarina – para alguns, herói, para outros, bandido – e conclui que, como a maioria das lideranças indígenas, Condá optou entre a aliança, a neutralidade, a negociação, a dissimulação e o conflito.

<sup>18</sup> Piovezana, Facco e Onghero (2017) destacam a luta secular do povo kaingang para não ceder aos interesses capitalistas do governo central na região oeste de Santa Catarina, mais especificamente em Chapecó. Tais interesses confinaram em áreas específicas os indígenas que viviam na região e liberaram outras áreas para colonização e exploração de recursos.

econômica e da escassez de capital circulante. A própria floresta inviabilizou a ampliação de pastagem para o gado. A marca do ciclo da pecuária nos campos representou, sem sombra de dúvidas, a conquista do território através do latifúndio e da expulsão da população indígena que ali vivia (RADIN, 2015), bem como a melhoria nos meios de comunicação e transporte da região.

No caminho das tropas da rota mais a oeste de Santa Catarina, os ocupantes não encontraram campos ou gramíneas, mas, sim, densas matas com enorme potencial extrativista, com algumas faixas de campo. A riqueza e os protagonistas, então, foram diferentes. A ocupação das matas se deu pela população cabocla, dispersando a família fazendeira, rompendo com os moldes das grandes áreas de criação de gado na área dos campos.

Mesmo com o governo central estabelecendo ligações, através de diferentes rotas terrestres, com várias regiões da fronteira sul do Brasil, a pretensão da Argentina em requerer as terras do oeste catarinense para si só aumentava. A questão de “Misiones”, ou de Palmas, ainda não estava resolvida. Disputa iniciada em 1857, ela teve uma trégua entre 1864 e 1870, (Guerra do Paraguai, travada entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e continuou até 1895.

Retomados os embates jurídicos, políticos e geográficos pela definição das fronteiras, no pós-guerra contra o Paraguai, o governo brasileiro, diante do avanço argentino nos Campos de Palmas, resolveu instalar colônias militares ao longo da estrada e dos pousos, a fim de evitar o avanço argentino sobre as terras brasileiras. Nesse contexto, foi criada a Colônia Militar de Chapecó em 1882 e mais seis colônias militares em toda a região Sul<sup>19</sup>.

Destacamos que a criação das colônias militares, na segunda metade do século XIX, apareceu como uma estratégia de expandir, ocupar e povoar a região da parte sul do país e delimitar fronteiras; porém, não mudou a lógica da disputa pela posse da terra entre índios e colonizadores não índios. As armas, a catequese e o aldeamento foram instrumentos usados para convencer índios “hostis” à ocupação e “civilizá-los” para que servissem de defensores de uma fronteira até então pouco habitada, sob o princípio do *uti possidetis* (VENSON, 2020).

Ao mesmo tempo, as colônias militares passaram a desempenhar atividade colonizadora ao enviar para essas regiões, militares e seus familiares, juntamente com outros civis, geralmente colonos imigrantes, que aceitassem o desafio de viver sob a ordem e a disciplina militar, recebendo a terra com um ano para ocupá-la (VENSON, 2020). No caso da Colônia Militar de Chapecó, foram distribuídos 255 títulos de terras desde sua criação em 1882 até 1910,

---

<sup>19</sup> De acordo com Venson (2020), entre 1853 e 1889 foram criadas sete Colônias Militares, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul: Jataí (1855), Xopim (1882), Iguaçu (1889), Caseros (1859), Alto Uruguai (1877), Santa Thereza (1854) e Chapecó (1882). Venson (2020) faz uma análise da instalação da Colônia Militar do Xapecó, como uma das muitas tentativas governamentais de ampliar e proteger fronteiras e ocupar uma região considerada um “vazio demográfico”.

e os lotes foram regulamentados após o litígio entre Paraná e Santa Catarina ser completamente resolvido em 1925 (Lei nº 1.511 de 26/10/1925).

José Bernardino Bormann<sup>20</sup> foi o militar responsável pela administração da colônia militar de Chapecó, instalada aproximadamente onde hoje é o distrito de Marechal Bormann e ligada inicialmente aos Ministérios da Agricultura e da Guerra. Os lotes eram divididos em rústicos e urbanos, com territórios extensos (20 a 25 alqueires), bem demarcados e chamados de lotes militares (VENSON, 2020).

Do ponto de vista do povoamento, a Colônia Militar de Chapecó não atingiu seu objetivo da colonização, pois os “lotes militares” eram títulos provisórios, e os poucos proprietários que restaram sobre essas terras só conseguiram legalizar o título muitos anos depois, inclusive após a extinção da Colônia Militar. Fortes (1990, p. 19) expressa sua visão sobre o assunto dizendo que foi “uma pena a Colônia Militar não ter sido criada bem antes, e a sua instalação ter ocorrido tardiamente. Porque ela [...] orientou e valorizou o ‘caboclo’, fazendo-o sentir dignificado pelo seu trabalho e posse da terra como proprietário integrado à sociedade”.

Para Poli (2006), a afirmação de Fortes (1990) é contraditória. Pela falta de condições financeiras, os ocupantes das terras não conseguiram legalizá-las. Portanto, não foram demarcadas e voltaram a ser terras devolutas. Mais tarde, as mesmas terras atenderam aos interesses das companhias colonizadoras e foram vendidas a preços baixíssimos, por pressão dos compradores do Rio Grande do Sul, interessados nos pinhais para exploração, alegando que os caboclos não eram capazes de aproveitar aquelas terras.

Por outro lado, encontramos famílias caboclas de Guatambu que não seguiram a lógica da colonização implantada pelas colônias militares nem pelas companhias colonizadoras. É o caso da família Elisbão da Luz, que chegou ao Faxinal do Tigre por volta de 1880 para comprar terras. Vieram com alguns recursos financeiros de Soledade, no Rio Grande do Sul, atravessando o rio Uruguai, no lugar que hoje chama-se Porto Chalana. Ali se estabeleceram, inicialmente, como posseiros, entendendo que aquelas terras não eram deles e sim do governo<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> José Bernardino Bormann, figura conhecida do meio militar na segunda metade do século XIX, atuou em diferentes frentes militares no Paraná e em Santa Catarina. Em Chapecó é rememorado por ter sido o diretor comandante da Colônia Militar de Chapecó e, posteriormente, diretor da Colônia e da Fronteira de Palmas até 1898. Sua trajetória em Chapecó rendeu vários livros, nome de ruas, de escola e até um distrito em sua homenagem.

<sup>21</sup> Os descendentes da família Elisbão da Luz residem em Guatambu há mais de 120 anos. A narrativa acima foi contada em 2017 por Orélia Elesbão da Luz, neta de João Elisbão da Luz, o primeiro da família a chegar às terras da atual comunidade de Linha Elisbão. Parte de sua entrevista está citada no livro **Fragmentos de memórias das famílias pioneiras de Guatambu** (SERPA, 2022).

Só anos mais tarde conseguiram legalizar as terras, comprando-as da colonizadora Isaac Pan e Vargas.

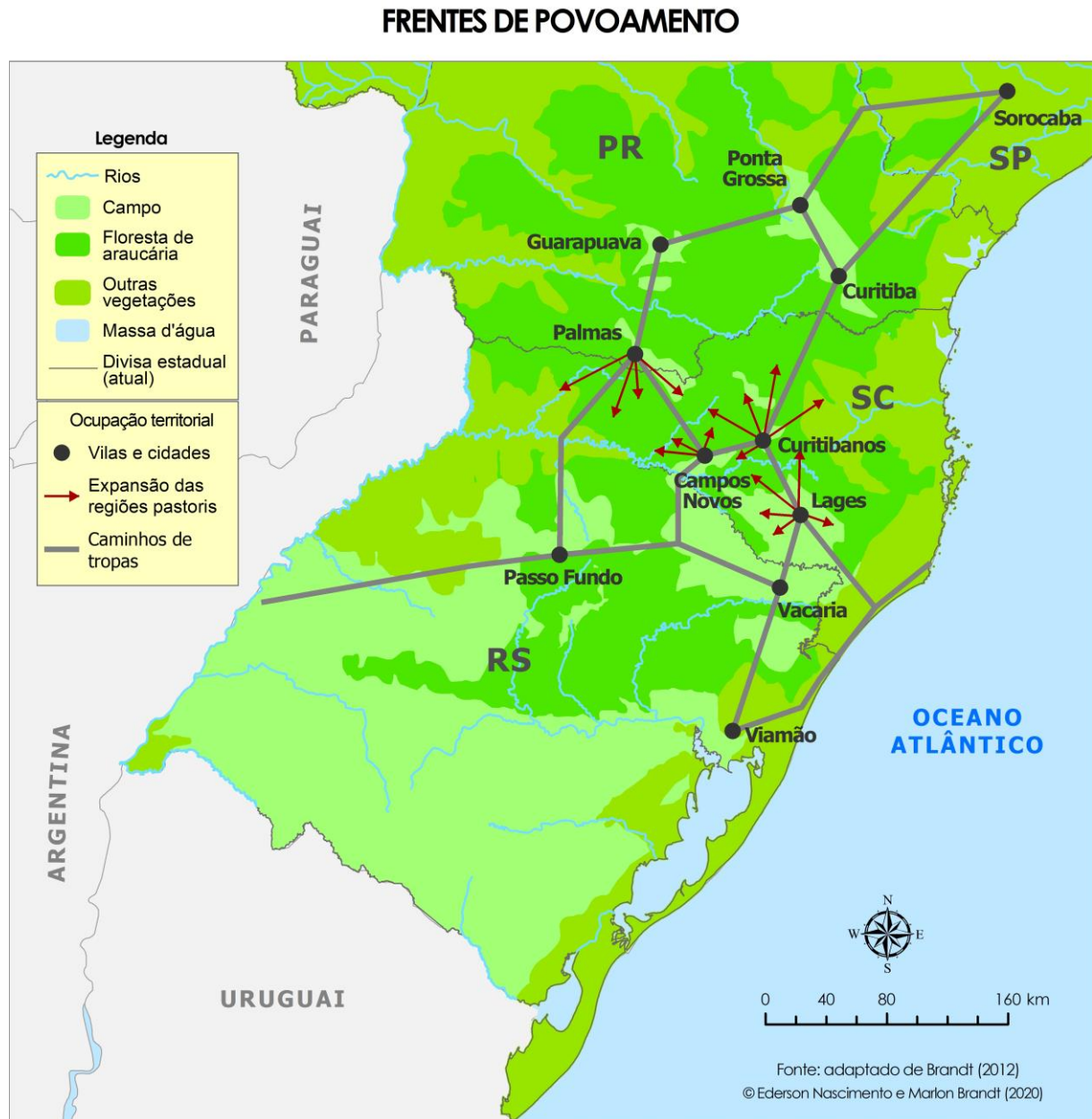
É legítimo que a formação da região da fronteira sul do Brasil tenha sido marcada por uma longa história de conflitos e ações judiciais até a delimitação definitiva dos limites territoriais. Porém, os conflitos não impediram que a ocupação humana da região envolvesse diferentes grupos humanos. Guaranis e caboclos trabalhavam na extração da erva-mate, tanto do lado argentino quanto do brasileiro. Tropeiros e outros grupos indígenas circulavam sem maiores preocupações com o limite geográfico ou com a língua falada. A convivência e o tempo deram origem a laços de parentesco, amizade, afetividade, compadrio com histórias comuns, independentemente do local de nascimento.

Nesse processo histórico de ocupação, a região oeste de Santa Catarina recebeu contingentes populacionais oriundos de diferentes frentes de povoamento (Figura 6). Partindo de Palmas, Campos Novos, Curitibanos e Lages, as frentes expansionistas de povoação adentraram o oeste catarinense, independentemente das fronteiras geográficas estarem ou não definidas, e as disputas pela posse da terra foram inevitáveis.

Com o advento da República no Brasil, novas configurações de disputa pela posse das terras se deram na região oeste de Santa Catarina. Resolvidos os conflitos de fronteiras entre Argentina e Brasil, os estados do Paraná e de Santa Catarina continuaram a disputa internamente pela posse dessas terras.

A área contestada abrangia 18 mil quilômetros quadrados a leste dos rios Chapecó e Jangada e 48 mil quilômetros quadrados entre os rios Uruguai, na parte sul, e Iguaçu, na parte norte de Santa Catarina. Históricas e inúmeras medidas judiciais se fizeram presentes na disputa pela definição das fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, especialmente no início do século XX, quando o Barão do Rio Branco, atendendo à nova política econômica e exterior do Brasil República, apresentou as potencialidades da região sul no Congresso Pan-Americano, ocorrido em 1905, em Washington (VALENTINI, 2009).

**Figura 6 – Mapa das frentes de povoamento do Oeste Catarinense**



Fonte: Nascimento *et al.* (2021)

A partir de então, abriram-se efetivamente as portas do Brasil ao capital estrangeiro, e a disputa não foi apenas pela definição das fronteiras geográficas, mas também pela posse da terra por grupos colonizadores privados que, com o aval do governo, pretendiam explorar as riquezas naturais dos “sertões” do sul do país e pelo povoamento da região por imigrantes europeus, efetivando a propriedade particular em terras devolutas.

Com a instalação da holding norte-americana *Brazil Railway Company* no sul do Brasil, o governo republicano continuou o processo de expropriação e expulsão da terra, especialmente de indígenas e caboclos, ou de qualquer grupo humano que estivesse no caminho do

“progresso” da nação. A colonização, o desenvolvimento econômico e o transporte/informação se tornaram pontos estratégicos da política republicana, juntamente com a integração e a ocupação dos “sertões” ou dos espaços “vazios” do país.

A *Brazil Railway Company* baseava seu empreendimento em três atividades: transporte (que era a atividade principal), a colonização (para atrair pessoas para trabalhar nos empreendimentos e gerar movimentação de capital) e atividade extrativista e/ou de desenvolvimento de base – como o extrativismo da madeira e serralherias para a venda de dormentes para ferrovia ou para carvão (VALENTINI, 2009).

No caso do sul do Brasil, além da construção da ferrovia que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, havia ainda a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, que desempenhou atividades de colonização e exploração da araucária (VALENTINI, 2009)<sup>22</sup>, o que levou ao maior conflito social do sul do Brasil envolvendo questões fundiárias pela posse da terra que já se ouviu falar, a Guerra do Contestado (1912-1916). A região passou a ser largamente explorada e a população violentamente reprimida.

A construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande cortou a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e a Floresta Estacional Decidual (FED), em terras contestadas judicialmente pelos estados do Paraná e de Santa Catarina, e marcou profundamente a história da região. Dois momentos distintos separam a história do Contestado: o antes e o depois da instalação dos trilhos, entre os rios Iguaçu e Uruguai. O domínio da floresta nesta região viria a decidir os rumos da posse e da propriedade privada dessas terras.

Até a inauguração da ferrovia, a região que hoje chamamos de oeste de Santa Catarina era habitada, esparsamente, por indígenas, caboclos ou brasileiros, mestiços e antigos moradores das terras devolutas da região do Contestado. Muitos deles eram posseiros, oriundos dos caminhos das tropas das rotas dos Campos de Lages e dos Campos de Palmas, como mencionado anteriormente.

Machado (2004, p. 336) analisa aspectos indígenas bem presentes no elemento miscigenado e aponta para as origens portuguesas e brasileiras ao afirmar que “a gente cabocla, com forte presença negra e indígena, mesclada a alguns grupos familiares de origem paulista e rio-grandense, compunha a principal base da população trabalhadora da região”. Esse grupo foi, fatalmente, o mais prejudicado no pós-Guerra do Contestado pelo acordo de

---

<sup>22</sup> Sobre o processo de instalação da empresa *Brazil Railway Company*, sua atuação na região sul do Brasil, a instalação da subsidiária Lumber e a Guerra do Contestado, consultar Valentini (2009).

limites, que implantou definitivamente a propriedade privada, o que alterou a paisagem regional e interferiu no modo de vida dos habitantes locais.

Findada a Guerra do Contestado e encerradas as disputas judiciais entre Paraná e Santa Catarina, o governo catarinense abriu portas para um novo modelo de colonização ou de reocupação da região. De acordo com Carbonera *et al.* (2017, p. 13), “povoar, colonizar, era corrente nas primeiras décadas do século XX, contrapondo-se, por vezes de forma violenta, aos modos de vida dos indígenas e caboclos que habitavam o sertão”.

As autoridades federal e estadual, nessa fase, viram o sertão como local de bandido, inculto, atrasado, com população autóctone “inferior”, e com floresta “bravia”. Sob o pretexto governamental de “civilizar”, trazer o “progresso”, “branquear” a população e nacionalizar as fronteiras, o processo de colonização marchou, então, para o oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e sul do Mato Grosso.

Com recursos próprios, os descendentes e imigrantes de origem alemã e italiana, em sua maioria vindos do Rio Grande do Sul, passaram a investir na região e a organizar associações comunitárias responsáveis pelas vilas e pequenos povoados, que não tardaram muito para se transformar em cidades, mantendo em contato, por um lado, centenas de pessoas das regiões fronteiriças e, de outro, espoliando indígenas e caboclos, ora impondo, ora reelaborando ou renegociando modos de vida.

O novo modelo de colonização iniciado logo após o fim da Guerra do Contestado “permitiu desenvolver um modelo em que o trabalho produziu o sustento familiar e promoveu certo grau de desenvolvimento regional” (RADIN, 2015, p. 147), perdurando como modelo econômico hegemônico até os anos 1940, baseado na pequena agricultura e na produção de diversos grãos (policultura).

Na região oeste de Santa Catarina não prevaleceu o grande latifúndio, enquanto grandes fazendas de grãos e gado, devido à existência da FOM e FED, as quais representavam um empecilho para o desenvolvimento de pastagens e o cultivo de grãos em grande escala. Por outro lado, as companhias colonizadoras representaram uma espécie de latifúndio, no sentido de ter em suas mãos o controle de extensas faixas de terras, para posteriormente serem fatiadas pelos colonos de origem num intenso processo de colonização.

Nesse sentido, em Faxinal do Tigre, que hoje se chama Guatambu, encontramos diferentes formas de ocupação, povoamento e utilização da floresta e dos campos, os faxinais. Temos a presença marcante dos caboclos posseiros, que se fixam no local a partir de diferentes frentes de expansão demográfica, no final do século XIX e início do XX. Já na formação do povoado, temos a mescla de colonos de descendência europeia, vindos na sua maioria do Rio

Grande do Sul, e que chegaram à região principalmente na década de 1920. Tanto na ocupação quanto no povoamento do local, a paisagem foi a primeira a ser transformada nessa dualidade entre o campo e a floresta.

Posteriormente, na constituição da vila Faxinal do Tigre, do distrito Lauro Muller e da cidade de Guatambu, ficou visível o quanto a região foi explorada comercialmente, impondo à população cabocla a condição de subalternidade, dando continuidade ao processo de marginalização, ao qual as minorias étnicas foram relegadas desde a implantação da nova geopolítica nacional pelo governo imperial.

### 1.1 O CABOCLO CHEGANDO AO FAXINAL DO TIGRE

Conceituar e caracterizar o caboclo de uma região de fronteira não é tarefa fácil. Caboclo é uma categoria fluida, que precisa ser contextualizada no tempo e no espaço. O caboclo nunca será o mesmo de uma região para outra. O fato é que em diferentes regiões do Brasil o termo continua ligado, essencialmente, ao modo de vida desse grupo e ao jeito de lidar com a terra.

Apesar de nas últimas décadas a historiografia regional permitir discussões mais localizadas, o conceito ainda vem carregado de preconceitos e de termos pejorativos, como “sujeito atrasado, ignorante, preguiçoso e de maus hábitos” (MOTTA, 2005, p. 68). São justamente essas diferentes representações que garantem ao termo “caboclo” o amplo debate no cenário atual de valorização da cultura europeia.

Reforçou-se, nesta pesquisa, o conceito de “caboclo” apresentado introdutoriamente por Machado (2004, p. 336): “mestiços ou brasileiros são os moradores antigos do interior brasileiro, descendentes de comunidades indígenas, de negros e dos primeiros grupos de europeus espalhados aos milhares pelas regiões mais afastadas do litoral”.

Conceituar o caboclo do oeste de Santa Catarina e, conseqüentemente, o caboclo de Faxinal do Tigre, torna-se complicado por ele ser o resultado do cruzamento de indivíduos já miscigenados e, portanto, a discussão e o conceito perpassam mais pelo âmbito social e econômico do que pelo racial (POLI, 1995). Por isso, Marquetti e Silva (2016, p. 109) completam o conceito de caboclo como “um dos habitantes das fronteiras do sul do Brasil, que aí vive desde o período anterior à chegada dos colonizadores de origem europeia”.

Ocupado há mais de 10 mil anos por diversos grupos humanos, estando entre os mais recentes os Guaraní e os Kaingang (CARBONERA; ONGHERO; LINO, 2017), o oeste catarinense passou a ser alvo de incursões por europeus desde os séculos XVII e XVIII sem que, no entanto, estes deixassem marcas significativas de sua presença. Apenas com a formação

de fazendas e a abertura dos primeiros caminhos de tropas, a partir dos Campos de Lages, o Sul do Brasil começou a ser ocupado por diferentes agrupamentos humanos, envolvendo inúmeros conflitos com as populações indígenas locais.

As grandes fazendas agropastoris foram também responsáveis por irradiar frentes de povoamento em direção às florestas. Os agentes dessa expansão da fronteira eram ex-agregados, peões, ex-escravizados libertos ou fugidos e descendentes de fazendeiros em busca de novas terras. Segundo Brandt e Nodari (2011), a esse contingente populacional que fazia parte da população esparsa da região da fronteira sul, somaram-se os remanescentes das disputas políticas da Revolução Federalista (1893 a 1895), da Guerra do Contestado (1912-1916) e das colônias militares que reivindicavam a área em disputa com a Argentina (1895).

É o caso do Faxinal do Tigre, cujos os documentos oficiais remontam à data de 1919 e estão arquivados na Escrivania de Paz do município. Porém os relatos orais dão indícios de que o povoado foi formado muito antes dessa data, oriundo de diferentes frentes de povoamento. Logo após a definição das fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, registros de nascimento, casamento, títulos de terras, ocorrências policiais, entre outros documentos, passaram a ser registrados em localidades próximas às cidades recém-criadas, como no caso de Chapecó, em 1917, e não mais na freguesia de Palmas/PR.

Interessante notar os enunciados dos documentos do Cartório local na década de 1920, que traziam algumas definições no campo político-administrativo e no campo religioso: Ano de nascimento do Senhor Jesus Cristo, neste Distrito de Caxambu, Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, República dos Estados Unidos do Brasil (Escrivania de Paz Guatambu, 1920, Livro A-2, p. 2). Renk e Winckler (2017) demonstram que o ano de 1917 “representa a imposição de um território político, a administração catarinense e a instalação da comarca”. (RENK; CONFORTIN, 2017, p. 138).

Em 1921, o Faxinal do Tigre desmembrou-se de Caxambu do Sul<sup>23</sup>, passando à categoria de Distrito pertencente a Chapecó, agora com o nome de Lauro Muller<sup>24</sup>, e já apresentando características de um povoado típico dos anos 1920, como na foto abaixo (Figura

<sup>23</sup> Caxambu do Sul é hoje um dos municípios integrantes do oeste catarinense, tendo como destaque econômico a agropecuária. Ocupa uma extensão territorial superior a 140 quilômetros quadrados, está acerca de 580 quilômetros da capital, Florianópolis, e faz divisa territorial a leste com Guatambu. Até 1921, o povoado de Faxinal do Tigre pertenceu ao então Distrito de Caxambu do Sul, por sua vez, pertencente ao município de Chapecó.

<sup>24</sup> A troca do nome de Faxinal do Tigre para Lauro Muller acontece por Lei Municipal, que ao mesmo tempo retira o povoado de Caxambu do Sul e o transforma em Distrito. O novo nome se dá em homenagem ao Presidente de Estado que governou Santa Catarina de 2 de dezembro de 1889 a 29 de junho de 1890. Também exerceu os cargos de vice-governador, deputado federal e senador.

7). A partir daí, os enunciados mudaram para: Ano de nascimento do Senhor Jesus Cristo, neste Distrito de Lauro Muller, Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, República dos Estados Unidos do Brasil (Escrivania de Paz Guatambu, 1921, Livro A-2, p. 100).

Guatambu, criado Distrito do município de Chapecó com o nome de Lauro Muller, pela lei municipal nº 38 de 7 de janeiro de 1921, desmembrado do distrito de Caxambu e instalado em 10 de fevereiro de 1921 (PIAZZA, 1983, p. 311).

**Figura 7 – Vista Geral de Guatambu (aproximadamente no ano de 1930)**



Fonte: CEOM

Antes dessa data, os registros oficiais de nascimento, casamento, compra e venda de terras eram feitos no cartório de Palmas, que era a freguesia mais próxima. Após 1917, já em território catarinense, os registros de terra e outros documentos eram feitos em Limeira<sup>25</sup>, atual Joaçaba. Renk (1997), a partir da análise de requerimentos de caboclos, encontrados no Arquivo Público de Santa Catarina, tentando legalizar a posse de terras, sugere que, como consequência

<sup>25</sup> Limeira era a antiga vila de Cruzeiro. A partir da Resolução nº 15, de 02 de agosto de 1920 (ALESC, 2007, p. 41), o povoado de Limeira foi elevado à categoria de vila, onde foi fixada a sede do município e da comarca de Cruzeiro. Mesmo com apenas algumas casas de madeira e alguns ranchos, a vila assumiu grande importância devido às facilidades proporcionadas pela estação Herval que ficava na outra margem. As questões burocráticas e políticas que envolveram a comarca de Cruzeiro, localizada na vila de Limeira, no período subsequente à sua emancipação, evidenciam o impacto desencadeado principalmente pelos desdobramentos relacionados às políticas de terras.

dos caminhos de tropas, dos pousos criados ao longo das picadas e da fuga das revoltas políticas com o estado vizinho, a população cabocla já habitava os Faxinais do Tigre há longa data.

Logo após a definição da disputa judicial entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, somente em 1919, mais de 90 pedidos de registro de terras foram encaminhados à Limeira, cujo tempo de posse alegado pelos seus ocupantes, nos Faxinais do Tigre, variava de 25 a mais de 50 anos e as áreas de terras variavam de 10 a 6.100 hectares de extensão. Os requerimentos foram todos indeferidos, pois a terra solicitada foi titulada pelo Paraná primeiramente e, posteriormente, revalidada por Santa Catarina, fazendo com que os títulos perdessem a validade (RENK, 1997).

Werlang (2006) revela que a partir de 1919 o governo do estado de Santa Catarina começou a fazer concessões de terras a empresas ou a particulares, sem considerar a presença dos posseiros na região. O autor nomeia quatro posseiros, em Faxinal do Tigre, que tentam regulamentar suas terras diante do governo. Desses, os originais estão no Arquivo Público de Santa Catarina. O parecer do governo do Estado, através da Diretoria de Terras, sobre as terras requeridas pelos posseiros do Faxinal do Tigre finaliza assim: “não sendo as terras requeridas de domínio do Estado o requerente [...] não pode ser atendido”.

Alguns posseiros do município de Chapecó chegaram a requerer terras, entre os quais: Bernardino Guilherme Zeferino, 161 hectares, e Emiliano Siqueira, em Faxinal do Tigre; Cristiano José Leite, 100 hectares, e Ernesto José de Paula, 80 hectares em Chalana. Todos os pedidos foram indeferidos no ano de 1919 sob alegação de não serem terras devolutas. (WERLANG, 2006, p. 33).

Além dos citados por Werlang (2006), nos registros de terras do Arquivo Público de Santa Catarina, encontram-se outros requerimentos originais em nome de Francisco José de Mello, Francisco Farias de Assis, Francisco Rolim de Moura, Evaristo José de Mello, Emiliano Vicente Torres, Eurozimbro Ribeiro de Melo, Emília Selias Vaz, Francisco Machado da Silva e Etelvina Maria das Dores. Cada requerente informou ao tabelião da época os anos de posse das terras requeridas, que variavam de 20 a 49 anos. Todos tiveram seus pedidos indeferidos com o seguinte despacho do governador do Estado, Hercílio Luz, em 1919: “Indeferido, visto não estarem devolutas as terras que se pede” (Arquivo Público de Santa Catarina)<sup>26</sup>. Chama a atenção o fato de que a maioria dos sobrenomes dos requerentes é nacional.

---

<sup>26</sup> Todos os dados aqui atribuídos ao Arquivo Público de Santa Catarina foram obtidos por meio de comunicação eletrônica (e-mail) com o órgão estatal, conforme Processo na Fundação Escola de Governo ENA 00000239/2023 e recebidos em arquivos digitalizados em (PDF).

O requerimento do senhor Francisco Ferreira Pinto é o mais intrigante, pois este alegava estar de posse das terras do Faxinal do Tigre há mais de 49 anos.

Francisco Ferreira Pinto, residente neste município de Chapecó e de posse de uma área de terras de segunda ordem, na extensão de 60 hectares a mais de 49 anos sita neste distrito do Fachinal do Tigre tendo as seguintes divisas: Ao nascente terras de João Ribeiro de Mello; ao poente terras de Felisbino Ribeiro de Mello; ao norte terras devolutas e ao sul a estrada de Cachambú e terras de João Horo; pelo que vem requerer a vossa excelência possa compra as referidas até fazendo, o pagamento em prestações como determina a lei. Nestes termos pede favorável deferimento. Fachinal do Tigre, 09 de fevereiro de 1919. (Arquivo Público de Santa Catarina).

O requerente assinou o pedido em 9 de fevereiro de 1919 e recebeu o indeferimento em 10 de maio do mesmo ano, com a mesma alegação dos demais, ou seja, “não sendo devolutas as terras requeridas pelo suplicante, o mesmo não pode ser atendido” (Arquivo Público de Santa Catarina). Calculando o ano do despacho com a alegação dos anos de posse, o senhor Francisco Ferreira Pinto teria chegado ao Faxinal do Tigre por volta de 1870. Esse tempo cronológico revela outra frente de povoação, desligada dos eventos políticos regionais, estaduais e/ou federais.

É notório que a legislação da época no que tange às terras públicas e privadas, juntamente com a definição de limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, impediram muitos caboclos de legalizarem suas posses. Boa parte dos caboclos do Faxinal do Tigre se estabeleceram na segunda metade do século XIX, quando a região ainda pertencia ao Paraná e foi titulada por aquele estado, permanecendo como posseiros por muito tempo ainda, devido à burocracia vigente.

A partir de 1917, com o acordo de limites, as terras da região passaram a pertencer ao Estado de Santa Catarina e a legislação, baseada na Lei 1.181, de 04 de dezembro de 1917, reconhecia os títulos expedidos pelo Paraná antes do acordo de limites, a exemplo da Colonizadora Isaac Pan e Vargas, cuja concessão era anterior a 1917. A mesma lei poderia anular as concessões posteriores e conceder ao setor privado as chamadas terras devolutas.

A escrevente responsável pela Escrivania de Paz do município, Dalva da Silva Dal Piva<sup>27</sup>, trabalha há mais de 35 anos com a documentação do cartório. Herdou a função de Escrevente Juramentada do pai, Antonio Rodrigues da Silva, que trabalhou mais de 45 anos como Escrivão

---

<sup>27</sup> Dalva da Silva Dal Piva é a escrevente responsável pela Escrivania de Paz desde 1986, quando o escrivão de Paz Vitalício, Antônio Rodrigues da Silva, se aposentou, passando o cargo para a filha, como escrevente juramentada, respeitando a legislação da época. Hoje, ela é escrevente indicada por um membro concursado, e está prestes a se aposentar na função. Seu depoimento foi obtido numa conversa informal e encontra-se nos arquivos da família da escrevente. Ela permitiu que os arquivos mais remotos do Cartório fossem digitalizados pelo Laboratório Fronteiras da UFFS.

de Paz Vitalício da região (de 1941 a 1986), após a morte de seu tio, Inácio Rodrigues da Silva, em 1941, que era o escrivão intitulado da época, desde 1920. Os irmãos Inácio e Domingos Rodrigues da Silva vieram para Faxinal do Tigre em 1919 e também tiveram o requerimento de posse da terra indeferido pelo governo do Estado. Anos mais tarde, compraram as terras da colonizadora Isaac Pan e Vargas conforme consta nos arquivos da Escrivania de Paz local.

De acordo com a escrevente, muitos documentos foram extraviados na mudança de Palmas para Chapecó e de Caxambu para Guatambu, mas os arquivos restantes estão armazenados em condições adequadas e com dados relevantes sobre o município. Ela relembra, a partir das memórias de seu pai, Antonio Rodrigues da Silva, que muitos posseiros tentaram legalizar as terras quando se definiu a questão das fronteiras entre Paraná e Santa Catarina. Lembra que o escrivão de Paz Vitalício, à época, percorria longas distâncias a cavalo, entre Guatambu, Caxambu e Palmitos, para registrar escrituras, nascimentos e casamentos. “Meu pai ia até Burro Branco fazer escritura”. Burro Branco<sup>28</sup> é hoje a região de Águas Frias/SC e municípios adjacentes.

Poli (2006), outrossim, destaca em suas pesquisas que o caboclo era um dos grupos humanos predominantes na região oeste de Santa Catarina, juntamente com a população indígena Kaingang e Guarani. Segundo o autor, “a população se espalhava por outras localidades como Passo dos Índios (atual Chapecó), Faxinal do Tigre (atual Guatambu), embora pouco numerosa” (POLI, 2006, p. 95).

Machado (2020, p. 170) e Poli (2006) dividem informações dizendo que para a região noroeste e oeste de Santa Catarina vieram “ex-escravos, negros libertos, foragidos da justiça, ex-agregados, peões e fazendeiros em busca de novas terras”. Os relatos orais de descendentes de famílias caboclas, que residiam no local, entre 1890 e 1900, dão testemunhos de como foi a ocupação de Faxinal do Tigre. Por diferentes frentes de expansão demográficas, chegaram caboclos, com alguns recursos, em busca de novas terras. Destacamos os casos da família Adolfo, vinda do Paraguai, e da família Fernandes da Luz, vinda do Passo do Carneiro (atual Chapecó), para trabalhar com erva-mate. Os depoimentos dos descendentes são apontados mais adiante.

---

<sup>28</sup> O nome Burro Branco, dado anteriormente a região de Águas Frias e adjacências, provém do rio que recebe o mesmo nome. É um afluente do Rio Chapecó, com nascente no interior de Campo Erê, passa por alguns municípios como Sul Brasil, Jardinópolis, São Luiz, Nova Itaberaba e Águas Frias. No atual município de Coronel Freitas desagua no Rio Chapecó. A depoente Dalva da Silva Dal Piva traz em sua memória que, além de ser uma região em que seu pai visitava à trabalho como escrivão, também era um local de lazer para alguns homens do Faxinal do Tigre que se deslocavam até o rio Burro Branco para acampar e pescar. <https://mapcarta.com/pt/19283096>.

Em outra frente de expansão, tem-se caboclos vindos do Rio Grande do Sul, atravessando o rio Uruguai, para estar a salvo das violentas disputas políticas daquele estado. O depoimento de Laudelina Moreira<sup>29</sup> deixa isso claro: “Bastava atravessar o rio para estar livre dos perigos.”

Renk (2006, p. 43), a partir dos escritos de José Bernardino Bormann (1903), analisa que o fluxo migratório à região “obedecia aos acontecimentos políticos [...] ora cessando, ora recomeçando, trazendo sempre ‘cavalos, bois, mulas’ para evitar que os revolucionários se apoderassem desses animais”. Laudelina Moreira, sobre a Revolução de 1923, relembra:

Ai, eu me lembro daquilo demais. Meu pai era quase fazendêro, eles vinham buscar duas vaca por vez. Os soldados laçavam e levavam pra eles comer, os contrário. Meu pai era maragato, de lenço vermelho, eles, chimango, de lenço azul. Daí perseguiam os maragato pra matá. Nós viemos embora, veio umas cinquenta família de lá, tudo por causa disso. Queriam matá os homens, iam nas casas. A polícia chega na nossa casa, chega aqueles soldados mais feios do mundo, pegavam o fuzil, fincavam nos colchões, por perseguição (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998, p. 27).

As informações dos descendentes dos antigos moradores do Faxinal do Tigre prenunciam que famílias caboclas se estabeleceram no local desde 1890, algumas, inclusive, fugindo da Revolução Federalista pelo rio Uruguai. Apresenta-se como exemplo a família Elisbão da Luz, cujos membros se fixaram como posseiros em terras onde hoje é o interior de Guatambu, na comunidade de Linha Elisbão, aproximadamente em 1888. João Elisbão da Luz e Feliciano Rosa da Luz, já casados, vieram de Soledade/RS em busca de sossego das rixas políticas daquele estado. A memória de alguns dos descendentes testemunha as informações recebidas dos mais velhos. Noé Elisbão<sup>30</sup>, filho de João e Feliciano, por exemplo, conta que seu pai “veio fugido da guerra”. Guerra aqui entendida como a Revolução Federalista.

---

<sup>29</sup> Laudelina Schmidt Moreira veio para Guatambu ainda pequena, com 6 anos de idade. Nascida em Nonoai, em 28/10/1917, veio com seus pais fugidos da Revolução de 1923, atravessando o rio Uruguai e se instalando em Porto Chalana naquele ano. Já em terras catarinenses, casou-se com Argeo Moreira, em 1935, vivendo em Guatambu até seu falecimento, em 16/08/2010. O depoimento pertence ao acervo da família e foi concedido a Luzia Margaret Corá, em 20/01/1998 (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998).

<sup>30</sup> Noé Elisbão nasceu no antigo Faxinal do Tigre em 13/08/1920. Morou a maior parte da vida na comunidade que leva o sobrenome de seu pai, Linha Elisbão. No final da vida veio morar no centro de Guatambu onde faleceu em 31/10/2021, aos 101 anos. Foi balseiro prático no Porto Chalana, entre as décadas de 1920 e 1930, fazendo mais de 20 viagens de balsa. Foi entrevistado em março de 1996, por Angela Regina da Silva Sulzbach e deixou seu depoimento no Trabalho de Conclusão de Curso de Silva, Moreira e Corá (1998).

Percebe-se que a maioria das famílias iniciou sua trajetória como posseiros e décadas mais tarde conseguiu legalizar suas terras no cartório local. Ao atravessar o rio Uruguai e proteger-se dos perigos, a maioria dos caboclos do Faxinal do Tigre se instalou, inicialmente, às margens do rio Uruguai, onde hoje é a pequena comunidade de Porto Chalana.

Alguns depoimentos também revelaram a posse como maneira de ocupar da terra no Faxinal do Tigre. O de Anita Maciel foi o mais expressivo no que se refere à posse e à adaptação dos caboclos ao meio, bem como ao entendimento que tinham de que a terra pertencia ao Estado.

[...] o pai queria fazer uma casa de assoalho, daí ele comprou um lote e, daí ele derrubou a árvore, pois era só chegar no mato, cortar e derrubar. O governo não fazia conta. A terra era do governo (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998, p. 27).

De acordo com relatos descritos no livro “Fragmentos de memórias das famílias pioneiras de Guatambu” (SERPA, 2022), os ocupantes de Faxinal do Tigre, após reconhecerem o local, buscavam um lugar melhor para se fixar e começar suas pequenas roças, próximo às florestas. A família Alves, outro exemplo, chegou ao Faxinal do Tigre por volta de 1900 e se estabeleceu, também como posseira, na comunidade de Gramado dos Rosas, no lado norte do atual Guatambu. A maioria desenvolveu a agricultura de subsistência e a criação de porco solto, com aproveitamento dos ervais nativos.

Nos depoimentos orais coletados por Renk (1997, p. 9) em suas pesquisas, há indicações de que os movimentos de ocupação das áreas de floresta se deram por uma população que estava voltada para a agricultura de pequena escala e que era consideravelmente maior que o grupo de colonos. Breves (1985) relata que em Faxinal do Tigre havia aproximadamente 200 caboclos que ele chamou de intrusos. Tais indicações conferem com os depoimentos sobre a população cabocla do Faxinal do Tigre que, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, era consideravelmente maior que a dos imigrantes italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul. Dioraci Padilha de Oliveira<sup>31</sup> diz: “essa barranca do rio Uruguai era tomada de gente”.

Outro destaque a se fazer é sobre a maneira da população cabocla apropriar-se da terra. Nota-se pelos depoimentos e pelas vastas pesquisas sobre os caboclos da região oeste que a forma costumeira mais comum era pela posse de terras devolutas do Estado e não pela propriedade legal. Na ocupação desse espaço de fronteira, Queiroz (1981, p. 35) usa os termos

---

<sup>31</sup> Dioraci Padilha de Oliveira, nascido 29/05/1946 em Guatambu, é descendente direto de Lucídio Padilha de Oliveira, que por sua vez é filho de Egino de Oliveira, caboclo que veio para Faxinal do Tigre em 1888 – Todas as falas atribuídas a este depoente ao longo desta pesquisa foram obtidas por meio de entrevista concedida à autora no dia 16/07/2023.

“sorradeira infiltração”, na qual campos e florestas representavam não apenas paisagens distintas, mas a construção de diferentes modos de vida, contribuindo, nas palavras de Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 355), “para a maior presença social de posseiros e sitiantes independentes”.

Numa das frentes de ocupação apresenta-se a família Adolfo, que veio para Faxinal do Tigre em 1918. João Adolfo, agricultor e pecuarista no Paraguai, fazia a trajetória para o Brasil com o filho, Antonio Adolfo, e morreu no caminho. Antonio prosseguiu a trajetória, sozinho e sem destino certo, “abrindo picadas que conhecia muito bem, enfrentando os perigos do sertão”<sup>32</sup>.

Quando chegaram a Santa Catarina, no Faxinal do Tigre, em 1918, fixaram-se na localidade que hoje é identificada como Linha Siqueira. Permaneceram um tempo como posseiros e depois legalizaram as terras, comprando-as do vizinho Alfredo Oldra. De acordo com os entrevistados, no livro “Fragmentos de memórias das famílias pioneiras de Guatambu” (SERPA, 2022), os caboclos que tinham algum recurso conseguiram legalizar suas terras diante do governo, saindo do status de posseiros.

Citamos também a família Fernandes da Luz como exemplo de família cabocla que se estabeleceu no Faxinal do Tigre por volta de 1900, vinda de outra frente – a comunidade do Rodeio Chato (Chapecó), na época chamado de Passo do Carneiro – para trabalhar no corte da erva-mate na propriedade de Bernardo Koch<sup>33</sup>, conhecido ervateiro da região. Teodoro Fernandes da Luz<sup>34</sup> e a esposa Maria Rita de Carvalho moravam em casa cedida pelo patrão, no sistema de agregado, que será tratado no terceiro capítulo.

Mudando de moradia constantemente, a família Fernandes da Luz, por fim, recebeu duas colônias de terras de João Ticiane, em 1920, para residir definitivamente onde hoje é a

---

<sup>32</sup> Depoimento de Valdir Adolfo, descendente direto de Antonio Adolfo. Reside na Linha Siqueira, com mais cinco irmãos, dos 14 que teve. Seu depoimento encontra-se no livro “Fragmentos de memórias das famílias pioneiras de Guatambu” (SERPA, 2022).

<sup>33</sup> Bernardo Koch foi uma figura intrigante no Faxinal do Tigre. Pouco se sabe da sua trajetória. De acordo com dados levantados com a família Schmidt, Koch teria vindo diretamente da Alemanha com o amigo Oscar Rodolfo Schmidt. Se estabeleceu em Xanxerê, Sede Figueira e em Guatambu, por volta dos anos 1930, comprou terras, instalou ervateiras e comercializou erva-mate em toda a região de Chapecó. A mão de obra era dos caboclos do povoado. Não casou e não deixou herdeiros, de acordo com Valdir Schmidt em 1934. No cartório local encontra-se uma cópia das terras que ele adquiriu de Isaac Pan e Vargas. É lembrado pela severidade com que tratava seus empregados.

<sup>34</sup> Eufrazio Fernandes da Luz veio ainda criança para Faxinal do Tigre, residiu por muitas décadas na comunidade de Linha Siqueira. Ele é descendente direto de Teodoro Fernandes da Luz e Maria Rita de Carvalho, uma das famílias caboclas mais antigas a se estabelecer em Faxinal do Tigre para a lide da erva-mate. Como agregado mudou de patrão muitas vezes. Conseguiu comprar alguns alqueires de terra em Porto Chalana, doou aos filhos, que venderam tudo. Seu depoimento encontra-se no livro **Fragmentos de memórias das famílias pioneiras de Guatambu** (SERPA, 2022). Viúvo, mora em Chapecó com a filha mais velha e está com 107 anos.

comunidade de Linha Siqueira. Trata-se de mais um indício da presença de famílias caboclas no Faxinal do Tigre que usaram a posse para se estabelecer no local. O sistema de posse, ou sistema de “brasileiro”, assim chamado pelo “colono de origem”, colaborou para o desenvolvimento de um *habitus*<sup>35</sup> peculiar pela população cabocla de Guatambu, como o da mobilidade geracional<sup>36</sup>, a roça cabocla e a extração da erva-mate – assunto de que trataremos no próximo capítulo.

---

<sup>35</sup> Bourdieu (1972, p. 175) define *habitus* como “[...] um sistema de repertórios de modos de pensar, gostos, comportamentos, estilos de vida, herdado da família” e repassado adiante, também entendido como práticas individuais e coletivas internalizadas pelas estruturas mentais de um grupo, tornando-se uma categoria simultaneamente individual e social que produz histórias em conformidade com esquemas traçados pela história daquele grupo. No confronto do *habitus* do caboclo com o *habitus* do colonizador, haverá um descompasso do primeiro em relação às estruturas econômicas do segundo, alterando inclusive a base morfológica da população cabocla (RENK, 2006).

<sup>36</sup> Opta-se nesta pesquisa pelo termo ‘mobilidade geracional’ e não nomadismo, uma vez que, geralmente, os filhos dos caboclos são os que se deslocam para novas terras. Os deslocamentos não são sazonais, como propõe o nomadismo tradicional. As famílias caboclas do Faxinal do Tigre permaneciam nessas terras por longos anos, como sugerem os depoimentos e os documentos relacionados aos requerimentos de legalização da terra encaminhados ao governo do Estado de Santa Catarina em 1919, apresentados em destaque no Capítulo 3.

## 2 O TEMPO ANTIGO NOS FAXINAIS DO TIGRE

O “tempo d’antes” é o termo usado pelo caboclo do oeste de Santa Catarina para se referir ao tempo antigo, terminologia encontrada por Renk (2006) em suas pesquisas sobre Vargeão, Ponte Serrada e adjacências. Esse tempo é estabelecido e determinado a partir da relação entre o caboclo posseiro e a chegada do colono migrante. Os caboclos mais antigos de Guatambu usam a terminologia “tempo antigo, para comparar os tempos pré e pós chegada do colono de origem”<sup>37</sup>.

O (des)encontro dessas culturas promoveu conceitos e preconceitos, velados, percebidos ou exacerbados em termos pejorativos, especialmente em relação ao modo como o caboclo lidava com a terra, flora e fauna local, recriando identidades culturais entre os dois grupos, aguçando territorialidades e estabelecendo territórios. As diferenças, de acordo com Bourdieu (1984), são percebidas pela posição no espaço social hierarquizado, não permitindo que grupos diferentes ocupem o mesmo espaço simultaneamente. É nas diferenças que os membros se constituem enquanto grupo étnico<sup>38</sup> e constroem uma identidade étnica.

As posições diferenciadas, os instrumentos e capitais desigualmente distribuídos entre os grupos fazem com que a percepção do mundo social seja um constante embate, uma vez que as categorias de percepção são, elas próprias, produtos de incorporação das estruturas objetivadas no espaço social (BOURDIEU, 1984, p. 3).

Por isso, o “tempo d’antes” relatado algumas vezes pela comunidade cabocla da região oeste, e o “tempo antigo”, revelado pelos velhos caboclos do Faxinal do Tigre, é “um tempo bom, [...] que não volta mais” (RENK, 2006, p. 135), mesclado com memórias que revelam

---

<sup>37</sup> “Colono de origem” é o termo utilizado em pesquisas relacionadas à questão da terra e ao campesinato. Compactua-se com o significado pesquisado por Kliemann (1986, p. 13-14): “pequenos proprietários que receberam ou adquiriram terras, em pequenos lotes, para desenvolver a policultura e prover a subsistência”. O termo colono está diretamente ligado ao termo “colonizadores” que, para Kliemann (1986, p. 14), são “os proprietários particulares, empresas ou mesmo o poder público que adquiriram grandes glebas, as lotearam e as venderam a colonos”. Para Renk (1999, p. 94), colono de origem “[...] é uma categoria encompassadora construída contrastivamente em relação aos brasileiros. É a forma pela qual os camponeses descendentes dos imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães e poloneses, se nominam. A condição de colono é entendida como prerrogativa dos de origem. Estes se opõem aos sem origem, ou seja, os nativos desclassificados como caboclos [brasileiros]. O contraste na construção da identidade em grupos camponeses foi objeto de trabalhos de Seyferth (1982, 1992, 1993, 1994).”

<sup>38</sup> Grupo étnico “é uma coletividade de pessoas que participam de alguns padrões de comportamento normativos e fazem parte de uma população maior, interagindo com pessoas de outra coletividade dentro de um sistema social global” (RENK, 1999, p. 98), ou seja, o grupo étnico se constitui e se fortalece na presença de outro (s) grupo (s). Reitera-se o conceito nesta dissertação.

uma cultura cabocla valente, resistente e com simbologias próprias. O tempo antigo é o contraponto com o tempo atual. Um dos entrevistados, Dioraci Padilha de Oliveira, revela: “se eu pudesse voltar no tempo antigo... Esse tempo de agora não presta”.

O “tempo antigo” foi marcado também pelas mudanças na paisagem geográfica do Faxinal do Tigre, ocasionadas especialmente a partir do projeto colonizador, implantado na região oeste nas primeiras décadas do século XX. O projeto colonizador representou uma ruptura nos tempos internos e nas fronteiras étnicas desses grupos. Para os brasileiros, representou “a expropriação das terras, dos recursos materiais e foi o momento da construção de sua identidade étnica. Aos colonos de origem a aquisição das terras em Santa Catarina era uma estratégia de reprodução social camponesa” (RENK, 1999, p. 96).

Sobre a relação entre caboclo e colono, na forma de lidar com a terra, Noé, caboclo antigo, nascido e criado em Faxinal do Tigre, relembra uma memória de preconceito entre os grupos étnicos:

É que nós fazia roça, empreitava a roça de uns alemão. Então duma vez empreitemo duas quartas de roça e fomo fazê. O alemão no dia que entreguemo a roça, ele ia lá campia aquelas ‘criciúma’ que escapava da foice. Ele dizia: “mas vocês não roçaram bem, ói, a gente puxa, ela sempre agarrada”. Então ele queria dizer que ficava mal roçado. Não, mas a foice não prestava, ele dava foice muito ruim, não era afiada. Digo nós, alguma há de escapá (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998, p. 41).

As diferentes concepções sobre o trabalho tornam-se um ponto de fricção na construção do tempo antigo. “Os métodos de trabalho destes [dos colonos], a constância, a organização, tudo isso que trazia a estes tão rapidamente a prosperidade” (BREVES, 1985, p. 26). Do ponto de vista econômico, os caboclos não sabiam trabalhar na terra e, portanto, não eram bem vistos pelos ideais capitalistas pretendidos pelos governos republicanos do século XX, especialmente no que dizia respeito ao conceito de “desenvolvimento” da região.

Breves<sup>39</sup> (1985, p. 22) cita esse método de lidar com a terra e dividi-la em terras de “plantar” e “criar” como “um absurdo”, uma forma primitiva, atrasada e irracional de ocupação do solo. Criar animal solto era um prejuízo à colonização que se instalava na região. O modelo ideal de uso da terra era o do “colono de origem”, que arava, limpava, armazenava corretamente,

---

<sup>39</sup> Wenceslau Breves era funcionário da Secretaria da Fazenda, Viação e Agricultura de Santa Catarina e como membro da Comissão Técnica discriminadora de Terras do Estado efetuou demarcações de terras no Oeste catarinense, de 1919 a 1924. Demarcou terras em Chapecó/SC, concedidas à Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia. No terceiro capítulo situa-se melhor o papel de Breves na colonização do Faxinal do Tigre.

vendia o excedente e tinha na lavoura familiar o respaldo econômico e desenvolvimentista que os governos federal e estadual tanto pretendiam.

As atividades laborativas eram o lema da etnicidade invocado pelos colonos de origem (RENK, 1999), principalmente o ofício do colono de lidar melhor com a terra, tornando-a produtiva economicamente. “A categoria trabalho é acionada enquanto fronteira étnica pelos colonos de origem e por seus descendentes, que ocupam as posições dominantes do espaço social. Utilizam essa categoria para marcar sua distintividade social, afastando-os daqueles que não trabalham.” (RENK, 1999, p. 101). Os que não trabalhavam, nesse caso, segundo a lógica capitalista, eram os caboclos.

De acordo com Poli (2006, p. 86), “os caboclos possuíam poucas condições para formar suas lavouras e produzirem o excedente que o colono tanto queria, no início da colonização”. As causas dessa baixa produtividade eram muitas, mas, em função da falta de recursos e por ser urgente conseguir algum dinheiro, se dispunham a trabalhar como peões de algum madeireiro ou de outro colono.

O processo de colonização era apontado, então, pelos caboclos do Faxinal do Tigre, como um divisor de tempo: “o tempo antigo” é o tempo das coisas boas, que não volta mais, o tempo da fartura, e o “tempo de hoje” é visto como o tempo de miséria, de privações, de dificuldades (RENK, 2006).

O contato entre os dois grupos e o (des)encontro de práticas sociais trouxeram à tona outros pontos de ruptura entre o tempo antigo e o tempo após a chegada do colono. Por conta dos (des)encontros de culturas, os relatos da população cabocla revelam saudade do “tempo antigo”, considerando o tempo atual como um tempo de catástrofes ou tempo ruim, de desrespeito aos mais velhos.

Algumas memórias dos entrevistados dão indícios da ruptura entre o tempo antigo e o tempo atual, ou de agora<sup>40</sup>. O homem caboclo do “tempo antigo”, ao passar em frente ao cemitério, retirava o chapéu da cabeça e imediatamente a baixava, fazendo uma espécie de reverência. “Hoje os jovens passam com o rádio no volume mais alto e até fazem correrias de carro e moto em frente ao cemitério”, revela Otília Ponciano de Paula (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998, p. 51). Ampliaremos a discussão sobre o “tempo antigo” dos caboclos de Faxinal do Tigre no capítulo seguinte.

---

<sup>40</sup> O tempo de agora aparece na contraposição com o tempo antigo, bem presente na fala dos velhos caboclos e de seus descendentes, como é o caso de Dioraci Padilha de Oliveira. Todavia, não se refere ao tempo contemporâneo (atual) e sim ao tempo após a implantação da colonização na região do Faxinal do Tigre e a chegada do colono. Tempo que promoveu uma ruptura no modo de vida caboclo.

## 2.1 A PAISAGEM OESTINA NO TEMPO ANTIGO

A região de planalto de Santa Catarina era distribuída em duas florestas, como já mencionado anteriormente: a FED, encontrada especialmente, ao longo do Rio do Peixe, se estendendo pelas partes mais baixas de seus afluentes e, em FOM<sup>41</sup>, nas áreas com maior altitude. Também conhecida como Floresta de Araucária, Mata de Araucária ou Mata dos Pinhais, dada a presença dominante da araucária (*Araucaria angustifolia*), a FOM contava com espécies de lauráceas de alto valor comercial, mirtáceas e aquifoliáceas, como a erva-mate (*Ilex paraguariensis*). As araucárias, principal espécie nativa, cobriam originalmente 45% do estado catarinense. A região possuía clima quente e úmido, mas no inverno era geralmente frio (BRANDT; CASSARO; NAIBO, 2021).

A FOM apresentava subformações e submatas com diferentes espécies, que assumiam maior ou menor presença em algumas áreas, relacionada a aspectos como clima e relevo, formando dois grupos distintos: no “que parte da porção norte do planalto catarinense e alto Vale do Rio do Peixe rumo ao Oeste, a araucária se distribui de forma esparsa em um bosque composto por cerca de 70 a 90% de árvores pertencentes a espécies como a imbuia (*Ocotea porosa*), sendo essa a espécie mais representativa [...] e a erva-mate” (BRANDT; CASSARO; NAIBO, 2021, p. 219); no outro, “localizado entre a parte sul do Vale do Rio do Peixe e ao leste, na região do município de Lages, a araucária forma um estrato superior bastante denso, sobre um estrato de 60 a 80% de espécies como a canela-lageana (*Ocotea pulchella*), espécie dominante, canela-amarela (*Nectandra lanceolata*), canela-guaicá (*Ocotea puberula*), canela-fedida (*Nectandra grandiflora*), guabirobeira (*Campomanesia xanthocarpa*) e diversas mirtáceas e aquifoliáceas”. (BRANDT; CASSARO; NAIBO, 2021, p. 219).

O povoamento paralelo na região, por populações indígenas e caboclas, se disseminava no espaço e acompanhava os cursos hídricos. Muitas vezes, esses cursos naturais tornavam-se demarcações de divisas; córregos, rios ou mesmo árvores falquejadas serviam como balizas (BRANDT; NODARI, 2011). Ao se instalarem nas terras, poderiam viver da agricultura de subsistência, consorciada à extração da erva-mate e à criação de animais, dando origem ao

---

<sup>41</sup> Valentini (2015) compartilha, no livro Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado, algumas características da FOM, relacionando o pinheiro brasileiro (araucária angustifolia), espécime em destaque no ecossistema da FOM, com os descritos dos antigos viajantes e botânicos e a relação deste espécime com outras, como a imbuia (ocotea porosa) e a canela lageana (ocotea pulchella). O autor ainda relaciona o pinheiro brasileiro com o campo e associações pioneiras em capões próximos a “campos abertos, córregos, nascentes, rios, várzeas de rios maiores” (VALENTINI, 2013, p. 22 a 27)

sistema de uso da terra que Queiroz (1981) denominou como “roça cabocla”, formada, de acordo com Renk (2006, p. 107), a partir da adoção de “uma prática costumeira de dividir as terras em terras de plantar e terras de criar”. A extração da erva-mate foi outro componente importante na fixação e uso da floresta (QUEIROZ, 1981).

A partir do discurso de vazio demográfico, o oeste catarinense passou por uma segunda ocupação (ou reocupação) humana entre os anos de 1920 e 1960. Era preciso “fixar contingentes populacionais de forma definitiva; ocupar o espaço significava impedir novos conflitos por território e explorar economicamente as riquezas de toda uma vasta área de Mata Atlântica” (CARBONERA *et al.*, 2017, p. 12) e, de quebra, usar racionalmente a terra.

Com esse cenário, e a partir dos ideais capitalistas implantados no Brasil no início do século XX, o oeste catarinense recebeu um contingente enorme de migrantes e imigrantes europeus vindos, na maioria, do Rio Grande do Sul – os chamados “colonos de origem”, com a visão de “progresso” arraigada em sua cultura. Eles veem na propriedade da terra e nas riquezas naturais da região uma alternativa de crescimento econômico e pessoal e de fortalecimento do poder político regional.

A ausência do governo, tanto federal quanto estadual, nos primeiros anos da República brasileira na região oeste de Santa Catarina, aliada ao discurso do vazio demográfico e de integração da região de fronteira aos grandes centros urbanos, fez com que o oeste catarinense sofresse uma brusca modificação na paisagem local. A transformação na paisagem do sertão e na formação histórica da região, de acordo com Valentini (1999, p. 79), “perpassa por três vertentes econômicas importantes: a criação de gado, a extração da erva-mate e a extração madeireira”.

A criação de gado foi a primeira grande transformação da paisagem regional e está ligada ao tropeirismo, que cortava o planalto catarinense, mais ao Leste, nas áreas de campos, ligando-o às feiras de gado de Sorocaba/SP. As pequenas trilhas formadas ainda no século XVIII, ano após ano de travessia de humanos, bois, burros e cavalos, aos poucos foram interessando aos viajantes que percebiam o potencial dos campos naturais ao longo desse caminho.

Aos poucos, as terras do planalto catarinense formaram uma sociedade agropastoril na qual a modificação da paisagem foi inevitável, uma vez que o conceito de propriedade da terra também se modificou. As figuras do fazendeiro e do peão ajudaram nessa transformação, intensificando “o manejo e o melhoramento das pastagens, onde as técnicas até então empregadas promoviam o empobrecimento do solo e a dispersão de espécies consideradas

indesejadas pelos criadores, fossem elas nativas ou exóticas” (SILVA; BRANDT, CARVALHO, 2015, p. 277).

Enquanto o planalto catarinense modificou sua paisagem com o desenvolvimento humano e a atividade econômica da criação de gado, no meio oeste, o surgimento da erva-mate como atividade econômica de destaque nacional estabeleceu mais uma alteração na paisagem da Floresta Ombrófila Mista.

A extração da erva-mate esteve relacionada diretamente com a Guerra do Paraguai (1864 a 1870). De acordo com Valentini (1999, p. 80), “os principais produtores tiveram seus ervais destruídos e a base da economia dos paraguaios foi arrasada. Foi necessário passar do velho carijo para o barbaquá, importar técnicas para melhorar o produto, mas, enfim, despertou uma fonte de riqueza natural interessante.”

Quanto à extração da erva-mate, os extensos ervais nativos de toda região sul do Brasil, do meio oeste e do oeste catarinense motivaram a sua exploração econômica no final do século XIX e início do XX.

O hábito de se consumir a erva-mate através da infusão de suas folhas trituradas em água quente ou fria, era comum desde que essa região era habitada por diversos grupos indígenas sendo bebida individualmente ou em grupo. Herdaram tal tradição os jesuítas através do contato com os indígenas, da mesma forma que paulistas e portugueses que povoaram a região dos Campos de Curitiba ao Rio Grande do Sul, e os espanhóis do Prata, disseminando o hábito de consumo por toda a região platina. (QUEIROZ, 1981; GERHARDT, 2013 apud BRANDT; SILVA, 2014, p. 461).

A difusão do consumo da erva estimulou o comércio regional para além das fronteiras de estado; a extração da folha era feita por caboclos e indígenas da região, que herdaram o manejo ainda em tempos remotos.

Ninguém se importava em deixar-lhe recolher os galhos e folhas das árvores da propriedade. No momento em que o produto passou a ser valorizado, os fazendeiros passaram a fazê-lo com seus peões. Quando não podiam fazer, cobravam parte da produção e coíbiam a entrada de alheios (VALENTINI, 1999, p. 81).

Posteriormente a criação de gado no planalto e a extração da erva-mate no meio e oeste de Santa Catarina, houve mais uma grande modificação na paisagem da FOM e FED: a atividade madeireira. A ocupação das terras do sertão catarinense, por compradores descendentes do imigrante europeu, através de empresas colonizadoras no início do século

XX, deu-se em terras com vastas espécies nativas, já ocupadas por antigos moradores indígenas e caboclos. O conflito pela posse da terra, então, foi inevitável.

Nas regiões de atuação das companhias colonizadoras, devido à ausência do Estado, os moradores descendentes de comunidades indígenas, de negros, de portugueses ou espanhóis, passaram de “posseiros” a “intrusos”<sup>42</sup> e lutaram a todo instante para permanecer nelas (RENK, 2006).

Diante da chegada desse novo contingente humano, a região que hoje é conhecida como oeste de Santa Catarina viveu, nas duas primeiras décadas do século XX, uma bruta e violenta transformação, seja na economia e em sua paisagem, com a extração das riquezas naturais, seja na vida cultural, social e religiosa da população local, especialmente a partir de 1906, quando o potencial econômico da região foi revelado ao capital estrangeiro (VALENTINI, 2009).

Enquanto no meio oeste centenas de milhares de metros cúbicos de madeira saíam da região em trilhos da estrada de ferro SP-RS, no oeste e no extremo oeste a madeira era conduzida pelas águas do rio Uruguai até a fronteira com a Argentina. Postos comerciais, serrarias, abertura de estradas, pequenos povoados elevados à categoria de vilas mudaram a paisagem às margens dos trilhos e dos rios.

À vista disso, o povoamento e a ocupação da região do planalto, meio oeste, oeste e extremo oeste catarinense, bem como da pequena Faxinal do Tigre, não podem, de modo algum, ser dissociados da paisagem. A posse e a propriedade da terra, a chegada do capital estrangeiro à região oeste pelos trilhos do trem, a ausência de políticas públicas do Estado, a extração da madeira e a atuação de empresas colonizadoras particulares formaram, então, o conjunto de transformações mais bruscas na paisagem local e regional a partir do século XX, e que ajuda a entender como e por que acontecem determinadas modificações na paisagem e qual sua composição hoje.

O crescente acúmulo de capital por grupos específicos e os grandes empreendimentos industriais – extração da madeira, agricultura ou agropecuária – se tornaram bem frequentes na segunda metade do século XX, contribuindo para o desmatamento, o desgaste do solo e a poluição das águas. Isso prova que as alterações nas paisagens locais e regionais não devem

---

<sup>42</sup> A categoria de intrusos surge com o advento da colonização e da propriedade privada na região Oeste de Santa Catarina. O termo é bastante utilizado por Breves (1985) quando se refere aos posseiros do Faxinal do Tigre e da região de Chapecó em que atuou. Os moradores locais, caboclos especialmente, que ocuparam a terra como posseiros, serão considerados intrusos, por não terem o título (escritura) de posse, exigência da Lei de Terras brasileira de 1850. Sobre os intrusos de Faxinal do Tigre, aprofunda-se no terceiro capítulo.

ser refletidas sem uma análise minuciosa das transformações ocorridas a partir da ocupação humana, uma vez que é o humano que dá o significado ao lugar, fazendo diferentes populações desenvolverem estratégias no manejo da natureza com diferentes tecnologias produtivas, de forma mais ou menos brusca, ao longo do tempo (SANTOS, 2004).

Na relação de dominação entre colonizado e colonizador, apresentam-se os conceitos de “frente pioneira” e “frente de expansão” (MARTINS, 2016, p. 186). A frente pioneira se define economicamente pela presença do capital na produção; já a frente de expansão percebe a ocupação do espaço sem a mediação do capital. Ambas estão no mesmo processo de luta pela vida e pela posse da terra em diferentes tempos e espaços. Quando uma narrativa se sobressai em relação à outra, alguns atores são silenciados.

No (des)encontro de culturas, ou no “confroencontro”<sup>43</sup>, a paisagem é a primeira a se transformar com diferentes velocidades e direções, por ser o “resultado de uma acumulação de tempos” (SANTOS, 2006, p. 54), com mudanças parciais, mantendo elementos do passado, envolvendo diferentes objetos e ações, mesmo diante de uma nova dinâmica social e espacial. Persistências, rupturas e ressignificações passam a ser percebidas nas narrativas da história regional e no estudo das paisagens locais.

## 2.2 O MODO DE VIDA E A PAISAGEM CABOCLA NO FAXINAL DO TIGRE

Para dialogar sobre o modo de vida caboclo dos faxinais, não se pode pensar nele em separado das modificações que o local sofreu ao longo dos anos. Para Santos (2006), é imprescindível pensar a paisagem enquanto herança de relações estabelecidas entre o homem e a natureza em um determinado momento da história. Requer também buscar elementos para reconstituir essa relação, especialmente acerca da memória dos envolvidos, dentro ou fora do campo de tensões.

Elaborar uma análise de como o caboclo vivia não é apenas descrever o ambiente, a lide, o *habitus* e os modos de vida dos agrupamentos humanos. É preciso perceber “as relações complexas que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformam, as identidades que ali nascem ou se desenvolvem”, os pontos de tensão, fricção e clivagem entre a definição de territórios e territorialidades (CLAVAL, 2004, p. 70-71).

O conceito de floresta cultural se apresenta, aqui, a partir do uso da terra e da floresta, nas quais são desenvolvidas práticas sociais adequadas ao ambiente natural, compartilhadas e

---

<sup>43</sup> Confroencontro é um conceito utilizado por Andreis (2017) que indica encontro e confronto de sujeitos, individuais ou grupos e relações socioculturais.

fundamentadas na tradição e na memória; a oralidade, muito presente, desenvolveu normas e costumes como sedentarismo, laços de compadrio, significado de vizinhança, entreajuda (mutirão/puxirão), sentimento de localidade, religiosidades, enfim, práticas específicas de uso e acesso à terra e aos recursos naturais (FURLAN, 2006).

A floresta serve de “expressão identitária, traduzida por extensões territoriais de pertencimento” (ALMEIDA, 2004, p. 28). Os caboclos do “tempo antigo” não tinham o hábito de plantar árvores frutíferas, consumiam as frutas nativas da época. A floresta não era um empecilho para o desenvolvimento de roças ou criação de animais. Para cercamento das “terras de criar”, usavam-se os galhos das árvores próximas, ou os “rachões” feitos de tábua (muitas vezes de pinheiro) rachada, pois era comum dividir as terras em “terras de plantar” e “terras de criar” (RENK, 2006).

Esses indivíduos, à margem do sistema econômico há muito tempo (AURAS, 2001), construíram modos de vida adequados ao meio e com a floresta, aprendendo a lidar com as intempéries, com colheitas sazonais e com um jeito peculiar de lidar com a terra, tanto nas áreas de campo, quanto nas de floresta, o que se chama de faxinais<sup>44</sup>. “Os moradores dos faxinais, dividindo terras em plantar e criar, mostram-se mais sedentários” (RENK; CONFORTIN, 2017, p. 137). Os tigres eram confundidos com jaguatiricas e gatos do mato e a caça, como uma das heranças do povo indígena, constituiu parte do cotidiano desses indivíduos, por todo o oeste catarinense.

A “roça cabocla” (QUEIROZ, 1981) constituía a principal característica da paisagem cabocla, dividida em “terras de plantar” e “terras de criar” (RENK, 2006). Na primeira, adotaram a técnica da coivara, que integra um sistema de rotação de terras, no qual a roça era formada após derrubarem e queimarem parte da floresta. Ali garantiam milho, feijão, mandioca, batata e arroz.

---

<sup>44</sup> Relembrando que o termo ‘faxinal’, aqui, é entendido como um tipo de vegetação: nem só campo, nem só floresta. Mas, ao mesmo tempo, a pesquisa revelou que o termo foi utilizado por alguns caboclos do Faxinal do Tigre para se referir ao espaço onde mantinham as terras de criar animais a soltos de maneira coletiva, chamados de faxinais. Porto (2013 p. 59-60) faz uma reflexão os faxinais. A autora revela três perspectivas sobre o conceito de Faxinal. “1) faxinal como descrição de um determinado meio-ambiente, que em alguns momentos se aproxima da noção de faxinal como criadouro comum; 2) faxinal como sistema produtivo; 3) faxinal como identidade e proposta política de construção de direitos e usos do território. Apesar de distintas, contudo, tais perspectivas não são desarticuladas: dialogam e se contrapõem, resultando tais contatos em uma dinâmica de deslocamentos e ressignificações.” O mais interessante revelado pela autora é que as três perspectivas trazem consigo “referência a certa forma de ser e viver que implica em valores que definem as relações com o meio natural, com os demais membros dos grupos sociais e com o mundo sobrenatural (...) que se relacionam com regras de convivência grupal, pautadas em respeito, reciprocidade e responsabilidade ambiental e social”. Referência esta que foram sendo recuperadas nas memórias dos antigos descendentes de caboclos do Faxinal do Tigre durante a pesquisa.

Os caboclos do Faxinal do Tigre seguiam a dinâmica de separação de terras de plantar e de criar, citadas por Renk (2006), em outras regiões de Santa Catarina. As terras de plantar eram feitas no chamado “mato branco”; as terras de criar eram chamadas de faxinais por alguns caboclos. Valdir Schmidt<sup>45</sup> explica que eram divididas com trançado de “rachões” de pinheiro e todos ajudavam na montagem da cerca, que era bem extensa: “ia lá pô o Lageado Peão até não sei onde, até o Lambedor”. De acordo com ele, o “rachão” era feito geralmente de pinheiro (*Araucaria angustifolia*) ou de outra madeira disponível, lascado ao meio ou em três partes. Fincavam-se dois palanques, com distância de aproximadamente 1,5 a 2 metros, e entre eles trançavam-se as lascas de pinheiros. Depois, eram fixados mais dois palanques e se trançavam as lascas de pinheiros entre os dois palanques. Seguia-se em linha reta, mas mantinha-se um ziguezague entre os palanques principais. O ziguezague era a garantia de que a cerca ficaria mais firme e os animais não pudessem ultrapassá-la ou derrubá-la. Segundo Valdir Schmidt, a parte de terra boa para plantio, ou seja, o “mato branco”, era uma terra “que não tinha pinheiro, se tivesse pinheiro daí não era terra boa, não tinha valor” para plantio.

A própria designação dada pelos caboclos à palavra “faxinal” revela como eram as práticas sociais do caboclo do Faxinal do Tigre. O relato de Valdir Schmidt dá indícios de um sistema de divisão de terras, parecido com o ‘Sistema Faxinal’ do centro-sul do Paraná, expressado por Chang (1988). Ao mesmo tempo que o faxinal era visto como uma vegetação da geografia local pela população que estava mais próxima dos rios Uruguai, Lambedor e Neckel, para outro grupo – o que estava mais perto da floresta e do rio que corta a cidade atualmente, o Tigre – se assemelhava ao modo de organização camponesa paranaense.

O cercamento de terras adentrava a floresta, tornando-se um espaço para “criar” animais de maneira coletiva. Valdir conta que os animais que nasciam no cercado dos faxinais eram identificados e marcados pelos moradores locais, que os deixavam soltos para que crescessem se alimentando do que a floresta oferecia. A cerca era extensa e abrangia um perímetro enorme. “Ia ali da invernada até mais ou menos a Linha Flor hoje”, relata Valdir. A invernada a que o depoente se refere iniciou às margens da atual Barragem de Guatambu, cuja água do rio Tigre

---

<sup>45</sup> Valdir Schmidt é bisneto de Simão Almeida, filho do colono alemão Carlos Schmidt com a cabocla Teresa Machado da Silva (neta de Simão Almeida, o qual cita-se no terceiro capítulo), ambos nascidos no Faxinal do Tigre. Valdir carrega na memória a mistura do *habitus* do caboclo com o modo de vida do colono, trazido ao Faxinal do Tigre a partir de 1920. O avô paterno de Valdir é filho de colono que chega em Guatambu no ano de 1927. Todas as falas atribuídas a este depoente ao longo desta pesquisa foram obtidas por meio de entrevista concedida à autora no dia 04/07/2023.

foi barrada pela PCH Santa Terezinha<sup>46</sup>. Em linha reta, pode-se calcular cerca de dois quilômetros de distância até a comunidade Linha Flor.

Os depoimentos de Durval Machado Almeida e Aires Almeida exemplificam também o modo de vida do caboclo do Faxinal do Tigre com o Sistema Faxinal. Descendentes de João Almeida Sobrinho, que veio de Nonoai para Faxinal do Tigre aproximadamente em 1920, contam que ele era tropeiro. Tropeava com mulas de cargueiro e levava produtos de Nonoai (rapadura, cachaça, melado, fumo, entre outros) para Clevelândia e Palmas, no Paraná. Por ser tropeiro e carreirista, conheceu as terras de Faxinal do Tigre e se interessou em morar nelas. Ao chegar, estabeleceu-se na propriedade de José Machado da Silva, onde hoje estão as terras da barragem do rio Tigre. Conheceu Ana Maria Machado, filha de José Machado Silva, e constituiu família com ela. José Machado da Silva era um dos vizinhos de Simão Almeida que compartilhavam do cercamento das terras de criar.

João Almeida Sobrinho largou a vida de tropeiro e se dedicou à lide da terra do sogro. Lidava na terra em outros pontos do Faxinal do Tigre, como em Linha Feliz (hoje uma das comunidades do interior de Guatambu), a qual a família identificava como terras de plantar. Plantava feijão, arroz, milho e outros produtos para a subsistência. José, tio de Durval e irmão de João, “levava feijão nos cargueiros de mula até Passo Fundo e trocava por produtos que aqui não existia, como tecido, farinha de trigo, sal, açúcar branco e querosene em lata. No verão plantavam e no inverno trabalhavam fazendo erva-mate, secada no carijo e socada no monjolo” (SERPA, 2022, p. 120-121).

Segundo os depoimentos, as “terras de criar”, ou os “faxinais” dedicados à criação de animais para consumo ficavam mais perto de casa e compunham o restante das terras onde os animais, sobretudo os porcos, eram criados soltos. Com animais de criadores vizinhos, compartilhavam floresta para sua alimentação. Isso dá indícios de que as casas ficavam mais próximas da floresta. Para não serem trocados, os animais recebiam uma marcação, um corte na orelha, por exemplo, que identificava o dono do animal. De vez em quando, milho era jogado ao longo da cerca para completar a alimentação do animal solto. “Subia-se no cavalo e levava algumas bolsas de milho no faxinal”, conta Valdir Schmidt. Ele lembra que um dos vizinhos de

---

<sup>46</sup> Em 1955 o empresário Augusto Barrela, da Empresa Força e Luz de Chapecó, contraiu empréstimo do Banco Nacional do Desenvolvimento para construir a barragem e a usina Santa Terezinha que, na época, constituiu-se a segunda usina hidrelétrica da região oeste, fornecendo energia elétrica para Guatambu e Chapecó. Atualmente privatizada, produz 2,08 megawatts de energia por hora. Tem 2,6 mil metros de canal de adução da barragem até a chamada “chaminé de equilíbrio” na usina. Conta com aqueduto de 250 metros de concreto que atravessa o asfalto numa altura de 12 metros, substituindo o antigo canal de madeira (CORÁ; OLIVEIRA, 2010) e servindo como portal de entrada à cidade de Guatambu.

seu avô, José Machado da Silva, que dividia os faxinais na criação de animais, era o senhor Firmino Machado.

Valdir revela ter visto resquícios da cerca que separava as terras de plantar e de criar no Faxinal do Tigre, no local onde hoje é a Floresta Nacional do Chapecó e a Barragem de Guatambu: “Eu saía passeiá a cavalo com meu pai no meio do mato e, via aqueles palanques fincados no meio da floresta. Meu pai me explicava o que era, mas meu pai nunca utilizou esse sistema faxinal com nós. Era um sistema dos mais antigos daqui”.

Percebe-se, nos depoimentos, o olhar do outro, mas do outro não convergente, do outro próximo do caboclo. Familiares, esposas, filhos, netos e bisnetos de caboclos relembram a memória coletiva do que os mais velhos contavam. De acordo com Koselleck (2006), ela nos ajuda a estabelecer laços de identidade individual e coletiva, que são apresentados como “costumes” dos mais antigos e repassados através da oralidade. Daí a importância de se ouvir duas ou mais realidades históricas e a temporalidade de cada uma, conseguindo no cruzamento de dados, perceber as singularidades do processo de construção das relações sociais e da modificação das paisagens locais (ALBERTI, 2004).

Os costumes praticados por seus antepassados estavam pautados no “direito que vem do costume, da tradição, da memória” (CAMPOS, 2002, p. 128) e mesmo sem perceber os caboclos do Faxinal do Tigre desenvolviam práticas sociais coletivas associadas a ações de usos e direitos privados. Nas palavras de Almeida (2004, p. 10), as relações sociais mantidas entre famílias de uma mesma unidade social se davam “através de normas estabelecidas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual”.

Na memória coletiva, os hábitos alimentares geralmente se fazem presentes na roda de conversa dos entrevistados. Segundo eles, comia-se o que se plantava – feijão, arroz, milho, mandioca, batata doce e couve –, além de carne de porco e de gado, bem como de galinhas, que eram criadas soltas. “Quando um vizinho matava um boi ou porco, era distribuído com a vizinhança, na certeza de que o próximo que matasse faria a mesma coisa. Não eram escolhidos os piores pedaços para o vizinho. Tudo era repartido sem mesquinhasias” (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998, p. 52). Essa é uma dentre as muitas práticas que identifica o grupo étnico dos caboclos e suas territorialidades.

Abra-se um parêntese aqui para o conceito de identidade acompanhando os autores Candau (2011) e Hall e Woodward (2015).

A identidade preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e o mundo público, projetamos a ‘nós próprios’ nessas

identidades culturais, ao mesmo tempo que, internalizamos seus significados e valores, tornando-os ‘parte de nós’ dos lugares que ocupamos no mundo social e cultural. O sujeito, torna-se fragmentado; composto não de uma única variável, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Por isso, está sujeito ao ‘jogo’ da ‘différence’, obedecendo à lógica do mais que um. (HALL; WOODWARD, 2015, p. 96).

A identidade cabocla se apresenta na memória individual e coletiva dos entrevistados como momentos bons. Momentos que constroem as tradições e que, para o caboclo, se expressam, particularmente, na prática dos mutirões. A experiência dos mutirões resiste ao tempo, mesmo com todas as mudanças que ocorreram. Ela não ficou parada no tempo, está vinculada e articulada com outros elementos (HALL; WOODWARD, 2015). Hoje, os mutirões acontecem nas pequenas comunidades (chamadas de linha) do interior de Guatambu, entre os pequenos agricultores. Em Porto Chalana, os vizinhos que têm uma pequena lavoura de terra se ajudam na hora do plantio e da colheita. Diferentemente dos grandes proprietários de terra, “os colonos fortes”, como são chamados pelos caboclos, que contratam serviços terceirizados para plantio e colheita.

Os mutirões se apresentam também nas atuais festas do padroeiro da comunidade, nas quais todos, independentemente da religiosidade, participam e colaboram com doações de mão de obra, dinheiro em espécie, objetos, alimentos, entre outros, para que a festa tradicional aconteça todo ano. À medida que o espaço adquire significado e familiaridade, “cheio de objetos comuns” (MELLO, 1993, p. 184) compartilhados pela população local, emergem experiências cotidianas de sobrevivência, lazer e trabalho. Decorre, então, na comunidade, um forte sentimento de pertença e de coletividade, associados a elementos e ações particulares/privadas.

Quanto ao “Tigre”, acrescentado ao nome “Faxinal”, Dioraci Padilha de Oliveira conta que Angélica, mãe de seu avô, Eginô de Oliveira Pinto<sup>47</sup>, a qual não conheceu,

---

<sup>47</sup> A família Padilha de Oliveira chega ao Faxinal do Tigre por volta de 1888. Angélica de Oliveira vem com o marido de Carazinho, no Rio Grande do Sul, atravessando o rio Uruguai e se estabelecendo às margens do lajeado Lambedor (rio identificado no mapa da região em 1939). Dioraci Padilha de Oliveira, mais conhecido como seu Diôro, na condição de bisneto de Angélica, não soube dizer o nome do marido da bisavó. Eginô de Oliveira (avô do depoente), tinha 10 anos quando sua mãe Angélica e o padraço se instalaram como posseiros. Todos os outros 10 irmãos de Eginô já nasceram em “terras do Tigre”. Eginô contrai matrimônio com Juvelina Maria Padilha (outra família de caboclos que já morava na região), gerando 11 filhos, e a maioria ainda mora em Guatambu. Alguns irmãos de Dioraci moram ainda em terras próximas ao lajeado Lambedor, herdadas de seu pai, o senhor Lucidio Padilha de Oliveira, filho de Eginô e Juvelina. Consta, nos arquivos da Escrivania de Paz local, a escritura de compra das terras nas quais Angélica e o marido se estabeleceram inicialmente como posseiros. O herdeiro, Eginô de Oliveira, muitos anos depois, legaliza a área de 459.800 m<sup>2</sup> em 1924, comprando-as de Rodolfo Fin pelo valor de \$ 950.000 contos de réis.

[...] era mulher muito valente e destemida, enfrentava os perigos do sertão matando onças. Conta-se que chegou a matar doze onças. Colocava o seu filho Eginho na frente para apoiar o garruchão em seu ombro e atirava certamente na onça, ouvindo o urro do animal sabia de onde ela ia chegar. (SERPA, 2022, p. 49).

Dioraci ainda revela que o nome Faxinal do Tigre se deve a presença de muitos tigres na região e, um em especial, o ‘tigre manco’ que transitava no local. O entrevistado conta que seu avô, Eginho de Oliveira, avistava a cada ciclo lunar na fase cheia, um ‘tigre manco’, assim chamado, por deixar marcas/pegadas de apenas três patas no chão, por onde passava. O ‘tigre manco’ atacava galinheiros e roças atrás de alimento. Por muitas vezes, os moradores e seu avô, tentaram capturar o felino, mas sem sucesso. Num período de lua cheia passava pelo Faxinal do Tigre e, depois de se alimentar, seguia para o Rio Grande do Sul contornando o curso do rio Uruguai. Retornava ao Faxinal do Tigre em outro período de lua cheia. Seu Eginho de Oliveira, “viu por muitos anos o ‘tigre manco’ ir e voltar, até chegar o tempo que ele não viu mais”, conta seu Dioraci.

Os depoentes contam que “era tudo sertão” (SERPA, 2022, p. 49). Havia muitos animais silvestres e nativos na FOM, espalhados pela região. Os tigres eram confundidos com onças-pardas que, na região sul, recebem diferentes nomes – puma, suçuarana ou leão-baio (devido à coloração acastanhada dos cavalos). Mas, provavelmente, a maior confusão era feita com as jaguatiricas (*Leopardus pardalis*), outro felino que varia na coloração e no padrão de manchas.

As jaguatiricas ocorrem em todo território brasileiro, com exceção dos Pampas e do Rio Grande do Sul. “O comprimento do corpo varia entre 64 e 101,5 cm, a cauda pode medir 35,4 cm e o peso varia de 7 a 16 kg, sendo os machos maiores do que as fêmeas. É um animal de médio porte, tendo a pelagem curta, com coloração amarelada no dorso e manchas negras que formam rosetas abertas, unindo-se em bandas nas laterais do corpo. O ventre é mais esbranquiçado, com manchas ocasionais.” (ZOO, 2020).

Outra característica do caboclo de Faxinal do Tigre era o jeito de se apropriar da terra, através da posse. Não se trata de uma característica exclusiva do caboclo do Faxinal. Em todo o oeste catarinense há pesquisas, relatos e indícios que a posse era forma costumeira de apropriação da terra pelas populações caboclas, ainda em tempos remotos. Dioraci conta que

eles chegaram e demarcaram, abriram picada, fincaram uns marco por eles memo né? Marcaram divisa, daí chegava outro imigrante<sup>48</sup> lá do Rio Grande memo, não sei da onde lá, chegava ali para marcar também, ele chegava ali dava aquele marco e a picada, respeitavam, respeitavam: Opa aqui já tem dono! Emboras que não tinha documento, né.

No depoimento de Anita Maciel<sup>49</sup> também se percebe o sistema de posse e a adaptação ao meio ao qual foram adstritos os caboclos da região do Faxinal do Tigre, bem como o entendimento que tinham de que a terra pertencia ao Estado.

O pai queria fazer uma casa de assoalho, daí ele comprou um lote e, daí ele derrubou a árvore, pois era só chegar no mato, cortar e derrubar. O governo não fazia conta. A terra era do governo (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998, p. 27).

A lide com a erva-mate também caracterizava o modo de vida do caboclo do Faxinal do Tigre. Nas entrevistas realizadas, a maioria dos depoentes deixam claro que, ao se apossar das terras, aproveitavam o que os faxinais ofereciam, os ervais. Orélia Elisbão da Luz Mazzarollo conta que os avós “Tinham monjolo, secava a erva no carijo, moía no monjolo e até vendia” (SERPA, 2022, p. 31). “Seu Argeo levava cargueiros de erva-mate que seu tio Laurindo socava no monjolo para vender a um italiano em Planalto Alegre” (SERPA, 2022, p. 41).

Dona Otilia<sup>50</sup> relembra que “muito pouco era comprado, apenas sal e querosene prá acender o lampião. A carne do porco, criado à sortá (solta) era frita e guardada na banha dele mesmo” (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998, p. 53). Esse *habitus* foi mantido por um longo período, até a chegada do colonizador italiano, nas primeiras décadas do século XX.

Laudelina Moreira relata: “a carne (de porco) era o principal, feijão, arroz, batata, mandioca e tudo era plantado. Não havia essa de i fazê rancho<sup>51</sup>” (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998, p. 38). Sobre o cozimento dos alimentos, Laudelina explicou que tudo era feito na trempe: “era assim, um quadro de ferro com quatro pernas, com várias tiras de ferro em cima que segurava as panelas. E a gente fazia fogo embaixo” (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998, p. 36).

<sup>48</sup> O termo ‘imigrante’ usado por Dioraci refere-se ao migrante: pessoa que se transfere de seu lugar habitual, de sua residência, ou seu local de nascimento, região ou país para outro lugar (IMIGRANTE, 2022).

<sup>49</sup> Anita Maciel foi uma das antigas famílias caboclas que habitavam o velho Faxinal do Tigre. Seu depoimento foi colhido em 01 de março de 1998 por Luzia Margaret Corá (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998).

<sup>50</sup> Otilia Ponciano de Paula, esposa de Leodoro Ponciano de Paula, ex-balseiro, foi entrevistada em 29 de janeiro de 1998 por Angela Regina da Silva (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998).

<sup>51</sup> O ‘rancho’ a que dona Laudelina se refere era um termo bastante utilizado na região oeste para designar uma compra mensal no armazém e, mais tarde, no supermercado.

Ao chegar ao Faxinal do Tigre, aproximadamente em 1900, a família Alves, nas figuras de seu João Geraldo Alves e Antoninha Alves, não tinha onde morar. Construíram então uma espécie de paiol com folhas de palmeira e chão batido; por muito tempo lá moraram. Plantavam milho e feijão para o sustento da família numerosa de 6 filhos. “Criavam porco e galinha perto de casa, mas a roça era mais longe e era cercada para os bichos não comerem tudo”, relembra Leriana Alves<sup>52</sup>.

Visivelmente, esse contingente populacional foi avançando sobre áreas de matas e adaptou-se ao ambiente, voltando-se para a economia de subsistência e a lide com a erva-mate. Praticamente não havia circulação de moeda, uma vez que a produção era para suprir as necessidades básicas e garantir a sobrevivência. “A relação do caboclo com a terra não se resumia a uma questão de posse ou propriedade, pois ele cultivava uma relação especial, considerando-a como uma fonte de vida” (RADIN; CORAZZA, 2018, p. 29).

Brandt (2015) reforça que foram as práticas caboclas de dividir as terras em “terras de criar” e “terras de plantar” o modo de uso da floresta e dos demais recursos naturais que formaram o que pode ser compreendido como uma “paisagem cabocla”, persistindo em diversos espaços do oeste catarinense até o aporte da colonização. Tais práticas podem ser traduzidas como “costumes” reconhecidos desde seus antepassados e transmitidos de geração para geração, constituindo-se em “crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática” (THOMPSON, 2002, p. 88) que não foram registrados em nenhum regulamento propriamente dito. Desse modo, os costumes repassados pela oralidade, tornavam-se uma espécie de lei para comunidades que não eram reconhecidas ou que estavam desassistidas das instâncias de poder do Estado.

A região dos faxinais ainda revela a existência de uma paisagem de mata muito específica para a região de Chapecó e adjacências, com presença de extensos ervaais.

[...] além dos pinheirais e o mato branco, aqui e ali, nota-se a existência de muitos ervaais em toda região, cuja erva, sempre usada como mate-

---

<sup>52</sup> Leriana Alves é neta de João Geraldo Alves, uma família de caboclos que veio de Passo Fundo/RS para o Faxinal do Tigre, em 1900, para tentar uma vida melhor, longe das rivalidades políticas daquele estado. Reside na comunidade de Gramado dos Rosas e parte de seu depoimento encontra-se no livro *Fragmentos de memórias das famílias pioneiras de Guatambu* (SERPA, 2022). Um dado interessante revelado pela escrevente responsável pela Escrivania de Paz local é que a maior parte dos moradores da comunidade de Gramado dos Rosas não possui escritura de terras. Segundo a escrevente, aquelas terras eram da Colonizadora Isaac Pan e Vargas, e no desmembramento da empresa ficaram para Isaac Pan. Por ser uma terra distante e de pouco valor comercial, Pan não se importou com os posseiros que lá se instalaram. Os poucos posseiros que têm o título de terra conseguiram pela Lei do Usucapião, pelo artigo 1.238 da Constituição de 1988. A maioria dos descendentes de posseiros da família Alves da Rosa, por exemplo, não procurou legalizar as terras.

chimarrão dos habitantes locais, era por eles colhida antes da brota e na lua minguante, quando eram podadas as árvores com facão, depois de apresentar a folhagem bem madura e assim fornecerem erva boa (FORTES, 1990, p. 15).

Sobre o modo de vida dos posseiros e sobre paisagem, Brandt (2015, p. 305) corrobora que, “ao se instalar nas novas terras [...] poderiam viver da criação de animais, da extração da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) nas áreas onde ela existisse, da caça, da pesca e da agricultura de subsistência”, e estavam a salvo dos conflitos políticos e econômicos da região de origem. A extração da erva-mate ajudava a compor o que o autor chama de paisagem cabocla.

Diante das evidências, indiscutivelmente, o caboclo fez parte da frente demográfica que ocupou a região de fronteira do oeste catarinense (RADIN; CORAZZA, 2018). As tentativas de “enquadrar homens e mulheres dentro de categorias étnico-socioculturais preestabelecida, como as de índio, caboclo, negro ou branco (...) pretendem encerrar em si mesmos, a totalidade de sistemas de organização e realidades históricas e culturais por vezes bastante complexos” (MARQUETTI; SILVA, 2016, p. 112). Reiteramos que o contato do caboclo do Faxinal do Tigre com o indígena da região assumiu características próprias, mesclando-se e resultando costumes e hábitos peculiares. Portanto, o caboclo teve uma contribuição imensurável na formação histórica da região oeste de Santa Catarina e na ocupação do Faxinal do Tigre.

Com a chegada efetiva do colono em Faxinal do Tigre, após 1920, o caboclo também foi o sujeito que ressignificou algumas atividades laborativas, a partir da presença dos descendentes de italiano e do alemão. Tornou-se agregado ao receber um pedaço de terra do agora proprietário e, em troca, entrava com a mão de obra para plantar em escala maior, ficando com a “terça” parte da produção. Desenvolveu, então, um jeito mesclado de lidar com a terra e com os próprios colonos: o jeito caboclo. Ou, ainda, trabalhava para a serraria, como balseiro ou peão de serra, como conta seu Noé:

Fui trabalhá na colônia. Eu já trabaiava na colônia. Então, quando dava chuva, eu deixava de sabê, fizesse as minhas prantinhas ou não, ia fazê dali para frente quando chegava de novo. Mas a gente fazia aquilo, tinha aquela barda, me acostumei de viajá de rio. E deixava do meu serviço e ia cuidar do serviço dos otros. (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998, p. 33).

Tais ofícios vieram à tona com o contributo da colonização e caracterizaram uma parte da população cabocla do Faxinal do Tigre, após o modo tradicional de lidar com a terra sofrer alterações bruscas com a chegada dos descendentes de italianos e alemães. Com essa alteração de paisagem, os caboclos passaram a adotar, ressignificar e construir práticas sociais e espaciais

condizentes ao meio, desenvolvendo uma cultura híbrida sobre o funcionamento de seu ecossistema e a utilização de seus recursos (BRANDT, 2015), bem como ressignificando as relações sociais com o colono.

### 3 DE FAXINAL A GUATAMBU: PERMANÊNCIAS OU RUPTURAS?

De acordo com o dicionário tradicional, fronteira significa: “limite; linha que divide ou delimita, separando um país ou território de outro (s); região que está ao lado ou próxima desse limite” (FRONTEIRA, 2022). Muraro (2015) avança numa conceituação de que “fronteira” é muito mais que uma delimitação geográfica. Ela tem um sentido próprio, dado, principalmente, pelos indivíduos que a ocupam, que a organizam, que a disputam.

Na acepção do autor, os limites geográficos oficiais não impedem a convivência para além da fronteira geográfica, ultrapassando, inclusive, diferenças linguísticas, religiosas e culturais. Muraro (2015, p. 168) completa dizendo que “o significado atribuído pelas autoridades políticas e diplomáticas para as fronteiras entre dois países, na distância dos seus gabinetes, nem sempre corresponde ao sentido vivenciado pela população que habita áreas fronteiriças”.

Como a questão abordada na pesquisa vai para além do campo político descrito por Muraro (2015), recorre-se especialmente ao conceito de Martins (1996, p. 27), que percebe a fronteira no campo social como “um ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos”. Para o sociólogo, é na fronteira que observamos melhor como as sociedades se formam, se organizam/desorganizam, se reproduzem e quais as concepções que asseguram esse processo de formação e transformação. Segundo Martins (1996, p. 27), “na fronteira o homem não se encontra, se desencontra”.

Reitera-se, nesse texto, o que é fronteira para Martins (1996, p. 27): “o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si”. É o encontro entre diferentes temporalidades em um só espaço. É “essencialmente o lugar da alteridade”, que ocorre no avanço de um grupo sobre o outro, quando este, “com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí” (LITTLE, 2002, p. 4).

Como trabalhamos com “sujeitos partilhando experiências na construção dos espaços” (MONTYSUMA, 2008, p. 156) e apresentamos o Faxinal do Tigre como um lugar de alteridades, é necessário fazer um adendo sobre a construção do território e das territorialidades nas regiões de fronteira, como no caso do Faxinal do Tigre.

A partir das experiências de um grupo e das suas relações de pertença, então, constituiu-se o “território” do Faxinal do Tigre, como resultado de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002), que acabaram envolvendo todas as diferenças humanas: social, econômica, de gênero, etária, étnica, religiosa, de língua, etc. (HAESBAERT, 2004) entre os grupos envolvidos, no caso, caboclos e colonos.

Por ser o território a fusão de processos sociais e políticos, e por se estar falando de sujeitos compartilhando experiências, é na construção ou reconstrução desse território que se manifestam as territorialidades. Para Little (2002, p. 81), a territorialidade se exhibe no conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos sociais para “ocupar, controlar e se identificar como uma parcela específica de seu ambiente biofísico”.

As territorialidades, não obstante, são expressas de diferentes formas, principalmente pela memória coletiva do grupo, que passa a ser “uma das maneiras mais importantes pelas quais os povos se localizam e se identificam com um espaço geográfico” (LITTLE, 1994, p. 8), a partir das experiências cotidianas de moradia, trabalho e lazer.

Nos depoimentos de Pedro e José Bartolamey, descendentes de colonos migrantes italianos que chegaram ao Faxinal do Tigre em 1919, emergem algumas expressões das territorialidades dos colonos do Faxinal do Tigre. Os irmãos compraram uma colônia de terras da Colonizadora Isaac Pan e Vargas, que hoje são terras da Floresta Nacional Chapecó:

A alimentação era com os produtos que produziam. Carneavam uma vaca, fazia um charque, carneava um porco, fritavam a carne na banha e guardavam nas latas. O açúcar, o melado e a chimia, faziam com a cana, para clarear o açúcar passava por um processo a mais: batia o melado e colocava na lata com furo embaixo: o melaço escuro saía e o açúcar branco ficava na lata. (SERPA, 2022, p. 15).

Na deposição de Orélia Elisbão da Luz, percebe-se o sentimento de pertença ao local e a defesa das territorialidades que ali se construíram. Ela conta que seu bisavô, João Elisbão da Luz, comprou terras na comunidade de Porto Chalana, trabalhava na terra para a subsistência e, por ter um monjolo, extraía, industrializava e comercializava erva-mate com os vizinhos e com o comércio local. “Hoje nós moramos no lugar que meu avô conquistou” (SERPA, 2022, p. 31).

É na defesa do “território” e na construção das “territorialidades” que as teias de relacionamento vão se fazendo ou se desfazendo. As normas, os costumes, os hábitos e as memórias que as transmitem estão em “constantes mudanças, reconstruções, ressignificações, fraturas e oposições” (BRANDT; NODARI, 2011, p. 81), recebendo influências externas, abraçando variações espaciais e temporais e traçando a trajetória histórica do grupo (FUNES, 2009).

Isto posto, entende-se que “para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi definido e/ou reafirmado” (RENK; CONFORTIN, 2017, p. 138). É preciso compreender

como os saberes ambientais, as ideologias e os aspectos identitários foram utilizados como estratégia de um grupo para demarcar e estabelecer seu território (RENK; CONFORTIN, 2017). No caso do caboclo do Faxinal do Tigre, procuramos fazer uma reflexão sobre as diásporas, exclusões, sentimento de pertencimento, fricção étnica, competições por recursos que, física ou simbolicamente, provocaram uma crise de desenraizamento da população local.

O território do Faxinal do Tigre, construído pelos caboclos, vem de uma longa história social e cultural de regras construídas e repassadas pela oralidade aos seus descendentes. Por ser itinerante, o caboclo veio ao Faxinal do Tigre para reproduzir o modo de vida de seus ancestrais. Se ele habita o sertão é porque foi impulsionado para isso. O modelo de povoamento incrementado pelos portugueses, do século XVI em diante, foi um dos impulsos. Um povoamento que promoveu a itinerância e o *habitus* ligados ao meio em que os grupos humanos viviam e moravam.

Dessa forma, notamos a presença dos conceitos de fronteira política de Muraro (2015) e fronteira humana de Martins (2009) na formação da região Sul do Brasil, da América meridional, marcada por uma longa história de conflitos e ações judiciais até a delimitação definitiva dos limites territoriais. Primeiramente, entre Portugal e Espanha, após entre Brasil e Argentina, depois entre Paraná e Santa Catarina.

Tais conflitos não impediram que a ocupação humana da região acontecesse e se desenvolvesse para além das diferenças linguísticas, religiosas e culturais. Guaranis e caboclos trabalhavam na extração da erva-mate. Tropeiros e outros grupos indígenas circulavam sem maiores preocupações com os limites geográficos ou com a língua falada, ainda em discussão entre os governos. A fronteira não era o impedimento para que relações complexas se estabelecessem no espaço. Inclusive, a convivência e o tempo deram origem a laços de parentesco, amizade, afetividade e compadrio, com histórias comuns, independentemente do local de nascimento.

Porém, dentro dos gabinetes, a negociação para definição de fronteiras geográficas seguia os ditames da colonização nacional, cujo povoamento estava se organizando para atingir as regiões mais afastadas de outras povoações e vilas, utilizando migrantes nacionais. A instalação de várias colônias militares nas regiões de fronteira, no final do século XIX, é o exemplo de que os embates diplomáticos entre Brasil e Argentina perdurariam por vários anos, e que o objetivo não era só estabelecer limites geográficos e, sim, aproximar e civilizar os indígenas de diferentes etnias.

Para além das delimitações fronteiriças, os embates territoriais no início do século XX seguiram sendo mais localizados, mas atendendo ainda ao plano de nacionalização das

fronteiras. Notamos que a visão sobre a fronteira se modificou nos governos republicanos do século XX. Autoridades passaram a ver o sertão como local de bandido, inculto, atrasado, com população autóctone “inferior” e com floresta “bravia”. Sob o pretexto governamental de “civilizar”, trazer o “progresso” e nacionalizar as fronteiras, instaurou-se o processo de colonização do oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e sul do Mato Grosso, tentando resolver questões sobre a posse da terra e delimitações das fronteiras, que o governo imperial não conseguira.

A partir da Lei de Terras de 1850, as legislações federal e estadual, para atender aos grandes posseiros, vinham estendendo os prazos para legalização das terras e para definir o que seriam terras públicas, terras para venda, terras para aldeamento, alterando, inúmeras vezes, seu valor por metro quadrado.

Terminado o prazo previsto, todas as posses não legitimadas ou revalidadas (aquelas que já possuíam legitimação no período Imperial), caíram em comisso, sendo consideradas devolutas e incorporadas ao patrimônio do Estado. Este prazo para regularização de posses foi prorrogado para 1904 (Lei nº 566, de 14/08/1903), sendo daí prorrogado anualmente até 1926 [...] A longa extensão dos prazos de legitimação criou uma verdadeira ficção sobre a possibilidade da existência de ‘terras livres’ na fronteira agrícola, não apenas em Santa Catarina (MACHADO, 2011, p. 11).

No caso de Santa Catarina, a instalação da Diretoria de Terras e Colonização veio como uma exigência da Lei de Terras, e passou a obedecer a uma legislação exclusiva sobre a posse e a propriedade da terra no Estado. Tinha a função de fiscalização das fronteiras e da venda de terras para o setor privado, ou seja, para as companhias colonizadoras. Outrossim, era preciso identificar o que estava acontecendo em regiões fronteiriças em relação à venda de terras devolutas e os compromissos assumidos pelas companhias colonizadoras com essas terras. Na região do “Velho Chapecó”<sup>53</sup>, foi instalada a 6ª Inspetoria, que questionou a atuação de muitas companhias colonizadoras que não atendiam os ditames federais e contratos de compra e venda estaduais. Sobre as companhias colonizadoras e seus contratos trataremos mais adiante.

Para fiscalizar a fronteira do sertão oeste catarinense, o governador do Estado percorreu a região em 1929. Os membros da comitiva que acompanharam a viagem do governador

---

<sup>53</sup> Velho Chapecó, ou antigo Chapecó, era a denominação dada pelas autoridades políticas da época para identificar toda a região oeste e meio oeste de Santa Catarina, termo citado antes mesmo da criação do município de Chapecó, em 1917. “Com sede provisória na povoação de Passo Bormann, até que o congresso representativo designe a sede definitiva do município e da comarca [...] seu território é delimitado pelos Rios Uruguay e Peperi-Guassú e pela linha de limites com o Estado do Paraná e com o município de Cruzeiro já descrito” (ROSSETO, 1986, p. 13).

(presidente) de Estado, Adolfo Konder<sup>54</sup>, em 1929, diziam que a região oeste “era a última fronteira da atuação dos ‘modernos bandeirantes’ que pretendiam e entendiam estar abrindo as portas da conquista deste sertão para a construção definitiva da nação e do país. Ali ‘terminava’ o Brasil” (RADIN, 2009, p. 59) e iniciava o longo processo de expropriação e expulsão de terras das comunidades/povos tradicionais.

Para Radin (2009), o processo de colonização se intensificou nas regiões de fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, na segunda metade do século XIX, entre Paraná e Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX, estabelecendo uma relação de dominação entre colonizado e colonizador e até uma relação de dependência entre grupos (RADIN, 2015), nem sempre percebida.

As companhias colonizadoras tiveram papel decisivo para o processo de colonização se efetivar no grande oeste, ou no “Velho Chapecó”, quando definidos os limites territoriais em 1916. As propagandas de solo fértil, alimentação silvestre abundante, riquezas naturais disponíveis, baixo custo das terras e fim da Guerra do Contestado ajudaram, por exemplo, na constituição de muitas comunidades com traços fortes da cultura europeia, que reconfiguraram não apenas o espaço, mas interferiram no modo de vida das populações que já estavam estabelecidas.

Resumidamente, essas companhias colonizadoras vinham atender as necessidades do governo local em definir territorialmente a região, “[...] impedindo assim que fosse alvo de reivindicações territoriais [...] ou de lutas pela posse da terra, como no caso do Contestado” (VICENZI, 2008, p. 57).

No mapa abaixo (Figura 8) é possível visualizar o fatiamento das terras catarinenses entre as diferentes empresas colonizadoras que atuaram por mais de duas décadas na venda de terras do oeste. As extensões de terras recebidas por elas poderiam ser comparadas aos grandes latifúndios da região sudeste e centro-oeste do Brasil estabelecidos nos séculos XIX e XX ou, ainda, com o sentido literal da palavra latifúndio: “Propriedade rural ou grande extensão de terra em que, geralmente por não haver utilização, exploração ou cultivo, se pratica atividades sem grandes investimentos” (LATIFÚNDIO, 2022).

---

<sup>54</sup> O livro “A viagem de 1929 Oeste de Santa Catarina” (CEOM, 2005) analisa relatos e documentos da viagem do presidente do Estado Adolfo Konder Reis ao oeste de Santa Catarina, entre abril e maio de 1929, que foram reimpressos pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Acompanhado de um grande aparato propagandístico e de uma comitiva composta por autoridades estaduais, regionais e locais, os relatos e os documentos dão uma ideia da visão das autoridades políticas da época sobre fronteira, região e brasilidade. A partir dos textos fac-similares, autores como Arlene Renk, Maria Bernardete Ramos Flores e Élio Cantalício Serpa fazem uma análise mais acadêmica sobre território e a hermenêutica do vazio.



levadas a hasta pública, sem direito a reclamação” (RODRIGUES; NEUMANN, 2015, p. 4)<sup>55</sup>. “São ‘disposições’ que assinalam que a região passaria por profundas transformações para que tais objetivos fossem postos em prática. As terras seriam obrigatoriamente adquiridas por compra ou concessões, excluindo-se outra forma de apropriação” (VICENZI, 2008, p. 71), impedindo o acesso à terra a milhares de pessoas. Toda a legislação sobre as terras do Estado de Santa Catarina estava voltada para o incremento dos que detinham o capital.

De acordo com Radin (2015), as maiores transformações se deram a partir da disputa entre “os de fora” e “os estabelecidos”, os “outsiders” e os “insiders” (ELIAS, SCOTSON, 2000), na qual os colonizadores se impuseram, muitas vezes, à força física. Ao mesmo tempo, esses colonos não formavam um grupo predominante. Havia um grupo minoritário que detinha poder e dinheiro, ditando os rumos no processo de colonização à revelia dos que não tinham dinheiro. “Os migrantes, em sua maioria, eram pessoas que buscavam a oportunidade de conquista de um lote de terra que lhe permitisse produzir o sustento para a família e sua reprodução enquanto colonos” (RADIN, 2015, p. 162). Seguiam-se motivados pela busca do lugar ideal, a terra da Cocanha<sup>56</sup>, tão sonhada por seus ancestrais (RADIN, 2009).

De fato, os termos “fronteira” e “colonização” têm ganhado capítulos especiais na escrita acadêmica e nos conceitos históricos, especialmente quando esses termos não são dissociados da “ocupação humana”. A historiografia dinamizou os estudos a partir dessa temática, com diversas pesquisas sobre fronteira, colonização, ocupação humana, priorizando os processos migratórios e os diferentes grupos que protagonizaram a história. Conclui-se, portanto, que fronteiras são construídas socialmente.

Quando se analisa a ocupação humana em áreas limítrofes de países ou estados vizinhos, conclui-se que o termo “fronteira” significa muito mais que demarcações que definem limites geográficos. “Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira de história da

---

<sup>55</sup> Neuman, doutora em História, mantém núcleos de pesquisa e orientação que estão centrados nos debates relacionados à imigração alemã na América Latina, às representações do Brasil nos meios emigrantistas da Alemanha, à imigração e colonização, dentre outros. No artigo citado, os autores pesquisam o projeto de colonização da extinta Companhia Territorial Sul Brasil, nas décadas de 1930 a 1950. Também levantam informações sobre as práticas de comercializar terras e madeiras adotadas pela companhia dentro desse projeto no mesmo período.

<sup>56</sup> A terra da Cocanha é um mito medieval recuperado por Franco Júnior (1999) em suas análises para mostrar a relação do mundo imaginário com o mundo real vivido pelos imigrantes do Sul do Brasil, “evidenciando as contradições entre o sonho de fazer fortuna e a realidade encontrada”. A Cocanha é “uma terra de prazeres e de abundância, de harmonia social e de liberdade sexual, onde não há espaço para o sofrimento, o envelhecimento e o esforço do trabalho. No século XIII, depois de ter circulado oralmente por décadas, essa lenda foi registrada por escrito, em francês arcaico e sob a forma de versos, no *Fabliau de Cocagne*.”

historicidade do homem.” (VENSON, 2023, p. 312). Nas palavras de Martins (2016, p. 11), “fronteira do humano”.

Cabe aqui dizer que a fronteira tem um sentido próprio e singular, dado pelos indivíduos que a ocupam. O contato entre distintos grupos sociais, em região de fronteira, implica em reelaborações e renegociações no modo de vida destes, mesmo que não sejam percebidas. A fronteira, nesse sentido, se apresenta, também, como um lugar de alteridade, no qual as diferenças são salientadas no encontro/confronto com outros grupos.

Vale lembrar, mais uma vez, que além dos imigrantes europeus (espanhóis, portugueses, alemães, italianos, poloneses) e dos migrantes vindos do Rio Grande do Sul, a história da região da Fronteira Sul se fez principalmente com a participação de indígenas (em especial Kaingang, Xokleng e Guaranis), caboclos e negros. O contato entre esses grupos étnicos constituiu-se num longo e doloroso processo com inúmeras implicações, especialmente no caso dos indígenas e caboclos da região de fronteira, que durante a efetivação da colonização foram espoliados da terra e gradativamente tiveram sua autonomia fragilizada.

Em diferentes momentos, a colonização do “Velho Chapecó” atendeu, principalmente, aos projetos de governos na perspectiva da conquista de novas fronteiras. As antigas colônias de imigrantes italianos, alemães e poloneses foram, no processo migratório, para a região oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e sul do Mato Grosso, nas quatro primeiras décadas do século XX. Não apenas reconfiguraram o espaço geográfico, mas interferiram no modo de vida das populações que já estavam estabelecidas na região.

A história da colonização da região fronteira do oeste de Santa Catarina, configura, em narrativas oficiais, como um belo e idílico romance, com início, meio e final feliz. O imigrante colonizador chega, compra as terras, trabalha e sobrevive dela, fazendo o município crescer, urbanizar, progredir. São heróis lembrados pelos seus grandes feitos: aberturas de estradas, construção das primeiras casas, primeira igreja, primeira escola, etc. Assim, são (re)lembrados pela memória otimista da história oficial: o empreendedor/colonizador venceu os sertões com progresso exemplar, moral e social.

Eis, aqui, os verdadeiros tigres! Os colonos, os civilizados, os únicos capazes de implantar um campesinato mais adequado aos olhos do governo estadual e regional, atendendo ao mercado consumidor, com melhores técnicas agrícolas, e ao capital financeiro, incipiente na região. Aos caboclos da região de fronteira, tidos como “intrusos” no seu próprio local, restou se adequar e/ou ressignificar o novo modo de vida trazido pelo “colono de origem”, especialmente sobre questões relacionadas à terra, ao trabalho, ao lazer e à religião.

### 3.1 COMPANHIAS COLONIZADORAS E OS INTRUSOS DO FAXINAL DO TIGRE

A consolidação da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601, de 18 de setembro) deu plenos poderes à implantação da propriedade privada no Brasil, normatizando e regulamentando o acesso e a apropriação da terra através da compra. A concessão de terras para venda passou a ser estratégia governamental para assegurar a posse e defender os limites territoriais dos estados nacionais.

Por ser uma região de fronteira, descrita pelos viajantes do Brasil imperial<sup>57</sup> como região de “vazio demográfico”, no século XX, o oeste catarinense se tornou alvo fácil das companhias colonizadoras, que receberam do governo concessões para a venda de grandes faixas de terra, atendendo o que preconizava a política de colonização nacional no Brasil republicano: “povoar”, “civilizar”, “branquear”, “progredir” e “atualizar” o país “com o ritmo das nações mais avançadas. Isso colocava a necessidade de repensar o espaço, a ocupação e a nação” (RADIN, 2009, p. 15) mas, principalmente, pensar no que fazer com as populações que habitavam aquele espaço por gerações.

Por outro lado, “diferentemente de outros locais como o Vale do Itajaí e o sul do estado de Santa Catarina, não houve por parte das autoridades governamentais uma política de ocupação efetiva até o início do século XX” (NODARI, 2009, p. 24), o que abriu precedente para a atuação do número exagerado de companhias colonizadoras na região oeste. Além do mais,

a população do Oeste era incipiente se comparada com a extensão de terras existente. Era necessário, para garantir a posse definitiva dessas terras, o desencadeamento de um processo de colonização e povoação da região. Isso competia agora a dois grupos de interesses distintos, mas que se aliavam para atingir os seus fins de incrementar o aumento populacional: de um lado, o Estado de Santa Catarina, que necessitava povoar urgentemente a região para garantir a sua posse e, de outro, as companhias colonizadoras, com seus proprietários e agentes de venda que, em troca do assentamento dos colonos na região e da construção de estradas, recebiam do governo as chamadas terras devolutas que eram demarcadas e vendidas aos imigrantes e migrantes. (NODARI, 2009, p. 29-30).

Grosso modo, pode-se dizer que o processo de colonização do oeste catarinense assumiu um significado distinto, pois “a alegação de que o Estado não possuía condições para dirigir a

---

<sup>57</sup> Nos relatos de Avé-Lallement e Saint-Hilaire, sobre suas andanças pelo sul do Brasil, no século XIX, apresentam-se os detalhes da paisagem sulina, pela ótica de alguém que dá sua opinião externa, o viajante. “O viajante enquanto sujeito está enquadrado dentro das significantes que lhe são caras, olha, sente, toca, e interagindo transforma e é transformado em paisagem. Inúmeros viajantes que ao longo do tempo atravessaram o Brasil relataram seus percursos, subjetivando-os conforme seus princípios e objetivos.” (ROSSI; MORETTO, 2013).

colonização foi utilizada para justificar a forma como as terras foram passadas ao controle das empresas” (RADIN, 2009, p. 15). Com esse discurso, “misturaram-se os interesses privados aos públicos e, na prática, foram os empresários que, a seu modo, efetivaram o projeto de preenchimento dos ‘vazios demográficos’ ou da ‘conquista do sertão’” (RADIN, 2009, p. 15). À revelia dos seus antigos habitantes (indígenas, caboclos, sertanejos), o oeste catarinense recebeu uma leva considerada de migrantes nacionais como protagonistas do processo de colonização.

Sobre os migrantes nacionais, Breves (1985, p. 9) relata que “a antiga população cem por cento brasileira de quatrocentos anos, foi absorvida quase que completamente pelos brasileiros de origem estrangeira recente, os elementos coloniais”, ou seja, os colonos de origem ou os gringos. Tidos como indivíduos com “virtudes éticas” (RENK, 2006, p. 73), essa população seria a escolhida pelos órgãos políticos e pela iniciativa privada para efetivar o modelo de colonização pensado após a promulgação da Lei de Terras.

Wenceslau de Souza Breves foi funcionário da Secretaria da Fazenda, Viação e Agricultura de Santa Catarina. Como membro da Comissão Técnica discriminadora de Terras do Estado, efetuou demarcações de terras no oeste catarinense, entre 1919 e 1924. Assumiu o 8º Distrito de Terras (1924) com abrangência de Chapecó a Cruzeiro (Joaçaba), ou seja, era agente regulador e fiscalizador das propriedades de terra nessa região. Também foi Conselheiro e Presidente do Conselho Municipal de Chapecó (BREVES, 1985).

No artigo “O Chapecó que eu conheci”, Breves (1985) descreve suas impressões e as situações que vivenciou no período em que exerceu o cargo de agente regulador e fiscalizador (espécie de agrimensor) das terras concedidas à Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia, entre 1919 e 1924, conhecidas como Campina do Gregório. Como funcionário do governo do Estado de Santa Catarina, conseguiu acompanhar boa parte do processo de colonização do Velho Chapecó e a atuação de algumas companhias colonizadoras na região.

Registrou “alguns dados para julgar os elementos que o povoavam, sua mentalidade, seus hábitos e costumes, certos tipos que ali floresceram, sua primeira resistência à colonização, os defeitos e qualidades da primitiva e brava gente de Chapecó” (BREVES, 1985, p. 18). Com sua visão eurocêntrica, o agente estatal foi um dos responsáveis pela visão deturpada e intolerante sobre o modo de vida dos caboclos de Chapecó e região, bem como por caracterizá-los como ‘intrusos’ nas terras das companhias colonizadoras.

Havia entre os caboclos de Chapecó, a respeito de terras, uma falsa concepção do que era posse: eles confundiam intrusamento com posse. Para

eles, o fato de se estabelecerem em um pobre rancho e uma pequena roça em terras do Estado ou de particulares, lhes dava o direito de propriedade. (BREVES, 1985, p. 25).

Ao vender as terras aos colonos de origem, a Companhia Colonizadora Isaac Pan e Vargas, dos sócios iniciais Isaac Pan e Jerônimo Vargas, e depois Rodolfo Fin, não considerou a presença humana no Faxinal do Tigre. Jeronimo Vargas<sup>58</sup>, antes de 1917 já possuía um título de concessão de terras na região de Caxambu do Sul. Mesmo cruzando-se as fontes, não foi possível apurar o ano exato dessa concessão. Porém, com a definição dos limites geográficos entre Paraná e Santa Catarina, “Vargas, depois de ter entendimentos com seu sogro Isaac Pan, foi pessoalmente a Florianópolis e conseguiu do Governo do Estado, as terras situadas no distrito de Caxambu” (GILIOLI, 1967, p. 36) e, em acordo com o sogro, passou a vender as terras aos colonos migrantes que buscavam novo lugar para morar.

Vargas teve facilidade em conseguir o título de terras, conhecida como “Concessão Vargas”, do Governo do Estado, por ser um homem conhecido. Por muitos anos foi escrivão, tabelião e oficial do registro de Imóveis da comarca de Palmas, no estado do Paraná, prestou concurso para o cargo vitalício e foi aprovado (GILIOLI, 1967). No cargo, conheceu muitos empresários e políticos que facilitaram o acesso às terras para venda quando se definiram os limites territoriais em 1916.

Mesmo com as facilidades oferecidas pelo governo, as concessionárias tinham obrigações com o Estado. Gilioli<sup>59</sup> (1967, p. 38) as descreve:

O contrato de concessão entre outra coisa citava que o concessionário, obrigava-se a subdividir o perímetro em lotes coloniais, vende-los a colonos brasileiros, na base de 30 hectares para cada família colonizada. Dizia mais o contrato, que o concessionário depois de posse do título definitivo teria mais oito anos de prazo para terminar de vender as terras. Terminado esse prazo, as terras não tem vendidas, voltariam automaticamente ao domínio do estado, sem qualquer indenização. Interessante é de se notar, que o concessionário não tinha prazo para pagar as terras e extrair o título

<sup>58</sup> “Jerônimo Vargas era natural de Passo Fundo/RS, casado com Ancila Pan. Foi escrivão, tabelião e oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas. Através de acordos realizados com o governo do estado de Santa Catarina, recebeu uma concessão de terras que deveria subdividir em lotes coloniais, e vendê-los a colonos brasileiros, na base de 30 hectares para cada família colonizada.” (ONGHERO, 2009, p. 464).

<sup>59</sup> Albano Gilioli nasceu em 8 de março de 1889, natural do Estado do Rio Grande do Sul, filho de João Gilioli e Maria Sottile Gilioli. Veio para Caxambu em meados da década de 1920 e desempenhou várias funções no município: fabriqueiro, contador e escrivão. Faleceu em 22 de julho de 1974. Gilioli escreve de próprio punho uma parte da história de Caxambu do Sul no ano de 1967. Datilógrafa e mimeografa as cópias de seus escritos, tornando-os fonte de pesquisa para a historiografia local (Prefeitura Municipal de Caxambu).

definitivo. Era um contrato lato, como se diz, na expressão da palavra. Por esse motivo foi porque Jerônimo Vargas sempre contemporisou o pagamento das terras e a extração do título definitivo. Tanto isso comprova, que o governo somente depois de 23 anos após o contrato definitivo, lembrou de cancelar a concessão Vargas.

Fundamentadas pelo darwinismo social, evolucionismo e positivismo, as políticas públicas governamentais do século XX e as companhias colonizadoras em geral menosprezavam negros, indígenas e caboclos no processo de colonização da região oeste. As representações recriadas ao longo de décadas, acerca desses agrupamentos humanos, não os reconheciam como entes políticos e sociais, marginalizando-os de todo o processo de acesso e apropriação da terra. “Nenhuma colonizadora gostaria de ter em suas áreas os chamados intrusos por ‘inflacionar’ o preço de suas terras” (RENK, 2005, p. 119).

De acordo com Radin (2009), Vicenzi (2008) e Werlang (2006), o oeste catarinense era visto como “grande vazio demográfico”, “terra sem lei”, “terra de ninguém”, “terra sem dono”. Tinha “má fama” (BREVES, 1985, p. 7). Foi a última fronteira do estado a aderir ao modelo colonizador e civilizador pretendido pelas autoridades políticas da época. À revelia dos habitantes nativos e locais, o oeste recebeu, entre os anos de 1920 e 1940, um contingente populacional que utilizou a forma “legalizada” de acesso à terra. Com a pretensão de capitalizar a terra, de “fazer futuro e colocar os filhos” (RENK, 2006, p. 73), muitos colonos chegaram ao oeste catarinense pelas companhias colonizadoras.

Os que não tinham a posse legal (título de propriedade/escritura) da terra, não eram proprietários legítimos, tornavam-se “intrusos” no seu próprio pedaço de terra. Era o caso da maioria dos caboclos que habitavam a região desde muito tempo, pelo sistema de posse. Pela política de colonização, caboclos, posseiros e indígenas “não eram representados e nem protegidos pelo Estado” (VENSON, 2023, p. 314), pois não incorporaram o processo produtivo preterido pelas autoridades regionais e estaduais, ou seja, não capitalizaram a terra nem produziam o excedente para venda. “Os caboclos continuavam naquela pobreza [...] tinham manifestado má vontade para com os elementos coloniais de origem, para com os gringos.” (BREVES, 1985, p. 26).

Abrindo um parêntese na discussão, é importante destacar que entre os fins do século XX e meados do século XXI somente a atuação das grandes empresas colonizadoras era alvo de estudos mais aprofundados na região oeste. A exemplo, a empresa colonizadora Bertaso, Maia & Cia tem uma vasta bibliografia e acervo preservados sobre os anos da atuação no Velho Chapecó. A história regional vem permitindo avançar sobre temáticas locais e regionais. Hoje,

os estudos apontam para o papel das concessionárias e subconcessionárias na atuação da venda das terras e a participação efetiva na colonização de diferentes municípios do oeste catarinense.

A colonização de Itaberaba e de Caxambu servem para exemplificar o trabalho das concessionárias como a Carlos Krueel e seus subconcessionários. Por exemplo, nas terras situadas em Caxambu (que em 1919 torna-se distrito do velho Chapecó) os senhores Gerônimo Vargas e Isaac Pan organizam a sociedade, “Empresa Colonizadora Isaac Pan e Vargas”, obtendo pelo prazo de 8 anos a concessão de Terras (DMITRUK; JAGUSENSKI, 2001, p. 60).

Na Fazenda Faxinal do Tigre, a atuação da companhia colonizadora Isaac Pan & Vargas, a “Concessão Vargas”, e da Carlos Krueel Colonizadora, a Concessão Krueel<sup>60</sup>, seguiram à risca a política de colonização estadual e as regras das concessionárias e subconcessionárias. Ambas receberam amplas faixas de terra do governo estadual para a venda de lotes a compradores interessados, prioritariamente migrantes italianos e alemães do Rio Grande do Sul.

Para a Concessão Vargas, registrada em 18 de janeiro de 1919, ficou estabelecida uma área de 15.408,20 hectares de terras, entre os rios Uruguai e Chapecó, para atuação das subconcessionárias Isaac Pan e Rodolfo Fin. Suas delimitações foram assim descritas:

[...] começam ao sul no rio Chalana sobe pelo Arroio da Divisa até sua cabeceira [...] Pelo qual desce até o Rio Lambedor, confrontando com terras de Angelo Santinelli, sobe pelo Lambedor até a Barra do Rio Antas, em direção ao Rio Tigre confrontando com terras devolutas. Desce por este Rio até sua confluência com o rio Neckel, depois pelo rio Chalana até a Barra do Arroio da Divisa, confrontando sucessivamente com terras devolutas, com as de Isaac Pan e outras, e de Maria Custódia de Jesus. (Arquivo Público de Santa Catarina).

Os habitantes desses hectares, inevitavelmente, seriam desalojados. A concessionária “objetivando preparar a chegada do colono [...] expulsou gradativamente as sociedades indígenas e caboclas para permitir a entrada de colonos rio-grandenses e empreendeu a extração da madeira que tornou mais ágil o desenvolvimento da agricultura comercial” (VICENZI, 2008, p. 18).

Vejamos o exemplo da outra colonizadora que atuou na região do Faxinal do Tigre. A Carlos Krueel Colonizadora era uma empresa que media terras para o governo e recebia mais terras como pagamento, e então as revendia para colonos migrantes interessados. Os registros

---

<sup>60</sup> Carlos Krueel era o agente colonizador da região onde hoje é Nova Itaberaba, através da empresa colonizadora que levava seu nome. Não foi possível levantar a biografia de Krueel.

de terras por essa empresa estão em nome do Estado de Santa Catarina e compreendem a região identificada no mapa da Figura 8 como Núcleo Colonial de Itacuruba e Colônia Itaberaba. A Carlos Kruel Colonizadora, em 18 de setembro de 1920, recebeu de Eugênio Dahre, um total de 30 mil hectares de terras, tornando-se uma subconcessionária expressiva e responsável pela venda, de parte das terras, na região hoje chamada Fazenda Zandavalli (pequeno distrito industrial de Guatambu, anteriormente conhecida como Fazenda Santo Antônio), que só ali tinha a extensão de 5.628,79 hectares de terra.

Duas décadas após as companhias colonizadoras terem recebido esse montante de terras, elas permaneceram ociosas ou vendendo irregularmente as terras, o que despertava a atenção da imprensa local. Uma reportagem de 1940, do Jornal “A Voz de Chapecó”, discutia a situação das colonizadoras na região, com críticas à política de terras do Estado quanto à atuação de algumas dessas empresas e a relação que elas impunham à população cabocla, que vivia no regime de posse.

[O Estado] entregou a maior parte das terras devolutas, a certos felizardos, que se propuseram a colonizá-las. Vejamos: Isac Pan e Vargas em Caxambú, Carlos Kruel em Guatambú, Rizzo Nardi e Simon, ou Empresa Colonisadora Rio Branco em Fachinal dos Guedes. Essas firmas obtiveram grandes áreas de terras, ocupadas por famílias brasileiras, com a obrigação de estabelecerem colônias, em prazos determinados, sob pena de voltarem ao patrimônio do Estado, as que não fossem ao findar dito tempo aproveitadas. Esses prazos já findaram e a grande parte das terras não estão colonizadas. A pressão contra os posseiros chamados intrusos tem sido energica. Em o lugar Cerca Vermelha não lhes permite que façam roças (A VOZ DE CHAPECÓ, 1940, p. 1).

Essa reportagem é uma das poucas que mencionavam, na época, a situação do caboclo na região, e ilustra bem o processo de expropriação não somente da terra, mas de seu uso por parte da população cabocla, como no caso da agricultura, em detrimento de um projeto de ocupação territorial baseado na vinda de teuto e ítalo-brasileiros considerados, na ocasião, mais aptos ao trabalho e à condução do progresso na região.

Todas as terras que compunham o antigo Faxinal do Tigre foram divididas em quatro quinhões<sup>61</sup>. Desses, três quinhões foram administrados pela Colonizadora Isaac Pan e Vargas e um pela Carlos Kruel Colonizadora. Kruel atuou também na venda de terras em Itaberaba. Importante frisar que os limites geográficos do Faxinal do Tigre chegavam até as fronteiras da atual Nova Itaberaba.

---

<sup>61</sup> Quinhão é a cota ou parcela que um indivíduo recebe por direito quando há a divisão de alguma coisa ou bem material do qual era sócio ou dono.

De acordo com o Arquivo Público de Santa Catarina, o quinhão de Carlos Kruel tinha a extensão de 5.628,79 hectares de terras; somando-se as áreas de terras com Pan e Vargas (com 15.408,20 hectares), tinha-se o montante de 21.036,99 hectares de terras a serem divididas em lotes de 30 hectares para venda.

Apesar de seguirem as determinações da legislação de terras do Estado de Santa Catarina, várias concessões foram canceladas. A de Isaac Pan e Vargas, com concessão de 8 anos, só após 23 anos foi cancelada, sem causas aparentes. A de Carlos Kruel também foi cancelada por ter indícios de irregularidade apontados pela 6ª Inspeção de Terras. Kruel, em 1920, recebeu o prazo de 20 anos para vender as terras e não o fez. Teve sua concessão cancelada pelo Decreto 123, de 22 de abril de 1942. Há indícios de que Kruel e Vargas teriam vendido as mesmas “terras aos moradores já localizados e aos colonos vindos do Rio Grande do Sul” (DMITRUK; JAGUSENSKI, 2001, p. 60).

Com a atuação das companhias colonizadoras, percebemos que em um mesmo momento, em um mesmo espaço, passaram a coexistir concepções de vida e visões de mundo que antes eram estranhas entre si. Mais uma vez, retomamos aqui o conceito de alteridade proposto por Martins (2016, p. 86), segundo o qual a diferença se dará entre “nós” - o grupo estabelecido, a comunidade, os insiders - e os “outros” - os de fora, os outsiders - que chegam depois (ELIAS, SCOTSON, 2000).

Nesse processo, os agentes colonizadores tinham que preencher alguns requisitos:

como ser ou ter sido colono, ser conhecedor de terras, ou ser comerciante e, ainda, dispor de círculo relativamente amplo de parentes ou de amigos a quem oferecer a terra, além de ter credibilidade, pois de sua habilidade dependia parte do sucesso da colonização, além de um percentual sobre a venda dos lotes (NODARI, 2009, p. 39).

A maioria dos agentes colonizadores vinham do Rio Grande do Sul e eram brancos, atendendo também a lógica eurocêntrica, do branqueamento da população, defendida pelo governo brasileiro.

No caso de Faxinal do Tigre, Jerônimo Vargas era um dos agentes colonizadores e atendia aos requisitos, com influência no círculo político paranaense e catarinense. Além de vender as terras do Faxinal do Tigre, foi o agente colonizador de Caxambu do Sul<sup>62</sup> (BREVES,

---

<sup>62</sup> Caxambu do Sul é hoje um dos municípios integrantes do oeste catarinense, tendo como destaque econômico a agropecuária. Ocupa uma extensão territorial superior a 140 quilômetros quadrados, fica a cerca de 580 quilômetros da capital, Florianópolis, e faz divisa territorial a leste com Guatambu.

1985). Uma passagem intrigante sobre Vargas, em relação à população de Chapecó, é citada por Breves: “Os pretos ali eram tão raros que Jerônimo Vargas, colonizador em Caxambu, tendo, ao sair de casa, encontrado um preto como primeira pessoa que via naquele dia, por superstição voltou e adiou a viagem que iria iniciar” (BREVES, 1985, p. 19). Ainda, cita que a população de Chapecó e adjacências era composta por brasileiros da velha estirpe, referindo-se aos caboclos com alguma condição financeira.

A ruptura na forma de lidar com a terra provocou a despossessão e a expulsão dos posseiros de terras habitadas por longa data. Mais que intrusos<sup>63</sup>, os colonos viam os caboclos como os “diferentes”, provocando, além da despossessão da terra, a etnogênese dos “brasileiros”. (RENK, 2005, p. 115). O conflito, nos diferentes aspectos, foi inevitável.

Ao chegar à Fazenda Faxinal do Tigre, os colonos se depararam com uma parcela populacional relativamente grande de caboclos, que já estavam no local desde aproximadamente 1890. “Havia na fazenda cerca de 200 intrusos, quase todos provindos do Rio Grande, ao que era voz corrente, foragidos da Justiça daquele Estado, onde eram pronunciados” (BREVES, 1985, p. 26).

Os intrusos do Faxinal do Tigre, de acordo com Breves (1985, p. 26), faziam parte de um processo diferente de intrusamento se comparado às demais regiões: “os intrusos [do Faxinal do Tigre] eram pessoas que viviam no território a bastante tempo”. Provindos do Rio Grande do Sul, atravessando o rio Uruguai, no final do século XIX e início do século XX, vieram para esse território fugidos das desavenças políticas vividas naquele Estado por ocasião da Revolução Federalista (1893-1895). Bastava atravessar o rio para estar a salvo do controle

---

Até 1921, o povoado de Faxinal do Tigre pertenceu ao então Distrito de Caxambu do Sul, por sua vez, pertencente ao município de Chapecó.

<sup>63</sup> Em grande parte da região oeste, os moradores locais foram classificados, pelos colonos e pelas empresas colonizadoras, como “intrusos” (BREVES, 1986), porque estavam ocupando um território sem a compra oficial. Diante da Lei, foi o colono que adquiriu a terra mediante pagamento, o que lhe garantia a propriedade dela e passaria ao status de dono da terra. Portanto, o intrusamento foi considerado uma ocupação ilegítima, pela invasão de terras devolutas ou tituladas (RENK, 2006), não reconhecida pela legislação. Peluso Jr. (1991, p. 372) comenta sobre os direitos dos posseiros: “Esta gente passou, mercê da omissão dos governos que tinha o dever de lhe dar proteção, a intrusos em suas próprias terras. Em todas as colônias estavam presentes, como ocupantes ilegais, os antigos moradores que habitavam e tinham desbravado a região.” Machado Policarpo (2018) destaca que a intrusão acontecia não só com caboclos posseiros, mas também com colonos. A autora cita o caso de Passo Fundo – RS, que nos documentos da Comissão de Terras e Colonização daquele Estado, encontra-se relatos de colonos intrusos, que sem meios de legalizar sua área, “se viam à mercê de indivíduos gananciosos que se aproveitavam disso e incorporavam essas posses às suas próprias. (MACHADO, et al, 2018, p. 68). Reitera-se nesta pesquisa que, no caso do Faxinal do Tigre, os caboclos foram considerados ‘intrusos’.

do Estado. Traziam toda a família, o que justificaria o número elevado de intrusos. Segundo Breves (1985), eram aproximadamente 200 famílias.

Todavia, uma análise pormenorizada dos inúmeros pedidos de legalização da terra, feitos por alguns caboclos aos órgãos competentes do governo do Estado em 1919, revelou que muitas famílias caboclas moravam na região bem antes da eclosão da Revolução Federalista. Como exemplo já citado anteriormente, temos um requerimento de legalização de posse da terra, em nome de Francisco Ferreira Pinto, cujo requerente alegava morar numa área de terra há mais de 49 anos. Seguindo o tempo cronológico, chegamos ao ano de 1870 (Arquivo Público de Santa Catarina). Os dados do Arquivo Público de Santa Catarina dão indícios de que os moradores antigos, considerados ‘intrusos’ no Faxinal do Tigre, já habitavam a região há muito tempo. Portanto, não teriam seguido somente a lógica de ocupação através dos eventos políticos ocorridos no estado vizinho.

Para além da discussão do tempo de intrusão em Faxinal do Tigre, uma passagem no artigo de Breves (1985) revela outro ponto de tensão entre os “intrusos” e os colonos recém-chegados. Os ditos “proprietários” da terra reclamavam que os posseiros não os deixavam trabalhar nela. “Rodolfo Fin tinha mesmo, funcionando nela (na terra), um dos poucos engenhos de serra do município, mas mal tinha o direito de derrubar um pinheiro” (BREVES, 1985, p. 26). Na narração de Breves (1985), percebemos que os intrusos estavam dificultando o trabalho dos novos donos da terra. Era necessário fazer a “limpeza” da área, ou seja, era urgente desalojar/expulsar os “intrusos” do Faxinal do Tigre, para que os colonos pudessem “trabalhar”.

Renk (2006), em suas pesquisas, já mencionava a forma violenta pela qual os caboclos foram retirados do seu território na região oeste. Muitos são os relatos do uso da força física pelas colonizadoras para retirada dos caboclos das terras a serem vendidas, pois se tivesse algum posseiro, a área de terra teria menor valor comercial. Por violência física ou simbólica, nas palavras de Renk (2006), os caboclos foram “desenraizados” não só de seu habitat, mas principalmente de seu *habitus* de vida, que carrega de forma itinerante e que se materializa na construção da paisagem cabocla.

Na região pesquisada por Renk (2006) existiam táticas aplicadas por algumas colonizadoras para fazer a limpeza da área, expropriar os caboclos e convencê-los a sair das terras. Primeiro, a tentativa de fazer com que o caboclo comprasse a terra: “ou compra ou sai” (RENK, 2006, p. 127). Depois, a tentativa de “ir nas boas” (RENK, 2006, p. 128), com medo de represália dos parentes e vizinhos, e, por fim, o “despejo” (RENK, 2006, p. 128). O despejo na região onde atuava a Companhia Colonizadora Bertaso era através da força bruta:

A companhia colonizadora Bertaso colocava capatazes e homens de confiança à disposição dos novos proprietários, encarregados de zelar pelas terras. Esses capangas eram instruídos para agir com a máxima severidade, - ou seja, através de violência -, expulsando intrusos que penetrassem ou habitassem as terras vendidas. (VICENZI, 2008, p. 65).

No caso da Fazenda Faxinal do Tigre, os sócios Isaac Pan e Rodolfo Fin apelaram aos órgãos governamentais para a “limpeza da área”. Diante da dificuldade dos proprietários em assumirem definitivamente a posse da terra que tinham comprado, Breves (1985) narra um episódio de tensão, com uso da força física e ameaças verbais, entre posseiros e colonos.

De acordo com Breves (1985), Isaac Pan e Rodolfo Fin o procuraram relatando que os intrusos não respeitaram o seu direito de posse. Os intrusos, assim classificados por Breves, alegavam que “a demarcação (da terra) não foi fechada” (BREVES, 1985, p. 26). Os caboclos, na verdade, questionavam as demarcações feitas anteriormente pela companhia colonizadora. Sobre essa demarcação, Pan e Fin alegaram não saber se tinha ou não sido concluída (fechada). Mas, para garantir que as terras eram realmente suas, “apresentaram título, planta, memorial, tudo em ordem” (BREVES, 1985, p. 26).

Na verdade, o título da terra apresentado por Pan e Fin datava de 1919 e estava baseado na Lei 1.181, de 04 de dezembro de 1917, que reconhecia os títulos expedidos pelo Paraná antes do acordo de limites. Como já descrito, Pan e Fin eram subconcessionários da Concessão Vargas. De acordo com Gilioli (1967), tal concessão passou por várias medições entre 1919 e 1926. O próprio Jerônimo Vargas teria pago diferentes agrimensores para demarcar o perímetro de sua concessão. Nos escritos de Gilioli (1967, p. 37),

os concessionários de terras de Fachinal do Tigre, hoje Guatambu, protestaram a medição Vargas, alegando ter entrado nas suas concessões. O governo do estado atendendo as reclamações, pelos fins do ano de 1925, por intermédio da 6ª Inspetoria de Terras, sediada no município de Chapecó, da qual respondia pelo expediente o agrimensor Carlos Octaviano Seara, determinou a Inspetoria de Terras que fechasse oficialmente o perímetro da concessão Vargas.

Pelos arquivos da Escrivania de Paz local, encontramos ao menos três títulos de terras a terceiros, que, devido às confrontações dos limites territoriais descritos, dariam indícios de estarem dentro da Concessão Vargas. Seriam os títulos de Henrique Jeronimo Almeida, Nicanor José de Barros e José Antonio Lemes da Rosa, ambos datados de outubro de 1925. Cruzando as informações com as de Gilioli (1967), foi só em fins de 1925 que se oficializou o perímetro correto da Concessão Vargas.

Em congruência com os dados acima, em 1925 veio a legislação que deu o ultimato aos posseiros: ou adquiriam as terras das companhias colonizadoras ou seriam desalojados. O Decreto nº 21, de 05 de março de 1925, deu o amparo legal para essa decisão. Em seu artigo primeiro “Fica estabelecido o prazo de até 31 de dezembro de 1925, a regularização das posses criminosas (invasões ou ocupações ilegais). Os posseiros após esse prazo serão desalojados, com perda das benfeitorias”<sup>64</sup> (WERLANG, 2006).

Os descritos de Breves (1985) e de Gilioli (1967) dão indícios da “Concessão Vargas” ser muito antiga. Breves (1985, p. 26) datou o ano de 1854, a partir de documento apresentado por Fin e Pan, o qual estava assinado por um “vigário da paróquia” de Palmas/PR, e fora legitimado “ainda ao tempo de jurisdição do Paraná”. Jeronimo Vargas tinha sido “o colonizador oficial de Caxambu” do Sul, ao qual Faxinal do Tigre pertenceu até 1921<sup>65</sup>. Como a definição do perímetro da Concessão Vargas só ocorreu em 1925, isso leva a crer que a demarcação das terras não tinha sido realmente “fechada” (concluída), como alegavam os caboclos.

Breves (1985) sugeriu, então, uma audiência com os caboclos, chamados de “intrusos”, na qual seria o interlocutor. Na hora e local marcados, se achavam 80 caboclos, “em sua maioria já embriagados” (BREVES, 1985, p. 27), que não entenderam as explicações iniciais de Breves, declarando que “queriam requerer as terras que ocupavam” (BREVES, 1985, p. 27). A conotação de “embriagados”, citada por Breves (1985), reforça o estereótipo do caboclo pouco ordeiro e não afeito ao trabalho, desconsiderando seus costumes e sociabilidades.

A descrição a seguir revela a visão etnocêntrica do agente de terras na tentativa de desqualificar o sistema de posse dos caboclos. De acordo com Breves (1985), sua tentativa em explicar que aquelas terras não eram devolutas e que, portanto, não poderiam ser requeridas pelo grupo de caboclos, durou horas e não logrou êxito. Os caboclos saíram sem assinar a ata da audiência e tempos depois retornaram, exigindo que a nova medição fosse feita imediatamente e não na hora que havia sido registrada na ata. “Eram vinte ou trinta cavaleiros que se aproximavam numa disparada, aos gritos e dando tiros para o ar. [...] barbudos, com as fisionomias transtornadas pela exaltação e pelo álcool” (BREVES, 1985, p. 28).

---

<sup>64</sup> Para uma análise mais ampliada sobre a atuação das companhias colonizadoras do oeste catarinense, sugere-se a leitura de Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (WERLANG, 2006).

<sup>65</sup> Pela Lei nº 38 de 07 de janeiro de 1921, o povoado de Faxinal do Tigre foi desmembrado do distrito de Caxambu do Sul, elevado à categoria de Distrito e recebeu, na mesma data, o nome de Lauro Muller, em homenagem ao governador catarinense. “Pelo Decreto nº 32 de 31 de dezembro de 1927 ficam estabelecidos os limites do Distrito, do rio Uruguai ao rio Chapecó. Na época pertencia a Guatambu o território do atual município de Nova Itaberaba. Também a Linha Cascavel Linha Batistello, Sede Figueira, Alto da Serra ainda pertencentes ao município de Chapecó” (CORÁ; OLIVEIRA, 2010, p. 16).

O episódio registrado por Breves (1985) evidencia como a população cabocla do Faxinal do Tigre foi expropriada a partir do processo de colonização instalado no oeste catarinense durante a atuação das companhias colonizadoras. Ilustra-se não somente a expropriação da terra, mas o desprezo pelo modo como os caboclos aparentavam física e socialmente. Em outro trecho de Breves (1985), nota-se a fricção e a fronteira étnica estabelecida quando do “confroencontro” com o colonizador: “Percebia-se em quase todos uma distante mistura de brancos com índios, também em seus métodos de trabalho, em seus defeitos e qualidades se percebia a velha ascendência indígena” (BREVES, 1985, p. 22).

Breves (1986, p. 28) ainda se refere aos caboclos de Faxinal do Tigre de forma pejorativa, identificando-os como selvagens, bandidos e bêbados, comparando o ocorrido a uma cena de faroeste, “tive a nítida impressão de que íamos ser massacrados no momento seguinte [...] vi o perigo iminente. Qualquer passo em falso e seríamos esfaqueados em dois tempos [...] as fisionomias exaltadas daqueles homens e a sua aparência selvagem não deixavam dúvidas”. Breves (1985, p. 28) segue: “Lembro-me ainda do velho Simão de Almeida que chefiava o grupo. De barbas e cabelos brancos, surpreendeu-me a agilidade com que montava e a voz firme e dura com que gritava. A seu lado, seu irmão André e seu filho, um homem moço ainda, mas já com o rosto marcado por cicatrizes de golpe de facão, que lhe dava esgares sinistros, estes os mais assanhados”

Em conversa com os descendentes de Simão Almeida, Teresa Machado da Silva<sup>66</sup> Valdir Schmidt, apurou-se que Simão Almeida e outros irmãos Almeida moravam em terras onde hoje é a Floresta Nacional de Chapecó (FLONA), uma unidade de conservação administrada pelo ICMBIO. Eram posseiros, não tinham escritura da terra. Teresa, hoje prestes a completar 90 anos, e memória abalada pela idade e perda recente do marido, não se lembra de muita coisa. O filho, Valdir, com 72 anos, relembra e reproduz a memória da mãe.

O depoimento de Setembrino<sup>67</sup> esclarece algumas informações citadas por Breves (1985). Manoel Antunes de Almeida é o patriarca da família Almeida, que inicialmente se

---

<sup>66</sup> Teresa Machado da Silva nasceu em 15 de novembro de 1933, em Guatambu. Filha de José Machado da Silva Filho e Ernesta Almeida, é neta materna de Simão Almeida. Não conheceu os avós, mas traz na memória, apesar da idade, algumas informações relevantes sobre o Sistema Faxinal de criação de animais. Ora Teresa chama “faxinal”, ora chama de “invernada” o lugar onde os animais eram criados coletivamente no Faxinal do Tigre. Conta também que quando menina ia com o pai, a cavalo, tratar os animais lá na “invernada”. Todas as falas atribuídas a este depoente ao longo desta pesquisa foram obtidas por meio de entrevista concedida à autora no dia 06/06/2023.

<sup>67</sup> Setembrino Torres de Almeida é neto de André Almeida (citado por Breves). Tem na memória vários registros sobre a família Almeida, apesar de não ter conhecido seu avô André. Todas as falas atribuídas a este depoente ao longo desta pesquisa foram obtidas por meio de entrevista concedida à autora no dia 01/07/2023.

estabeleceu em Campos Novos/SC. Nesse local nasceram Clementino (conhecido como ‘Clementinão’, por ser um homem de estatura grande), João, André e Simão Almeida. Anos mais tarde, já com os filhos adultos, Manoel Antunes de Almeida migrou para a região do Velho Chapecó e se estabeleceu como posseiro em terras do Faxinal do Tigre, próximas ao rio Lambedor. Setembrino não soube apurar, nem aproximadamente, o ano dessa migração. Mas pela data de nascimento de seu pai, João Antunes Torres de Almeida, nascido em terras do Faxinal do Tigre em 1916, os indícios são de que a posse de terra da família Almeida tenha ocorrido ainda no final do século XIX.

Setembrino identifica as terras de posse da família Almeida onde é hoje a comunidade de Linha Feliz, na margem direita do rio Lambedor. Por muitos anos a família Almeida morou ali. Mas devido a inúmeras confusões, brigas, contendas da família com vizinhos, os irmãos se separaram. Uma das contendas é a citada por Breves (1985), quando questionam as medidas propostas pela colonizadora Isaac Pan e Vargas. Após o episódio, Clementino e André migraram para Nonoai. João migrou para onde é hoje a Linha Almeida, próxima ao Distrito de Marechal Bormann, em Chapecó/SC. Simão é o único que permanece em Faxinal do Tigre, em terras nas quais hoje se situa a Barragem da PCH Guatambu.

Setembrino narra aquilo que ouviu falar dos seus avós, apesar de não ter conhecido André Simão. Valdir narra aquilo que ouviu falar de seus pais. Por isso, as informações sobre a mesma família não batem. A memória coletiva construída historicamente trai o depoente quando os dados são confrontados na individualidade. Todavia, o cruzamento de dados e a interpretação de pesquisador se volta para o diálogo das fontes, para promover o debate de diferentes versões, sem a intenção de sobrepor ou subjugar o outro (ALBERTI, 2004).

Valdir conta que seu bisavô Simão Almeida veio do Rio Grande do Sul, o que difere da informação de Setembrino. Setembrino confirma que é Campos Novos. Valdir descreve que Simão atravessou o rio Uruguai fugindo de alguma contenda que a família nunca quis revelar, bem antes de 1920. Setembrino diz que Simão foi o único que ficou em Santa Catarina. Mas a mesma memória é compartilhada pelos dois: “Alguma coisa os Almeida fizeram de errado lá no Rio Grande, mas minha avó Ernesta (filha de Simão) nunca revelou. Eles eram meio ruim. Teve uma briga de família em que um irmão (Almeida) matou o outro por causa de um animal que tinha invadido a estrebria do outro.”

Sobre a medição da terra exigida pelos caboclos do Faxinal do Tigre, liderados por Simão Almeida, Valdir revela que ouviu falar dessa confrontação, e que depois disso seu bisavô, que morava onde hoje é a Floresta Nacional de Chapecó, ganhou uma área de terra do Governo do Estado no Lambedor, hoje comunidade de Linha Feliz. Porém as datas fogem à memória do

entrevistado. Nenhum dos entrevistados da família Almeida possui as documentações que comprovariam o fato. Ainda residem na comunidade da Linha Feliz muitos descendentes dos irmãos Almeida, bisnetos e trinetos. Mas nenhum lembra ou ouviu falar das terras devolutas que os Almeida ganharam. Nos arquivos públicos do cartório local e do Estado não foram encontrados documentos em nome de João Almeida Sobrinho, André ou Simão Almeida.

O confronto entre os posseiros do Faxinal do Tigre e os colonizadores Isaac Pan e Rodolfo Fin, descrito por Breves (1985), para medir as terras, prosseguiu por mais alguns meses. As diligências com os órgãos oficiais e seus representantes (delegado, subdelegado, diretor de terras, agrimensor) foram inúmeras. Entre idas e vindas, o governo do Estado mandou medir novamente as terras contestadas pelos caboclos. O subdelegado Severiano Barcelos recebeu a autorização para contratar quatro homens de sua confiança para garantir a medição da terra. O delegado Passos Maia “mandou chamar alguns chefes do clan [sic] Almeida e aconselhou-os a refletir, pois tratando-se de uma determinação do Governo, a verificação teria de ser feita” (BREVES, 1985, p. 27).

A “limpeza da área” tão almejada por Pan e Fin estava prestes a acontecer. “Cerca de um mês depois, Severiano Barcelos procurou-me para dizer que nada mais havia que impedisse a execução do serviço. Fixei, então, nova audiência [...] correu muito bem desta vez.” (BREVES, 1985, p. 30). A terra foi medida e os caboclos que quisessem permanecer nela teriam que comprá-las pelo valor de 15\$000 (quinze mil contos de réis) por hectare e com longos prazos para pagar. “Cada lote de 10 alqueires custaria 375\$000 (trezentos e setenta e cinco mil contos de réis), mais as despesas de demarcação, pagáveis em 5 prestações anuais” (BREVES, 1985, p. 30).

O episódio relatado pelo agente do governo resume o quanto os caboclos do Faxinal do Tigre foram estigmatizados quando da chegada do colono ao local. Sua cultura, seu modo de vida e até sua aparência física foram considerados inferiores em comparação aos migrantes. Mas a questão principal foi o “cerceamento do acesso à terra nos modos realizados tradicionalmente e a retirada das áreas ocupadas, a limpeza destas para venda”, constituindo um grupo étnico forçado a “subalternidade e seus efeitos concretos, como a perda do modo de vida, do território e da territorialidade” (RENK; CONFORTIN, 2017, p. 141). Das 200 famílias que moravam em Faxinal do Tigre, “apenas cinco declararam querer comprar as terras que ocupavam. Os restantes queriam continuar naquele regime de intrusão e declararam que pretendiam mudar-se. Desse dia, porém, tudo serenou no Faxinal do Tigre e os proprietários passaram a mandar no que era deles” (BREVES, 1985, p. 30).

Muito provavelmente, a família de Simão Almeida foi uma das que preferiu trocar de lugar e continuar como posseiro. Todos os depoentes descendentes da família Almeida contaram e reforçaram que depois que saíram do primeiro local que se apossaram (hoje parte da Barragem do Rio Tigre e da Floresta Nacional) se estabeleceram mais próximo ao rio Lambedor, na margem direita, onde hoje é a comunidade da Linha Feliz. Também relataram que por volta da década de 1940 a família Almeida recebeu um título de terras do governo de Santa Catarina, “terras devolutas”, segundo Durval Almeida (SERPA, 2022, p. 120). Infelizmente, não se encontrou nos arquivos da família, no Arquivo Público ou no cartório local nenhuma documentação que comprove esse fato.

Várias famílias que atualmente são homenageadas em nomes de ruas, praças, ginásios e escolas do atual município de Guatambu adquiriram terras da colonizadora Isaac Pan e Vargas, a partir de 1915, e colaboraram, de uma forma ou de outra, para a desestruturação de práticas socioculturais de adaptação ao meio e com a desagregação dos espaços onde aconteciam tais práticas, inaugurando a lógica da mercantilização da terra e a forma pejorativa dada ao termo caboclo.

### 3.2 QUEM É ESSE QUE AVANÇA PELAS FRONTEIRAS?

Depois de destacar que a fronteira não se resume à uma simples delimitação geográfica, tornando-se um espaço em que as alteridades se apresentam, faz-se imperioso conhecer quem são os interessados em avançar as fronteiras. É na fronteira que observamos melhor como se dá o processo de organização/desorganização, construção/desconstrução, encontro/desencontro das sociedades e do ser humano (MARTINS, 1996).

Os colonos que chegam ao Faxinal do Tigre vieram por diferentes caminhos de expansão demográfica, entre 1915 e 1940. A maioria era descendente da primeira leva de colonos que povoaram o Rio Grande do Sul, vindos diretamente de países europeus, na tentativa de construir uma nova vida num país sem guerra, a eterna busca pela “cocanha” (RADIN, 2009).

Os descendentes de então eram os migrantes, ainda de origem europeia, que se estabeleceram no local trazendo consigo e, com a família, alguns valores morais, éticos, religiosos e culturais, mantidos e passados adiante na tradição europeia. Valores que, com o passar do tempo, foram renegociados para a sobrevivência do grupo no novo espaço (NODARI, 2009). “O processo de migração ensejado pela busca de novas terras, baseado na continuidade

da economia agrícola, ensejou a reestruturação das relações econômicas dessas regiões, dando origem a novas paisagens naturais e humanas” (VICENZI, 2008, p. 19).

Cabe dizer que os colonos trazidos para a região oeste foram escolhidos a dedo pelos órgãos governamentais e empresas particulares, para efetivação da política nacional de colonização. Aos olhos do governo, os teuto-brasileiros e os ítalo-brasileiros eram vistos como os mais “civilizados” e também os mais capazes de mercantilizar a terra e desenvolver a região com melhores técnicas agrícolas (VENSON, 2023).

A frente expansionista colonial agrícola do sul rio-grandense, empreitada no final do século XIX e início do XX, provocou o esgotamento das terras que foram colocadas à disposição na primeira fase da imigração europeia no Brasil. Aos migrantes da segunda fase da imigração restou atravessar o rio Uruguai e se instalar em Santa Catarina.

Assim, intensificava-se a migração interna, entre os estados brasileiros de descendentes de imigrantes europeus, em geral, e italianos, em especial. A base econômica dominante desse movimento de expansão foi a agricultura, ainda que ele tenha ensejado atividades comerciais, artesanais, manufatureiras e industriais (VICENZI, 2008, p. 17).

Por outro lado, a facilidade e as regalias, que as companhias colonizadoras obtiveram do governo em relação à propriedade da terra se aplicaram também aos colonos de origem. O longo prazo para pagar as terras, com a possibilidade do pagamento em serviços de abertura de estradas, construção de pontes, escolas, igrejas, etc., garantiu a chegada de uma leva considerável de migrantes: um aumento de 230% na população da região de Chapecó, de acordo com Nodari (2009).

Mas, na prática, quem era esse colono que avançou as fronteiras do Faxinal do Tigre?

Os migrantes em grupos, comitivas ou sozinhos, vieram “para desbravar as terras, serrar os pinheiros, construir as casas e a serraria”. (SERPA, 2022, p. 18). José Nilso Capitanio, descendente de migrante italiano, revela como o projeto de colonização atendeu aos objetivos governamentais e se efetivou em Faxinal do Tigre. A família Capitanio veio para Faxinal do Tigre em 1927. “Vieram com a expedição de Emílio Zandavalli, para desbravar as terras, serrar os pinheiros, construir as casas e a serraria. Juntamente, vieram as famílias Ugolini, Baggio, Faccin, Festugatto, Salvagni. Dante Travi vendeu as terras para Abramo Capitanio em troca de serviços nas serrarias” (SERPA, 2022, p. 18).

Para compreender melhor quem foi esse que avançou as fronteiras dos faxinais, não se pode dissociar a chegada do migrante da atuação da companhia colonizadora Isaac Pan e Vargas. “João Bernasconi no ano de 1929, de São João Valentim - Guaporé, Rio Grande do Sul,

comprou quatro colônias de terra de Emílio Zandavalli próximo a Linha Batistello” (SERPA, 2022, p. 16). Dante Travi e Emílio Zandavalli eram agentes colonizadores designados para vender as terras das companhias colonizadoras. Dante Travi, agente colonizador da “Isaac Pan e Vargas”, e Emílio Zandavalli e Arcangelo Giacomazzi, da “Carlos Krueel”. O migrante Alberto Baggio adquiriu terras de Emílio Zandavalli em 1930 (SERPA, 2022).

“A compra de lotes rurais, o desenvolvimento demográfico, o crescimento da população agrícola e artesanal, a produção sistemática de excedentes etc, ensejados pela organização de uma economia de pequenos colonos proprietários” (VICENZI, 2008, p. 18) revelam o quão foram modificadas as paisagens naturais e humanas, bem como as estruturas econômica, social e política da região do Faxinal.

A exemplo da modificação da paisagem, cita-se o colono Manoel Rolim de Moura, que se fixou primeiramente em Caxambu (hoje Caxambu do Sul), adquirindo as terras de Jerônimo Vargas. Lá montou

[...] engenho de aguardente e um moinho acionado a água para moer milho. Rolim criou numerosa família. Em poucos anos fez regulares economias. Vendeu tudo para João Paz, conhecido como Macedo, e foi morar em Faxinal do Tigre. Comprou regular quantidade de terras. Abriu casa comercial, dedicou-se mais à criação de gado e porcos. Mandou fazer grandes plantações de milho e feijão. E por fim, dedicou-se mais à extração da erva-mate. Foi um verdadeiro pioneiro no desenvolvimento do comércio e da lavoura (GILIOLI, 1967 p. 14).

É iminente na memória da população de Guatambu e em algumas pesquisas o discurso do desbravador e do pioneirismo do colono migrante que chega ao Faxinal do Tigre. Aquele que trouxe progresso e civilidade ao lugar. Aquele que mercantilizou a terra e vendeu o excedente. O excedente seria o responsável pelo progresso, justificando o avanço das fronteiras. Para Rosseto (1986, p. 10), foi o “pioneirismo colonizador de imigrantes que levaram para o oeste, o processo de competição pela ânsia do lucro. A preocupação passou a ser, exploração dos recursos florestais e o cultivo do solo, agressivamente”.

Os colonizadores dedicaram-se também às novas atividades como produtores de suínos, aves e lavouras, dando origem à atividade agropecuária. Paralelamente foram instalados os primeiros moinhos coloniais e os alambiques para a produção de cachaça. Havia, contudo, a necessidade de energia para movimentar tanto os moinhos como os alambiques e outras. A aguardente, a princípio de fabricação artesanal, como uma alternativa de renda familiar, passa por um processo mais sofisticado a partir da instalação da energia elétrica trazida em 1945 pelo colono Polidoro de Almeida Mello, que partir de um moinho d’água,

instalou uma turbina de 5 HPS para tocar um gerador que comprou em Erechim - RS. (CORÁ; OLIVEIRA, 2010, p. 17-18).

Além de provocar mudanças na forma tradicional do uso da terra, com aplicação de novas técnicas agrícolas, os primeiros colonos chegados ao Faxinal do Tigre também transformaram a floresta, com a extração da madeira. “Em Faxinal do Tigre, hoje Guatambu, havia os três donos dos engenhos de serras locais, todos italianos: Rodolfo Fin, Antônio Chaparin e Riccieri Marchiori, mais conhecido por ‘Cabeçudo’” (BREVES, 1985, p. 19). Dominar a floresta era um dos princípios do colono, que chegava ao Faxinal do Tigre.

De acordo com Bublitz (2008), os colonos imigrantes da primeira fase da colonização implantada no Rio Grande do Sul viam a floresta derrubada como sinônimo de civilização. “Era preciso trabalhar com afinco, em uma luta sem entrega, para derrubar a vegetação e impor o domínio sobre a natureza” (BUBLITZ, 2008, p. 327). Os migrantes desta fase da colonização, implantada no oeste de Santa Catarina, já traziam em mente esse princípio de dominar a floresta para trazer o progresso à região.

A região do Faxinal do Tigre era rica em madeira de lei e madeira nobre.

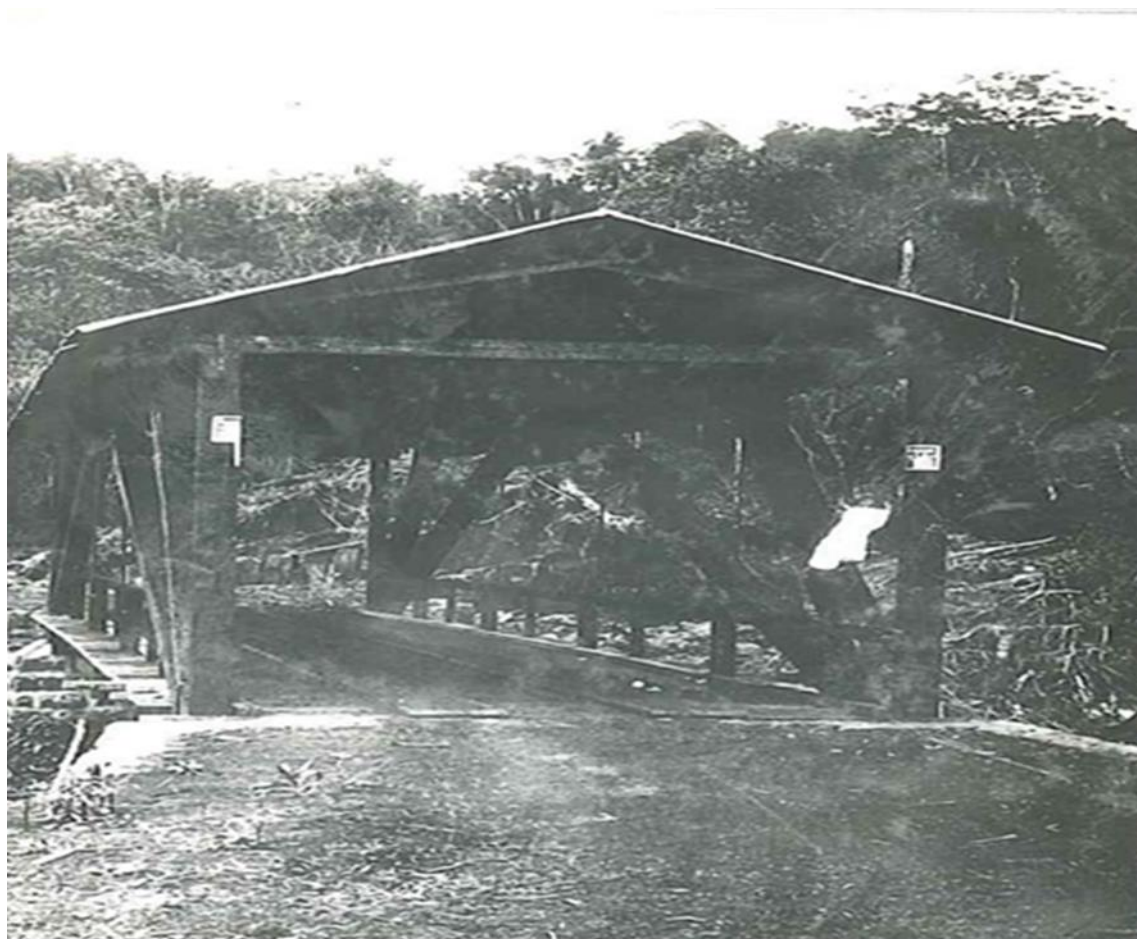
Daí os que chegaram e nelas se fixaram partiram para a comercialização com os países do Prata. O produto era transportado via Rio Uruguai, através do porto Chalana, para a Argentina. Assim, a localidade de Porto Chalana, no município de Guatambu, às margens do Rio Uruguai, tornou-se um centro de comércio impulsionando a vida da comunidade. (CORÁ; OLIVEIRA, 2010, p. 15).

A exemplo, pode-se citar João Bartholamey, migrante que veio solitário para Faxinal do Tigre em 1919; juntou economias com toras de cedro que vendeu nas balsas que ele mesmo levava à Argentina. Dessa forma, conseguiu adquirir terras de Isaac Pan, montando, anos mais tarde, uma bodega “que era a maior da região” de acordo com os seus descendentes. “Comprava produtos e levava para vender no Oscar Matte e Severino Trentin, em Chapecó” (SERPA, 2022, p. 15).

A Figura 9 mostra a ponte que ligava uma margem do rio Tigre à outra, feita com madeira serrada pelas serrarias da época. Entre as serrarias, também chamadas de engenhos de serra, existentes de 1920 a 1940, o Distrito de Guatambu ficava em terceiro lugar, com o maior número de serrarias instaladas legalmente, sendo 20 no total, perdendo somente para a sede do município de Chapecó e o Distrito de Passarinhos (hoje Palmitos), com 32 e 22 serrarias respectivamente (BELLANI, 1991).

A maioria das serrarias localizava-se em áreas que acompanhavam as margens do rio Uruguai até a fronteira com a Argentina ou próximo delas. Os portos de Goio-Ên e Chalana foram um estímulo para a instalação de serrarias e a vinda dos colonos para o Faxinal do Tigre. Uma das formas de pagamento ofertada aos colonos para a compra de terras era a prestação de serviços: abrir picadas, construir pontes, igrejas e escolas. A construção da ponte (figura 9) foi um desses acordos entre colonos e colonizadoras.

**Figura 9 – Primeira ponte que ligava a margem direita à margem esquerda do Rio Tigre em Guatambu – aproximadamente 1930**



Fonte: CEOM

A chegada do italiano e do alemão ao Faxinal do Tigre trouxe à tona diferenças cruciais no *habitus* do caboclo e do colono. “As áreas de mata até então eram ocupadas pelas populações locais, como indígenas e posseiros caboclos, de ocupantes passaram ao *status* de intrusos e vistos como impedimento ao empreendimento colonizador, daí os esforços para retirá-los de suas terras” (RENK, CONFORTIN, 2017, p. 140).

Mas o principal avanço de fronteira e o mais marcante no processo de chegada do migrante ao Faxinal do Tigre está vinculado à manutenção e à ampliação da terra como forma de trabalho e organização. A implantação de um campesinato parcelar étnico, com estrutura da pequena propriedade familiar e uma nova lógica de trabalho, de organização da terra e do progresso, fatalmente impactou a paisagem do local. Sobre o método de trabalho dos “gringos”, Breves (1985, p. 26), com seu “olhar etnocêntrico de colonizador” (RENK, 2006), relata que “a constância, a organização, tudo isso [...] trazia a estes tão rapidamente a prosperidade”.

De acordo com Radin e Vicenzi (2006, p. 62), “a percepção de bom trabalhador que o colonizador tem de si mesmo é uma faceta da cultura transportada para o novo território, considerando que essa elaboração já existia nas antigas colônias formadas por imigrantes europeus e seus descendentes”. No novo território, essa percepção foi replicada ou reelaborada, condicionou a reconstrução sociocultural do colono e serviu para difundir o discurso do mito fundador civilizatório e do progresso, contribuindo, assim, para justificar a exploração das áreas e avançar sobre as novas fronteiras agrícolas.

### 3.3 A LIDE CABOCLA: AGREGADOS E BALSEIROS

Na relação entre colonizador e colonizado, o caboclo passou a viver à margem da sociedade idealizada pelo colono, passando a servir de mão de obra barata para fazendeiros, madeireiros e ervateiros. O mito civilizador (RADIN, 2015) sempre foi muito recorrente durante os processos de colonização de fronteira e alimentava a ideia da existência de “raças boas” e raças “degeneradas” – as últimas deveriam servir às primeiras. Foi o contato entre colonizador e colonizado que mostrou pontos de afinidade e de oposição entre os grupos.

Renk (2006), em suas análises sobre o ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense, demonstra que na migração para o oeste persistiram traços de oposição ao modo de vida da população local – brasileira ou cabocla – com o modo de vida do colono. “A propriedade é fundamental para a construção da identidade do colono” (RENK, 2006, p. 77).

A efetivação da colonização, entre 1920 e 1940, aliada à constituição do campesinato baseado na pequena propriedade familiar, provocou o surgimento de alguns tipos de ofícios característicos da população cabocla, seja na agricultura, com o ofício de agregado, seja no extrativismo, com o ofício de balseiro. Esses ofícios mostraram que o *habitus* do caboclo era incompatível com o do colono que estava chegando à região, especialmente sobre a atitude em relação à terra.

A crise de desenraizamento, provocada em boa parte da população cabocla do oeste catarinense com a chegada do colonizador, fez com que as territorialidades do colono se sobrepusessem às do caboclo, provocando uma clivagem étnica de ofícios. O caboclo foi desenraizado do seu lugar de posse, passando a desenvolver ofícios numa posição subalterna. O caboclo continuou trabalhando na terra, porém na terra do colono. O caboclo continuou trabalhando no extrativismo da madeira, porém a extração é feita para o colono. O caboclo continuou trabalhando com a erva-mate, mas na ervateira do colono.

O Faxinal do Tigre, para além dos faxinais, era uma imensa floresta de pinhais, de cedros e da árvore nativa “guatambu” ou pau-marfim (*Balfourodendron riedelianum*), responsável, anos mais tarde, pelo nome do município, e contava, também, com terras férteis. Bellani (1991, p. 91) revela que “daqui [Chapecó] até Guatambu, Caxambu, Águas, São Carlos [hoje municípios] só tinha pinhal”.

A presença do colono no Faxinal do Tigre propiciou que a extração da madeira acontecesse desde 1910, quando a região ainda pertencia ao estado do Paraná. A serraria de João Batista Dal Piva, de acordo com registros do Cartório de Imóveis de Chapecó, oficialmente registrada em 1936, revelou que a floresta da região de Porto Chalana era explorada desde 1911 por Amadeu Dal Piva, filho de João Batista Dal Piva, colono que adquiriu praticamente todas as terras do Porto Chalana, através da compra direta de Ampélio Pan (filho de Isaac Pan).

Conforme o registro no Cartório de Imóveis, constatamos as seguintes informações:

Firma ou Razão Social: João Batista Dal Piva;  
 Nome por extenso dos sócios com direito no seu uso ou emprego: seu filho Amadeu Dal Piva, por ser o declarante analfabeto;  
 Gênero de Comércio ou Operação: Serraria  
 Domicílio, Localidade, Rua, Número: Porto Chalana, Guatambu, Município de Chapecó;  
 Data de início: 02 de março de 1911;  
 Capital Inicial: 20.000\$000 (Vinte mil conto de réis)  
 Observação: registrada em 06 de abril de 1936, em Passo dos Índios, município de Chapecó, por Agnello Rebello, escrivão. (BELLANI, 1991, p. 98).

No decorrer da pesquisa, verificamos que a ocupação da terra dos Faxinais do Tigre foi garantida muito antes da Guerra do Contestado e do posterior acordo de limites entre o Paraná e Santa Catarina. Porém, o aporte da colonização fez com que o Faxinal do Tigre passasse a ser rota importante de escoamento da madeira, extraída ao longo do leito do rio Uruguai, até a fronteira com a Argentina, ou próximo a ela, ainda na primeira década do século XX. Inclusive,

por ser rota importante, o Instituto Nacional do Pinho (INP)<sup>68</sup>, em 1941, criou os portos de Chalana, Goio-Ên e Mondaí, como local de classificação, medição e fiscalização da madeira, que até então ocorriam sem nenhuma fiscalização governamental.

Entre as serrarias instaladas legalmente e fiscalizadas pelo INP, 20 estavam no Faxinal do Tigre. Foi assim que, por três décadas, o lugar aumentou seu contingente populacional, e os caboclos locais viram a possibilidade de garantir renda extra com os ofícios de extração das madeiras das florestas ou de transportá-las pelo rio Uruguai como balseiros.

As viagens de balsa<sup>69</sup> aconteciam sempre no inverno, de junho a setembro; em alguns anos era possível fazer várias viagens. O dono da madeireira raramente ia junto, pois o desconforto e os riscos eram excessivos. Uma viagem de balsa podia durar de uma semana até dois meses entre a largada da balsa e o retorno dos balseiros.

O pagamento era feito diretamente para o balseiro-prático na entrega da madeira ao comprador argentino. Como os balseiros entravam em contato com os grandes centros urbanos do Rio Grande do Sul e da Argentina, traziam mercadorias difíceis de encontrar na região do Faxinal do Tigre, como tecidos, roupas prontas, brinquedos, louças, comidas (azeitonas, caramelos, mortadela e azeite) e remédios. Seu Noé Elisbão comenta:

O pagamento era feito lá mesmo. Na hora em que recebia o dinheiro o prático pagava o peão [...] Naquele tempo era ‘otro’ dinheiro, mil réis que dizia. Eu comecei a ganhar 250 mil réis por cada viagem [...] Naquele tempo que era o mil réis, não tinha inflação, era quase uma coisa só (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998, p. 30).

Os balseiros afirmam que era um dinheiro extra que os ajudava durante a entressafra. O pagamento era feito ainda na entrega da madeira e quem pagava os peões era o “prático”, revelando que, além de ser um conhecedor das balsas, o “prático” era o homem de confiança do madeireiro.

---

<sup>68</sup> Sobre a criação do Instituto Nacional do Pinho (INP), sugere-se a leitura do artigo “Instituto Nacional do Pinho e a indústria madeireira no oeste catarinense”, no qual os autores fazem uma análise da documentação de diferentes empresas madeireiras e como esse instituto se apresenta como mais uma tentativa governamental de ocupar os “sertões brasileiros” (RADIN; SALINI, 2015).

<sup>69</sup> “A extração madeireira no Oeste de Santa Catarina entre as décadas 1920 e 1960, movimentou a região e resultou numa significativa alteração socioeconômica. O envolvimento de agentes históricos, o contato com a floresta e a investida na atividade madeireira foram fatores que propiciaram o comércio nas proximidades do rio Uruguai até os portos da fronteira do Brasil com a Argentina. O trabalho realizado pelos balseiros se tornou fundamental nesse processo socioeconômico, além de auxiliar na dinâmica da colonização e de ocupação dos espaços onde as florestas foram retiradas.” (MOREIRA, 2019, p. 8). Sobre a temática dos balseiros do rio Uruguai, sugere-se a leitura de Moreira (2019).

A lembrança dos balseiros mostra uma época de luta pela sobrevivência, mas também revela o imenso prazer em viajar nas balsas. Havia o frio intenso do inverno, as roupas e as “cobertas” molhadas, a impossibilidade de um sono tranquilo e de uma refeição bem-feita e quente, além do risco de doenças, acidentes e até mortes. No decorrer das entrevistas, notamos que os caboclos balseiros sabiam que eram explorados pelos donos das madeireiras, entretanto não entravam em conflito. Leodoro Ponciano de Paula<sup>70</sup> confirma: “os ‘patrão’ ficaram rico. Um dia meu patrão disse: – eu nem sei a riqueza, a quantia de dinheiro, Leodoro, que eu tenho” (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998, p. 40).

Além do trabalho nas balsas, os caboclos do Faxinal do Tigre trabalharam como “agregados”, aqui entendidos como o “indivíduo que trabalha numa fazenda (ou engenho) e habita as terras que pertencem ao proprietário, oferecendo, por isso, alguns dias de trabalho” (AGREGADO, 2022). Muitos terminaram sua vida trabalhando nas terras dos migrantes alemães e italianos que se estabeleceram em Guatambu. João Matias<sup>71</sup>, ao ser indagado sobre a condição de agregado, relata: “pois que eu fui do finado Bépe [José Dal Piva] que eu não posso me lembrar. Eu sei que de cinquenta [anos] já passou. O meu José tá pra mais de trinta e cinco [anos]. Ele nasceu aqui e eu e ele sempre trabalhamos prá eles [família Dal Piva]” (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998, p. 35).

Alguns poucos caboclos conseguiram adquirir seu pedaço de chão, tornando-se proprietários. Mais tarde, em função da família numerosa, viram-se obrigados a dividir suas terras e consequentemente não conseguiam mais produzir o suficiente para se manter, tornando-se também agregados. O que gerava um círculo vicioso, no qual o pai era agregado por toda a vida e seus filhos, sem a possibilidade de estudar e sem terras para se estabelecer, acabavam, anos mais tarde, aumentando o contingente de operários braçais das grandes cidades ou, ainda, ficando no campo nas mesmas condições que os pais.

Nas declarações orais encontramos vários relatos de caboclos do Faxinal do Tigre que, com a chegada do colono, vão trabalhar nas terras do então proprietário. Como é o caso do senhor Francisco Chaves (conhecido pelo apelido Chico), cujo pai, José Pretenciano Chaves, trabalhou por muitos anos nas terras de Ampélio Pan. O pai faleceu e Chico Chaves continuou trabalhando nas terras de Armando Dal Piva (que adquiriu as terras de Ampélio Pan), do qual, anos mais tarde, recebeu uma chácara pelos serviços prestados na terra. Os descendentes de

---

<sup>70</sup> Leodoro Ponciano de Paula foi peão de balsa no Porto Chalana, entre as décadas de 1920 e 1930, não sabendo precisar quantas viagens realizou. Entrevistado em janeiro de 1998, deixou seu depoimento no Trabalho de Conclusão de Curso de Silva, Moreira e Corá (1998).

<sup>71</sup> João Matias foi agregado da família Dal Piva por muitas décadas. Sua entrevista foi coletada por Elisabete Dal Piva em 02 de abril de 1998 (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998).

Chico Chaves moram nessa propriedade até hoje e se orgulham da herança deixada (SERPA, 2022).

Outros caboclos que chegaram mais tarde ao Faxinal do Tigre, de 1920 em diante, já vêm para trabalhar nas terras de algum colono forte, como foi o caso de Manoel Alves e Pedro Caetano; eles vieram de Alto da Serra (distrito de Chapecó) para trabalhar nas terras de Abramo Capitano em Faxinal do Tigre em 1927. Chegaram a ser peões de serraria no engenho de serra de Emilio Zandavalli (SERPA, 2022) e arrastadores de madeira de Dante Travi.

Normalmente, os agregados moravam na terra dos patrões, sem pagar aluguel, com direito a um pequeno espaço de terra para criar animais, como porcos, vacas, galinhas, juntas de bois, que utilizavam na lavoura e para o plantio da horta familiar, além da cultura da mandioca e da batata doce. O trabalho geralmente era feito “às meias”, ou seja, o patrão entrava com a terra e a semente e o agregado com a mão de obra. O lucro era dividido igualmente.

Também podia ser “às terças”, quando o patrão entrava com a terra e o agregado com a semente e a mão de obra. Nesse caso, um terço do lucro ficava para o patrão e dois terços para o agregado. Eufrásio Fernandes da Luz relembra: “Nóis morava numa casa cedida pelo patrão... nós só prantava, a carne era quando ele carniava gado, porco, até burro véio o patrão matava prá comer. Era um patrão muito severo, ‘pão duro’. Quando saimo de lá ficamo devendo os porco” (SERPA, 2022, p. 26). A ervateira em que trabalhavam era de propriedade de Bernardo Koch, mais conhecido como Bernardão. Os depoimentos indicam que era um homem severo e com poucas palavras em língua portuguesa. Os trabalhadores não permaneciam muito tempo trabalhando com ele, devido à severidade com que tratava seus funcionários.

O agregado tinha a autonomia de trabalhar para outros colonos no sistema de “empreitada”, aqui entendido como “trabalho realizado por terceiros, mediante contrato e pagamento ajustado antecipadamente, sendo o valor recebido somente com a finalização desse trabalho” (EMPREITADA, 2022). As “empreitadas” poderiam ser de carpidas, roçadas ou colheitas manuais de grãos. João Matias, sobre as empreitadas e a divisão dos lucros do trabalho de agregado, diz: “trabaiava na empreitada por dia e algum pouco prá mim [...] Quando nós fazia prânta era assim ‘as meias’ [...] Ele entrava com a terra, a semente e o conforto prá prantá. E eu entrava co serviço” (SILVA; MOREIRA; CORÁ, 1998, p. 40).

O pagamento era combinado antes do início da colheita ou do serviço, levando-se em consideração o tamanho da empreitada. A “quarta” era a medida mais usada, equivalente a 6.050 m<sup>2</sup>. A medição era feita com cordas de 11 metros ao final do trabalho, sendo então “cubada”, ou seja, calculado o tamanho da empreitada.

Não havia nenhum tipo de contrato escrito, o acordo era verbal. Confiava-se na palavra empenhada. O agregado não tinha direito a férias, carteira assinada, assistência médica ou qualquer outro benefício. Muitos sequer possuíam o registro civil de nascimento. Os que o tinham haviam sido registrados muito tempo depois, o que gerava a diferença entre a idade real e a do documento, tornando difícil a comprovação para aposentadoria. Renk (1997, p. 19) afirma que “ao indagar o nome e a idade de um informante, os mais idosos perguntavam tratar-se da idade de verdade ou a do papel ou seja do registro”.

Outra dificuldade para o agregado era a comprovação para ser identificado como um produtor agrícola. A venda dos produtos era sempre registrada em nome do dono da terra. Contrato escrito não havia, e as notas fiscais saíam em nome do patrão. Nenhum caboclo do Faxinal do Tigre conseguiu se aposentar como pequeno agricultor.

Valdemar Teixeira Ellis foi outro exemplo de caboclo que veio trabalhar como agregado para a família Fonseca, em Faxinal do Tigre, no ano de 1937, com apenas 12 anos. Seu filho, Natalício Ellis, conta que o pai se casou com uma das filhas do patrão Filipe Honorato da Fonseca. Trocou de lugar e de patrão inúmeras vezes e morreu jovem. Sobre o pai, Natalício diz: “Viveu trabalhando, morreu novo, não conseguiu se aposentar, veio a cavalo, de Erechim, balançando o lenço branco no pescoço”<sup>72</sup> (SERPA, 2022, p. 32).

João Gonçalves Chagas foi outro exemplo de caboclo que veio com o aporte da colonização para o Faxinal do Tigre. Vindo de Soledade/RS, aproximadamente em 1920, logo que chegou “foi morar nas terras dos Zandavalli, trabalhando no arrasto de toras com fieiras de bois, até a serraria” (SERPA, 2022, p. 21). Quando a extração da madeira foi diminuindo, continuou trabalhando para os Zandavalli na lida com a terra. Seus 18 filhos seguiram o caminho do pai, trabalhando como agregado em diferentes propriedades na região da Fazenda Zandavalli. Hoje estão espalhados, trabalhando nas agroindústrias da região.

Percebemos, pelos depoimentos, que os ofícios de balseiro e de agregado se sustentaram somente na presença do colonizador, provocando uma clivagem étnica. O caboclo, quando do aporte da colonização, tornou-se no máximo um trabalhador balseiro ou agregado, que exercia papel subalterno inferior. Não foram encontrados registros no Faxinal do Tigre de caboclos donos de serraria, por exemplo. O agregado, desenraizado do seu lugar de posse, do seu modo tradicional de lidar com a terra, sujeitou-se a trabalhar para o colono-proprietário na lógica mercantilista de produção. Atualmente, os descendentes de agregados moram numa casa simples

---

<sup>72</sup> Natalício Ellis nasceu e se criou em Guatambu. Descendente direto de Valdemar Ellis, também trabalhou como agregado para várias famílias de Guatambu. Hoje, com 70 anos, está aposentado por idade e continua morando em Guatambu.

no interior do município. Não conseguiram com o ofício garantir uma velhice tranquila. O caso de Antenor da Silva exemplifica. Único filho masculino de uma família de três irmãs, trabalhou desde pequeno “em terras de diferentes donos”, para ajudar a mãe que ficou viúva e já trabalhava de longa data como agregada. Hoje, Antenor, aposentado por idade, mora no interior de Guatambu, em um pequeno pedaço de terra fruto de seu trabalho (SERPA, 2022, p. 42).

Não eram raros os casos de caboclos do Faxinal do Tigre que exerciam o ofício de agregado para diferentes famílias de colonos. Ari Manoel de Lima, hoje com 72 anos, conta que seu avô, Lucas Manoel de Lima, era posseiro das terras onde hoje é a comunidade de Linha Flor. “Era mais de cinco colônias” (SERPA, 2022, p. 87) e por alguns porcos, mulas e alguns mil réis vendeu para outros dois colonos locais. Sem ter para onde ir, foi morar em terras de Dante Travi, as quais, na década de 1990, viraram um empreendimento habitacional de caráter social, ou seja, bairro pobre do município de Guatambu, chamado de Vila Santa Luzia. Cabe dizer, aqui, que boa parte dos moradores desse bairro descende de antigos agregados que hoje reforçam a mão de obra das agroindústrias da região.

O avanço da colonização em Faxinal do Tigre e o ‘confroencontro’ com o migrante colonizador trouxeram à tona alguns contrastes étnicos cujas diferenças, nas palavras de Renk e Confortin, determinaram as “fronteiras étnicas, a fricção étnica, gestando-se o processo de minoria étnica agudizando a subalternidade e seus efeitos concretos, como a perda do modo de vida, do território e da territorialidade” (RENK; CONFORTIN, 2017, p. 141).

Para finalizar e expressar os efeitos da subalternidade à qual os caboclos foram submetidos ao longo da construção histórica de Guatambu, destacamos a fala de Dioraci Padilha de Oliveira, que apresentou uma queixa em relação ao tratamento dado aos antigos caboclos pelas administrações municipais, no que tange aos nomes de ruas da cidade. Segundo o entrevistado, são poucas as ruas com nome dos caboclos antigos de Guatambu e, conseqüentemente, um descaso com a história dessa população diante dos feitos realizados por eles ao longo de décadas. Nas palavras de Dioraci: “Não é querer se aparecer. Não é se aparecer. Tinha que ser justa as coisas. Eu acho que tinha que aparecer mais rua com o nome da minha família, dos meus tios, avô, porque foram tudo daqui. Nasceram, se criaram e morreram, tudo com bastante idade, tudo daqui.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de colonização da região oeste de Santa Catarina como um todo, historicamente, foi apresentado, aos moradores de Guatambu, como um belo romance, pelo viés do colonizador. Os colonos italianos e alemães, migrantes que aqui chegavam, se estabeleciam, venciam e traziam o progresso. A floresta bravia e o sertão tinham sido dominados por esse grupo que sonhava com a “cocanha”. Porém, o desdobramento da pesquisa foi revelando que o belo romance não era tão belo quanto parecia.

Primeiramente, a ideia de colono pioneiro, como aquele que desbravou o sertão do Faxinal do Tigre, cai por terra quando os depoimentos orais dão indícios de que famílias inteiras de caboclos chegaram ao local a partir da segunda metade do século XIX e se estabeleceram em distintos pontos da região. Os caboclos chegaram ao Faxinal do Tigre impulsionados por motivos que perpassam desde a fuga de contendas políticas ocorridas no estado vizinho, Rio Grande do Sul, até a busca de novos espaços de moradia e sobrevivência, fazendo a travessia pelo rio Uruguai, para tentar uma vida melhor do outro lado do rio.

A pesquisa apontou que, mais recorrentes, eram as frentes de expansão por conta do aporte da colonização no oeste catarinense como um todo, e da economia pastoril predominante nos campos que, lentamente, empurraram o caboclo para o interior das matas e para as regiões de fronteira. Ao estabelecer seus hábitos, voltaram-se para o uso da terra e para os recursos naturais que o meio oferecia, como a extração da erva-mate. Com roças de subsistência, criação de animais soltos e atividades extrativistas, os caboclos desenvolveram um modelo sociocultural específico ligado a territorialidade e a paisagem cabocla.

O sistema de posse, como forma extralegal de acesso à terra, tornou-se prática comum entre os caboclos do Faxinal do Tigre, outra característica levantada durante a pesquisa. Muitos, ao chegar ao local, demarcavam a terra e se apossavam dela. Por ter o entendimento de que aquelas terras eram do Estado, compreendiam que seriam deles também. Qualquer pessoa que penetrava em áreas de floresta, naquele momento sem nenhum valor comercial, podia controlar um pedaço de terra, desde que fosse capaz de enfrentar os índios e sobreviver nela. Foi assim que muitos sitiantes e posseiros chegaram ao Faxinal do Tigre.

Nesse sentido, a pesquisa reiterou, em Faxinal do Tigre, as diferentes formas de ocupação, povoamento e utilização da floresta e dos campos. Encontramos a presença marcante dos caboclos posseiros, que se fixaram no local, a partir de diferentes frentes de expansão demográfica, no final do século XIX e início do XX. Já na formação do povoado, temos a mescla de migrantes de descendência italiana e alemã, vindos na sua maioria do Rio Grande do

Sul, chegando à região principalmente na década de 1920. Tanto na ocupação quanto no povoamento do local, a paisagem foi a primeira a ser transformada na dualidade entre o campo e a floresta

O uso da história oral como método, teve o intuito de obter diferentes interpretações qualitativas no processo de ocupação e povoamento do Faxinal do Tigre, propiciando aquilo que Alberti (2008) reconhece como essencial dentro da história oral: conhecer “histórias dentro da história”. Ao ouvir diferentes vozes, identificamos as experiências de vida de vários atores sociais. Sem subjugar ou sobrepor um sujeito ao outro, buscamos dar visibilidade às singularidades de cada um nas diversas temporalidades. Foi o uso da entrevista que possibilitou descobrir resquícios do *Sistema Faxinal*, enquanto forma de organização camponesa, para lidar com a terra e com a criação dos animais.

Inicialmente, entendia-se que o nome “faxinal”, dado ao lugar, referia-se somente ao tipo de vegetação própria da FOM, bastante presente na região, caracterizando uma vegetação composta, nem só por florestas, nem só por campos. Porém, a pesquisa evidenciou que, além do termo “faxinal” estar associado ao tipo de vegetação local, também estava ligado ao modo de vida, de uma parcela de caboclos que moravam mais próximos à floresta. Esses caboclos usavam os “faxinais” para criar animais soltos, especialmente porcos, de forma coletiva, similar ao *Sistema Faxinal* presente no centro-sul do Paraná.

Para separar as terras de plantar das terras de criar (os faxinais), os caboclos faziam cercas extensas que adentravam a floresta. Aproveitando o que a floresta oferecia, tiravam a madeira, faziam rachões (uma espécie de trançado de costaneira de pinheiro araucária) e os fincavam no chão. Os palanques principais (mestres) eram cravados em zigue-zague para garantir a durabilidade da cerca. Marcavam os animais e os largavam no faxinal, para se criarem soltos. De vez em quando, algum dos vizinhos, que compartilhavam a cerca, jogava milho “para os bichos”. Esse hábito persistiu por muito tempo, na parcela de caboclos do Faxinal do Tigre que moravam à margem direita do rio Tigre, mais próximo à floresta de araucárias, até a chegada do colono migrante.

Com a marcação do tempo de forma cíclica, os caboclos lidavam com o que a floresta oferecia (a erva-mate, o pinhão), com a lavoura de subsistência e criação de animais soltos. Um dado que se mostrou relevante da pesquisa foi o quantitativo de população cabocla que o Faxinal do Tigre dispunha entre os anos de 1920 e 1930. Wenceslau Breves já revelava um contingente de aproximadamente 200 famílias, vivendo no local de 1919 a 1924, período em que ele trabalhou como agente do governo, na Diretoria de Terras de Santa Catarina. Cruzando os dados de nascimentos, casamentos e escrituras de compra e venda de terras, com os arquivos

do Cartório local conferimos o que Breves relatou em seu artigo, especialmente pelo fato da maioria dos sobrenomes, nos documentos, serem nacionais.

Isso mudou a partir de 1930, quando os moradores locais assistiram à chegada de novos habitantes, advindos em sua maioria do estado do Rio Grande do Sul, com uma bagagem de experiência agrícola mercantil. Com o vislumbre do mato como fonte de renda e de progresso, incontáveis árvores foram abatidas para atender demandas internas e de exportação internacional. Todavia, a principal característica que impactou a paisagem local, com a chegada do migrante, estava vinculada à manutenção e à ampliação da terra como forma de trabalho e organização.

No povoamento de Faxinal do Tigre por migrantes, também levantamos muitas frentes de expansão para além daquela promovida oficialmente pela política de colonização do Estado. Temos casos de colonos que vieram por conta própria, fazendo a travessia pelo rio Uruguai, para tentar uma vida melhor do lado catarinense. É o caso da família Dal Piva, que adquiriu terras de Isaac Pan, na comunidade hoje chamada de Porto Chalana. Imediatamente, percebendo a possibilidade de enriquecer com a floresta, trataram de lidar com a extração e venda da madeira. O registro do Cartório de Imóveis de Chapecó revela que, já em 1911, a serraria de pequeno porte de João Batista Dal Piva funcionava amplamente às margens do rio Uruguai. Outra modificação feita na paisagem local, estava no plantio de cana-de-açúcar para a produção da cachaça. Um pequeno engenho fora instalado por esta família, no Porto Chalana e, por muitas décadas atendia o mercado local e regional do produto.

Com todo o aparato burocrático do Estado alinhado aos interesses das companhias colonizadoras, Faxinal do Tigre recebeu uma leva considerável de migrantes italianos e alemães, apesar de alguns já estarem instalados no local desde 1911, com já mencionado. Os dados do Cartório local confirmam nos documentos de nascimentos, casamento, compra e venda de terras indivíduos com sobrenomes, majoritariamente, estrangeiros. A partir de 1920 os documentos já indicam as companhias colonizadoras dos sócios Isaac Pan e Jeronimo Vargas, e de Carlos Kruel como vendedores das terras do Faxinal do Tigre, que receberam do governo do Estado.

Ao se instalar nas terras, o colono viria a derrubar a floresta para o novo método de cultivo de forma aberta, desenvolvendo uma produção agrícola direcionada à comercialização de produtos, como o trigo e o milho e com a criação de animais fechada. A maneira de tratar a terra e a concepção de trabalho nela, diferiu do sistema caboclo, originando variadas situações de tensão e conflito entre antigos moradores e colonos recém chegados, que impuseram uma nova territorialidade

Confirmada pela visão etnocêntrica europeizada dos agentes colonizadores, a escolha de migrantes italianos e alemães para efetivar a colonização do oeste e do Faxinal do Tigre, só foi possível porque os métodos de trabalho e a organização destes promovia a rápida prosperidade, ou seja, promovia o lucro. Diante da nova lógica mercantilista da terra, o caboclo passou da condição de ‘ocupante’ para ‘intruso’ do seu próprio território, no qual as fronteiras étnicas se estabeleceram e emergiram, de contextos sócio-históricos muito específicos. Nesse (des)encontro de culturas, a construção da identidade étnica passou a ser dependente de condições sociais, históricas e materiais, ocorrendo no contraste e na presença de outros sujeitos. Os ofícios de balseiros e de agregados, surgidos com o aporte da colonização em Faxinal do Tigre, são exemplos da subalternidade a que o caboclo foi submetido em relação à sua mão de obra.

Outrossim, a pesquisa apontou então, para uma crise de desenraizamento do caboclo do Faxinal do Tigre quando do “confroencontro” com o colono migrante. De repente, um grande número de pessoas, foram marginalizadas, ficando destituídas de seus costumes de produzir amiúde os seus próprios recursos de subsistência. Diante da nova territorialidade imposta, o caboclo se viu afastado de suas práticas socioespaciais costumeiras e de seu território, tendo que se adaptar ou renegociar seus hábitos e costumes. O costume de dividir as terras ocupadas em “terras de criar” (os faxinais) e “terras de plantar” sucumbiu com o passar dos anos. Hoje resiste às memórias dos mais velhos. Diante da pressão política das companhias colonizadoras e a burocracia do Estado para legalização da posse, uma parcela dos caboclos, que viviam em Faxinal do Tigre, fora empurrada para outras regiões.

A crise de desenraizamento, provocada em boa parte da população cabocla do oeste catarinense também chegou ao Faxinal do Tigre com a presença do colonizador, fazendo com que as territorialidades do colono se sobrepusessem às do caboclo, provocando uma clivagem étnica de ofícios. O caboclo foi desenraizado do seu lugar de posse, passando a desenvolver ofícios numa posição subalterna. O caboclo continuou trabalhando na terra, porém na terra do colono. O caboclo continuou trabalhando no extrativismo da madeira, porém a extração era feita para o colono. O caboclo continuou trabalhando com a erva-mate, mas na ervateira do colono.

Por não termos pesquisas sobre as rupturas e mudanças provocadas nas paisagens locais de Guatambu, quando do “confroencontro” de culturas com elementos bem diferenciados, podemos perceber, através da dissertação, que ainda prevalece na história de Guatambu o discurso de quem domina, com o olhar centrado para o que deu certo na região e na colonização:

o progresso, mostrando apenas o que é comum e homogêneo, sem considerar as singularidades desse longo processo histórico.

Por fim, apesar de algumas narrativas anunciarem que o caboclo vivia isolado no interior das matas, a pesquisa demonstrou que esse isolamento não existia. Foi o caboclo que manteve no Faxinal do Tigre, hábitos específicos em relação ao uso da terra e dos recursos naturais, vivendo através da economia de subsistência. Fica entendido que o caboclo do Faxinal do Tigre, a partir do uso dos recursos naturais e da terra, elaborou um modo de vida pautado num conjunto de valores que definiram as relações como o meio natural, com os demais membros do grupo e com o mundo sobrenatural. Não estavam escritos em documento algum, mas mobilizavam todo o coletivo. O compadrio, o mutirão, as festas, a religiosidade, as crenças, as concepções de terra, entre outros, ditavam a sociabilidade do grupo movido, por relações de solidariedade e reciprocidade. Essa população veio para o Faxinal do Tigre para renegociar e dar continuidade à hábitos peculiares, outrora construídos. Por isso, teve contribuições imensuráveis na formação histórica e cultural de todo oeste de Santa Catarina, em especial na ocupação da região de fronteira do Faxinal do Tigre.

## REFERÊNCIAS

A VOZ DE CHAPECÓ, Chapecó, v. 2, n. 54, 21 de jul. 1940.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras- Geografia I série**, Porto, v. 14, 1998.

AGREGADO. In: DICIO: Dicionário Online de Português. Matosinhos, Portugal: 7 Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/agregado/>. Acesso em: 3 out. 2022.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 2. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.

ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar**: textos em História Oral. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-250.

ALESC. **De Cruzeiro a Joaçaba**: o Legislativo Catarinense resgatando a história da cidade – 1898-2007. Florianópolis: Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

AMADO, Janaína. Região, sertão e nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ANDREIS, Adriana Maria. Cotejo e confroencontro. In: MIOTELLO, Valdemir; SCHERMA, Camila Caracelli (org.). **Palavras e contrapalavras**: entendendo o cotejo como proposta metodológica. 1. ed. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2017. p. 11-16. (Caderno de Estudos, 9).

ARAÚJO FILHO, José Coelho de. **Floresta Estacional Semidecidual**. Brasília, DF: Embrapa Solos, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/territorios/territorio-mata-sul-per-nambucana/caracteristicas-do-territorio/recursos-naturais/vegetacao/floresta-estacional-semidecidual#:~:text=As%20florestas%20estacionais%20semidecduais%2C%20classificadas,coasteira%20e%20o%20ambiente%20semi%3%A1rido>. Acesso em: 20 fev. 2023.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

BARBOZA, Gabriel Goulart. **O Movimento em prol do Estado das Missões**: uma luta pela emancipação do Contestado (1909-1917). 2021. 390 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

BARROS, José D'Assunção. **A expansão da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BAUERMANN, Andressa Krieser.; BRANDT, Marlon. Imagens de uma paisagem em transformação: a exploração madeireira em Pinhalzinho - SC entre as décadas de 1940 a 1970. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n.73, p. 280-295, set/dez. 2019.

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, balsas e balseiros no rio Uruguai**: o processo de colonização do Velho Município de Chapecó (1917 a 1950). 1991. 308 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em História. Florianópolis, SC, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **Espace social et genèse des classes**. Actés de la Recherche en Sciences Sociales. São Paulo: Perspectiva, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Genève: Droz, 1972.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek, 1964. **Le deracinement**: crise de l'agriculture traditionnelle en Algerie. Paris: Minuit, 1964.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o sabir cultural. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 26, p. 41-60, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/8ksprNHTJW7xzy9spn7SX4w/?lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2022.

BRANDT, Marlon. Criação de porcos “à solta” na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **História**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 303-322, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-436920150001000051>. Acesso em: 3 out. 2022.

BRANDT, Marlon; CAMPOS, José de Campos. Uso comum da terra e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 45, p. 43-64, jan./jun. 2008.

BRANDT, Marlon; CASSARO, Clóvis Alceu; NAIBO, Gerson Junior. População cabocla em um espaço de fronteira: paisagem e uso comum da terra na floresta ombrófila mista de Santa Catarina (Séculos XIX e XX). **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 81, p. 217-234, jun. 2021.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 89, p. 80-90, 2011.

BRANDT, Marlon; SILVA, Naiara Sampaio. A coleta da erva-mate pela população cabocla do Vale do Rio do Peixe e oeste de Santa Catarina: apropriação privada da terra e rupturas (décadas de 1900 a 1940). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 26, n. 3, p. 459-469, set./dez. 2014.

BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do IHGSC**, Florianópolis, 3. fase, n. 6, p. 7-73, 1985.

BRIGUENTI, Clóvis. Processos de colonização e povos indígenas no Oeste Catarinense. In: **convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai**. Chapecó: UFFS; Porto Alegre: Letra e Vida, 2015.

BRITO, Tito Alves de. **Esboço do mappa dos Campos de Palmas e territórios contíguos**. Rio de Janeiro, RJ: Lith. do Archivo militar, 1843. 1 mapa, 46,5 x 57,5cm em f. 48,7 x 64. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart176716/cart176716.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176716/cart176716.html). Acesso em: 8 Jul. 2023.

BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 323-340, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/g5Fg8CCPMxqTtfl9cT6jhKF/?lang=pt#>. Acesso em: 3 out. 2022.

CAMPOS, José de Nazareno. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 113-135, jul./dez. 2002.

CANDAU, Joel. Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2011.

CARBONERA, Mirian *et al.* Apresentação. In: CARBONERA, Mirian *et al.* (Org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2017. p. 11-18.

CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; LINO, Jaisson Teixeira. Um passado distante, um patrimônio presente: o povoamento pré-colonial de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian *et al.* (Org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2017. p. 19-58.

CARTA dos campos de Guarapuava e Palmas. [S. l.: s. n.], [1882?]. 1 mapa, 18 x 28cm. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart542337/cart542337.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart542337/cart542337.jpg). Acesso em: 8 Jul. 2023.

CASCUDO, Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1972.

CEOM (org.). **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005.

CHANG, Man Yu. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa no centro-sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988. (Boletim Técnico, 22).

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 61-80.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

COLACIOS, Roger Domenech. Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930). **História**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 248-451, jul./dez. 2013.

CORÁ, Neusa Maria da Silva; OLIVEIRA, Zelinda Maria Simionatto de. **Porto Chalana**: desafios e conquistas, a saga de uma comunidade no interior do Município de Guatambu SC. Chapecó: Novo Século, 2010.

COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Assim vivem os italianos**: religião, música, trabalho e lazer. Caxias do Sul: Editora Universidade Caxias do Sul, 1983.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios no oeste catarinense. In: CEOM. **Para uma história do oeste catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó: Unoesc, 1995. p. 141-219

DMITRUK, Hilda Beatriz; JAGUSENSKI, Therezinha Cristina. **Nova Itaberaba**: o presente em busca do passado. Chapecó: CEOM, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMPREITADA. In: DICIO: Dicionário Online de Português. Matosinhos, Portugal: 7 Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/empreitada/>. Acesso em: 3 out. 2022.

FAXINAL. In: DICIO: Dicionário Online de Português. Matosinhos, Portugal: 7 Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/faxinal/>. Acesso em: 3 out. 2022.

FORTES, Adílio. **A proto-história do município de Chapecó**: Oeste de Santa Catarina. São Paulo: Carthago, 1990.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Cocanha: a história de um país imaginário". **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 4, n. 5, p. 43-52, dez. 1999.

FRONTEIRA. In: DICIO: Dicionário Online de Português. Matosinhos, Portugal: 7 Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fronteira/>. Acesso em: 3 out. 2022.

FUNES, Eurípedes A. Mocambos: natureza, cultura e memória. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 146-153, 2009.

FURLAN, Sueli Ângelo. **Florestas culturais**: manejo sociocultural, territorialidade e sustentabilidade. *Agrária*, São Paulo, n. 3, p. 3-15, 2006.

GILIOLI, Albano. **História de Caxambu do Sul**. Livro datilografado e editado pelo próprio autor. Xerox.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: E. LIMONAD, Ester.; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. (Org.). **Brasil século XXI**: por uma nova regionalização. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 173-193.

HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

IMIGRANTE. In: DICIO: Dicionário Online de Português. Matosinhos, Portugal: 7 Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/imigrante/>. Acesso em: 3 out. 2022.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. **Rio Grande do Sul: terra e poder** - história da questão agrária. porto alegre: Mercado Aberto, 1986

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LATIFÚNDIO. In: DICIO: Dicionário Online de Português. Matosinhos, Portugal: 7 Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/latifundio/>. Acesso em: 3 out. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. revista. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2013.

LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização. **Revista de Pós-graduação em História da UnB**, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma nova antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002. (Antropologia, 322).

MACHADO, Ironita A. Policarpo. Pequenos agricultores: caboclos e colonos. In: MACHADO, Ironita A. Policarpo *et. al.* (Org.). **Indígenas, quilombolas e agricultores**: história e conflitos agrários no sul do Brasil. Passo Fundo: UPF, 2018. p. 68-90.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Os camponeses: notas sobre rastros, indícios e experiências de pesquisa. **Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 164-174, jan./abr. 2020.

MARCON, Telmo. **Memória, história e cultura**. Chapecó: Argos, 2003.

MARQUETTI, Delcio; SILVA, Juraci Brandalize Lopes da. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 109- 129.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2003.

MELLO, João Baptista Ferreira de. A humanização da natureza: uma odisséia para a (re) conquista do paraíso. In: MESQUITA, Olinda Vianna; SILVA, Solange Tietzmann (org). **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. 2008 Gênero e meio ambiente: mulheres na construção da floresta amazônica. In: PARENTE, Temis Gomes; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra (org.). **Linguagens plurais**: cultura e meio ambiente. Bauru: EDUSC, 2008. p. 155-173.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Precila Katia. **Ecos de vozes sobre o Rio Uruguai**: a formação do sujeito balseiro na região Oeste de Santa Catarina (1920-1960). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon; SILVA, Claiton. Transformando a paisagem: uma história Ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian *et al.* (Org.). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. 2. ed. Chapecó: Argos, 2017.

MOTTA, Marcia (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MURARO, Valmir Francisco. Sobre fronteiras e colonização. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir J. ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2015. p. 167-189.

NASCIMENTO, Ederson *et al.* **Atlas Socioespacial do Oeste de Santa Catarina**. Curitiba: CRV, 2021.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas, práticas socioculturais no oeste de SC**. Florianópolis: UFSC, 2009.

ONGHERO, André Luiz. Patrimônio Escola Comunidade: Caxambu do Sul. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 22, n. 31, 2009. (Espaço de memória: abordagens e práticas).

PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991.

PIAZZA, Walter. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

PIOVEZANA, Leonel; FACCO, Janete; ONGHERO, André Luiz. Indígenas em Chapecó: resistência centenária. *In*: CARBONERA, Mirian *et al.* (Org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2017. p. 159-180.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 149-188, 2006.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *In*: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste. **Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: Unoesc, 1995. p. 71-110.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 13-49, abr. 1997.

PORTO, Liliane; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Sonia Maria dos Santos (org.). **Memórias dos povos do campo no Paraná Centro-Sul**. 1. ed. Curitiba: ITCG (Instituto de Terras, Cartografia e Geociências), 2013.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981. (Ensaio, 23).

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009

RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da fronteira sul. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2015. p. 146-166.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. Caminho das tropas. *In*: RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: UFFS, 2018.

RADIN, José Carlos; SALINI, Ademir Miguel. O Instituto Nacional do Pinho e a indústria madeireira no oeste catarinense. **Professare**, Caçador, v. 4, n. 3, p. 21-46, 2015.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina**, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 37-71, 2006.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício ético no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

RENK, Arlene. Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no sul do Brasil. **Grifos** (Chapecó), Chapecó, v. 6, n.1, p. 93-107, 1999.

RENK, Arlene. Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no Sul do Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu, MG. **Anais [...]** Caxambu, MG: ANPOCS, 1998. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt09-11/5101-arlenerenk-etnicidade/file>. Acesso em: 20 fev. 2023.

RENK, Arlene. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

RENK, Arlene. O conhecimento do território a Bandeira Konder. *In*: CEOM (org.). **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

RENK, Arlene; CONFORTIN, Priscila Fernanda Rech. Territorialidade e minorias sociais na construção da história local. *In*: CARBONERA, Mirian *et al.* (Org.). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. 2. ed. Chapecó: Argos, 2017.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. Para uma biografia da pequena propriedade rural no oeste catarinense. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 17, n. 2, p. 307-319, 2017.

RODRIGUES, Márcio Luiz; NEUMANN, Rosane Márcia. Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPUH, 2015.

ROSSETO, Santo. Síntese histórica da Região Oeste. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 1, n. 1, 1986.

ROSSI, Esther Mayara Zamboni; MORETTO, Samira Peruchi. Os Campos de Altitude do Brasil Meridional nos relatos dos viajantes Nicolau Dreys e Robert Avé-Lallemant. *In*: Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013.

SACK, Robert. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTA CATARINA. **Mapa do estado de Santa Catarina**. Novara [Itália]: Inst. Geogr. de Agostini, 1930. 1 mapa, col., 132 x 181 cm. Escala 1:400.000. ((W54° - W48° / S25°50' - S29°30')). Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart485878/cart485878.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart485878/cart485878.jpg). Acesso em: 10 jul. 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SERPA, Marcio (org.). **Fragmentos de memórias das famílias pioneiras de Guatambu**. 1. ed. Chapecó: Aliança, 2022.

SILVA, Angela Regina da; MOREIRA, Elisabete Dal Piva; CORÁ, Luzia Margaret. **A presença cabocla na ocupação e colonização do município de Guatambu no período de 1910 a 1950**. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Unoesc, Chapecó, 1998.

SILVA, Claiton Marcio; BRANDT, Marlon; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Uma história ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agroecossistemas. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2015. p. 271-297.

SOUZA, Almir Antonio de. A invasão das terras Kaingang nos campos de Palmas: o processo contra a liderança indígena Vitorino Condá (1839-44). **Mediações**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 43-61, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. **Trajes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway no Sul do Brasil: A instalação da Lumber e a Guerra na região do Contestado (1906-1916)**. 2009. 301 p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VALENTINI, Delmir José. Tropeiros, ervateiros e balseiros: memoráveis personagens da história do sertão catarinense. In: **Ágora Revista de Divulgação Científica da Universidade do Contestado**, Mafra, v. 6, n. 1, p. 79-89, jan./jun. 1999.

VALENTINI, Delmir José; MURARO, Valmir Francisco (org.). **Colonização, conflitos e**

VALENTINI, Delmir. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre: Letra e Vida; Chapecó: UFFS, 2015

VENSON, Letícia Maria. Colonização e intrusão no Oeste Catarinense: o caso da Fazenda Faxinal do Tigre (1922). In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia (org.). **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária do Sul do Brasil**. v. 6. Passo Fundo: EDIUPF, 2023.

VENSON, Letícia Maria. **Colonização militar no oeste catarinense: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Chapecó (1880-1989)**. Passo Fundo: Acervus, 2020.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **A pesquisa em História**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 159-222, abr/jun., 1949.

WAIBEL, Leo. **Capítulos da geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó: Argos, 2006.

ZOO. Fundação Jardim Zoológico de Brasília. **Animais: jaguatirica**. Brasília, DF: ZOO, 2020. Disponível em: <https://www.zoo.df.gov.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 jun. 2023.